

**CÉSAR BARRETO LIMA
SAULO BARRETO LIMA**



**GENERAL
FLAMARION BARRETO LIMA**
Partenon da Cidadania

RDS
EDITORA

César Barreto Lima
Saulo Barreto Lima

GENERAL FLAMARION BARRETO LIMA

PARTENON DA CIDADANIA



Fortaleza – Ceará
2020

General Flamarion Barreto Lima
Partenon da Cidadania

Copyright © 2020
César Barreto Lima
Saulo Barreto Lima

CAPA

Etevaldo Gomes de Meneses

REVISÃO

Maria do Socorro Barreto

IMPRESSÃO

RDS Gráfica e Editora Ltda.
Rua Carlos Câmara, 1048 – Gentilândia
CEP: 60.020-150 – Fortaleza (CE)
Fone: (85) 3046.1048 – rds1048@gmail.com

Lima, César Barreto
General Flamarion Barreto Lima (Partenon da Cidadania) /
César Barreto Lima e Saulo Barreto Lima. _Fortaleza: RDS, 2020.
236 p. il.:

ISBN: 978-65-990570-8-3



1. Biografias. 2. Genealogia. 3. Insígnia.
I. Lima, César Barreto. II. Lima, Saulo Barreto. III. Título

CDD: 920

É proibida a reprodução, total ou parcial, dessa obra, por qualquer pessoa ou instituição, salvo com a prévia autorização por escrito do autor.

DEDICATÓRIA

*Ao Exército do Brasil, aos nossos pracinhas
da Força Expedicionária Brasileira – FEB,
heróis da pátria nas batalhas de Monte
Castelo e Montese na 2ª Guerra Mundial.*

AGRADECIMENTOS

Ao Nosso Pai Eterno, razão da nossa existência.

À Dona Maria Tamar Pierre Barreto, a fantástica matriarca das famílias Pierre e Barreto.

Ao precioso casal Chales Arnaud e Maria Cesarina Barreto pais do coautor Saulo Barreto Lima.

À família, minha adorada esposa Maria Ângela Freire Barreto Lima e meus amados Ana Cláudia, Marina e Júlio César Freire Barreto Lima.

Aos colaboradores Wallucia Sales, Rita Maia, José Maria das Chagas e José Lino Pires.

À imprensa do meu Estado aqui muito bem representada pelos amigos Paulo Oliveira, Carlinhos Eloy, Paulo César Norões, Eliomar de Lima, Marques Araújo, Tom Barros, Antônio Viana, Ivan Frota, Macário Batista, Sônia Pinheiro, Edival Filho, Fernando Solon e Marcos Peixoto.

À Editora RDS na pessoa de seus diretores Dorian Sampaio Filho e José Dorian Sampaio.

Aos cativos leitores Ricardo Cavalcante (FIEC), Mônica Arruda, Tereza Távora, Paulo César (Xerife), Bá Ávila, Cinira Pierre, Zé Artur Pinheiro, José Ribamar Ponte, Osci Pinheiro, Sérgio Azevedo, Seu Raimundo Cidrão, Quintino Vieira e Dona Alda Pinheiro.

Agradecimento especial ao poeta Juarez Leitão, ao Reitor da UFC, Cândido Albuquerque, ao ex-Senador Mauro Benevides e aos ex-Governadores Lúcia Alcântara e Gonzaga Mota.

Aos incentivadores Arnaud de Holanda Cavalcante e Carlos Aguiar.

Ao amigo incondicional e sempre presente Ribamar Ponte Filho (Balá).

INTRODUÇÃO

Foi muito difícil aceitar o desafio do meu coautor e estimado primo, Saulo Fernandes Barreto Lima e escrever em mais uma parceria a biografia do General de Brigada Luís Flamarion Barreto Lima.

Os dados biográficos para a pesquisa eram escassos e muitos familiares por omissão ou falta de interesse não ajudaram no desenvolvimento desse importante relato histórico.

A razão da capa com o subtítulo Partenon da Cidadania, monumento histórico grego dedicado a democracia, pode ser bem retratado na própria vida do ilustre militar do Exército Brasileiro dedicada a Pátria, a família e aos princípios éticos de cidadania.

Intelectual, escritor e professor de gerações de militares das Forças Armadas do Brasil, o sobralense Flamarion Barreto Lima é um verdadeiro exemplo de tenacidade e amor incondicional as tradições de nossa Pátria Amada Brasil.

Nosso Glorioso Exército Brasileiro que tem suas raízes fincadas na Primeira Batalha dos Guararapes, em 19 de abril do ano de 1648, nas proximidades de Recife, quando a tropa patriótica integrada por combatentes de três raças, o negro, o índio e o branco, venceram o invasor holandês que, há 18 anos dominava boa parte da Região Nordeste, segundo o General Flamarion Barreto Lima, em conferência proferida durante a

Semana da Pátria do ano de 1966,” O Exército Brasileiro nasceu nos Guararapes “.

Por sugestão do contista, poeta Saulo Barreto acrescentamos mais um capítulo, os Anexos, onde reproduzimos na íntegra o livreto A Guerra do Paraguai de autoria do General Flamarion Barreto Lima.

César Pierre Barreto Lima

Sobrinho do biografado

SUMÁRIO

PARTE I – GENERAL EDUCADOR 13

CAPÍTULO 1 – COMEÇO DE TUDO 15

CAPÍTULO 2 – RIO DE JANEIRO:
A MORADA DEFINITIVA..... 23

CAPÍTULO 3 – FLAMARION Vs HITHER (I) 31

CAPÍTULO 4 – FLAMARION Vs HITHER (II) 41

CAPÍTULO 5 – O LEGADO 49

CRONOLOGIA BIOGRÁFICA..... 54

PARTE II – AS BARRETADS DO GENERAL..... 61

1. DISCURSO DO DIA DA BANDEIRA..... 63

2. O IRMÃO RESSUSCIADO 66

3. UMA HISTÓRIA DE AMOR 72

4. BICUDOS NÃO SE BEIJAM 76

5. O ESQUERDISTA 79

6. O COMUNISTA 83

7. AGRADECIMENTO 87

8. O CONSELHEIRO.....	91
9. GOLPE DE MESTRE.....	97
10. AS APOSTILHAS DE GENERAL	101
11. O TIRO DE GUERRA.....	104

PARTE III – FOTOS.....109

PARTE IV –ANEXOS 125

1. A GUERRA DO PARAGUAI.....	127
2. BIBLIOGRAFIA	229
3. EPITOME BIOGRÁFICA DOS AUTORES	231

PARTE I

General Educador

CAPÍTULO 1

COMEÇO DE TUDO

O ano era 1912, em Sobral o prefeito da cidade era o então intendente José Cândido Gomes Parente. Na precisa data de 19 de outubro, num sábado e noite de lua crescente, nasce Luiz¹ Flamarion Barreto Lima.

Pouco se sabe o que ocorria na cidade em si, mas o planeta, nessa época, ainda de luto, se recuperava do trágico e impensável naufrágio do opulento navio britânico Titanic que vitimou um pouco mais de 1.500 pessoas das mais diferentes nacionalidades. No Brasil, não menos emocionante, no auge da chamada República Velha ou das Oligarquias, o então presidente Marechal Hermes da Fonseca (1855 - 1923), autorizava que os canhões do Forte São Marcelo comessem a bombardear – sem piedade – a capital Salvador/Bahia. Isso ocorreu em meio as ferrenhas disputas políticas com seu maior opositor da época o vulto Rui Barbosa (que havia perdido as últimas eleições presidenciais para o militar) que dentre outras alegava que o candidato de Fonseca, ao governo baiano o senhor José Joaquim Seabra, estava inelegível. Imerso nesse caldeirão social, de fatos políticos fortes e internacionais que moldavam a *psique* e a formação dos cidadãos daquele início de século veio *a lume* Flamarion e tantos (as) outros (as) da sua geração.

Eram seus pais o comerciante Francisco das Chagas Barreto Lima e a senhora Maria Cesarina Lopes Barreto. Foi batizado em cerimônia religiosa católica com o incomum, mas forte nome sendo uma clara homenagem dos pais ao célebre e eclético pensador francês Nicolas Camille Flammarion (1842-1925), importante astrônomo e literato que marcou o pensamento universal por sua obra possuir intensas influências espíritas. Inclusive, o casal não tardava em destacar na sua biblioteca pessoal *As Casas Mal-Assombradas*, um de seus mais festejados trabalhos.

Prole numerosa eram seus irmãos Cesário, Margarida, Luciano Tebano, Porcina, Maria Alice, Maria do Socorro, José Maximino e Joaquim. E ao contrário do que muitos pensam Flammarion não nasceu em berço de ouro! Na época do casamento dos pais e do nascimento dos primeiros filhos, o casal Chagas e Cesarina, ainda não possuía casa própria e viviam morando de aluguel em alguns precários cortiços no centro da cidade. Seu pai, de incontestável caráter e grandeza moral - e já com duas biografias publicadas -, na juventude, sonhou em ser militar, desejo esse que quase se concretizou. Era que um tio seu alto oficial das forças armadas, prometeu-lhe fazer de tudo para encaminhar o sonhador sobrinho na vida militar. A promessa atingiu em fundo o coração do menino Chagas. A partir daí o moço foi tomado por uma ansiedade e esperança de finalmente vestir a honrosa farda verde-oliva.

Contudo, pelos reveses da vida, o parente acabou não cumprindo a promessa e o menino viu seu sonho vir abaixo. Ser militar, de certa forma, era uma chance de garantir um futuro melhor para si e para os seus, *status* perante a exigente

sociedade, além claro de realizar seu grande sonho de infância. Não fora militar é verdade, mas viu parte de sua prole ingressando, com incontestáveis méritos, nas Armas do Brasil.

Flamarion não fora o único! Pelo seu exemplo foi seguido pelos dois irmãos nessa missão: Luciano e Cesário³. O Primeiro perfilou os mesmos passos do irmão, com devotada carreira militar chegando ao posto de coronel; já o segundo, Cesário se alistou para lutar no *front* da 2ª Guerra Mundial (1939-1945), chegando a se deslocar para a capital Natal no Rio Grande do Norte, prestes a embarcar em navio para a Europa para lutar contra as tropas nazifascistas.

Fiel discípulo de Cristo e cumpridor devotado dos mandamentos de Moisés prescritos na sua sempre consultada Bíblia Sacra Vulgata (1741) em Latim, sobretudo no que diz Êxodo 20.12: *“Honora patrem tuum et matrem tuam, ut sis longævus super terram, quam Dominus Deus tuus daturus est tibi.”*⁴; aos seus pais possuía cega subordinação além de nutrir profundo respeito e gratidão.

Nas bodas de ouro do casal em concomitância com a inauguração da nova sede da firma F. Chagas Barreto, Flamarion impressionou a todos com sua peculiar e verve oratória relembrando *a saga* do pai:

*Adolescente, meu pai, quis ser soldado... Acabou operário de uma fábrica; a tanto que o obrigou a uma precoce responsabilidade, que transformou um adolescente em chefe de família. O salário era pequeno, as dificuldades eram grandes! Um pouco de otimismo nessa desproteção, encontrou ele preso, dentro do lar, através de serões intermináveis na árdua labuta da oficina.*⁵

Sua mãe Sinhá também não deixava por menos em matéria de *superação*! Mulher de hábitos firmes e religiosa tinha como missão precípua encaminhar os filhos na esteira da cidadania, patriotismo, vida cristã... Seus conselhos tinham força de lei em casa! Não era daquelas que ficava parada vendo as coisas acontecerem. Ainda adolescente tomou contato com arte da alfaiataria. Quando casou começou a costurar “pra fora” depois de aprender com a mãe que era modista fina. Juntos conseguiram comprar uma simples casa de “biribica”. Depois com muita labuta de ambos veio a famosa Sapataria Ideal e depois uma casa um pouco melhor.

Flamarion, sensível ao hercúleo esforço dos progenitores, mais uma vez consegue ser peremptório ao expressar o que ambos passaram na vida.

Veio-lhes o primeiro filho, numa casa modesta, da Rua Menino Deus. A situação era inda precária, mas, as pompas que marcaram a entrada desse primogênito no seio da igreja de Deus, ombravam em paridade, com galas os lares abastados. Mas, Deus sabe como eles estavam glorificados, como eles estavam engrandecidos, por renúncias consentidas e sacrifícios voluntários. Vieram depois outros filhos, vieram outras lutas, vieram outras canseiras. Não era possível que tanta tenacidade, que tanta dedicação, que tanta renúncia e tanta abnegação passassem despercebidas a Deus. E as recompensas vieram; a princípio, escassas, tímidas, hesitantes, como se temessem errar o caminho. Mais tarde, largas, amplas, generosas, opulentas... Mas, eles não as recolheram para si só e começaram a reparti-las com os outros, sem exageros, é certo, mas, como grande sentimento do bem. Aqui, era um amigo que ca-

*recia de um favor, ele o fazia; acolá, era um moço que não precisava de estímulo, ele o dava; aqui, era o filho irmão que o havia ajudado a construir sua firma, ele o colocou no lugar condigno, no lugar conveniente; ali, era uma filha que desfazia seu lar, e lá, estavam a sua preocupação e o seu cuidado, para que um lar cristão se reconstruísse. E foi assim que eles viveram esses 50 anos de vida, profundamente, humana!*⁶

E a recíproca dos pais para com o filho era verdadeira.

O casal via naquele menino um dom especial! Chamava a atenção deles o fato do rebento ser uma criança, de certo modo, circumspecta, compenetrada, pensativa. Seu passatempo preferido claro: era brincar de guerra! Era comum ele e os irmãos pegarem as vassouras da casa - para desespero da mãe - e transformarem em “potentes fuzis” em suas férteis imaginações.

Mas diferentemente dos outros mais traquinos, preferia alternar as brincadeiras de rua e com seus irmãos em casa em meio a leituras de aventuras, histórias épicas de antigamente passando a ter contato com alguns clássicos da filosofia e literatura.

Era um autêntico espartano ateniense!...

Um dos seus livros favoritos na infância fora, O Pequeno Príncipe 1943, obra escrita pelo piloto francês Antoine de Saint Exupéry.

Entretanto, apesar dessas informações relevantes, muito pouco se sabe sobre a vida de sua infância em Sobral, especificamente; e na omissão de algumas descendentes em

contribuir com seu arquivo pessoal (se é que ainda existe) ficou deveras muitíssimo difícil resgatar a sua história.

Enfim, mas é justamente aí que inicia o trabalho do *HISTORIADOR*! Por outro lado, a sua vida militar foi relativamente bem registrada, sobretudo em jornais. E a partir desses periódicos pudemos rememorar um pouco de sua marcante carreira como patriota do país.

Estudioso não escondia sua predileção pelas matérias de História, Geografia, Filosofia, Português e Matemática. Já adolescente, como leituras complementares gostava de aprender sobre a Grécia, sobretudo a bélica cidade de Esparta e Leônidas rei e general desta antiga urbe. Não só esse! Se regozijava com as empreitadas megalomaniacas de Napoleão Bonaparte em conquistar o mundo e demais estrategistas do mesmo porte de outrora. Uma das obras que mais admirava era *A Arte da Guerra* do general chinês Sun Tzu.

Em meio a essa rotina de leituras, já as portas da adolescência e tendo terminado os estudos iniciais na Princesa do Norte, o jovem Flamarion se preparava para a maior *ruptura* da sua vida, um divisor de águas que marcaria toda a sua trajetória. Trocava sua pacata terra natal por Fortaleza. Antes na sua Sobral pra lá de ordeira e calma; agora a cosmopolita Capital Alencarina, com todo o seu caos urbano em plena ebulição.

Antes uma vida livre nas ermas vielas sobralenses sentido o frescor dos ventos frios da Serra da Meruoca no Vale do Acaraú na época do inverno; agora uma vida regrada pautada na disciplina, hierarquia, cuidando das próprias roupas, arrumando a própria cama... Ingressava, em definitivo e em regime

de internato, no centenário Colégio Militar do Ceará (CMC). Tempos depois o colégio teria – dos anos 1936 ao 1938 - como diretor geral o Coronel de Infantaria e ex-comandante do 23º Batalhão de Caçadores, Alcebíades Dracon Barreto. Tudo era novidade. A saudade, imensa! Desafios maiores ainda, mas como sempre fora um jovem sem melindres, logo se adaptou.

Dona Cesarina, sua mãe, já havia tratado de providenciar junto ao esposo Chagas Barreto o tal “enxoval completo”, fundamental para ingressar no Colégio efetivamente. Roupas de baixo, pijamas, borzeguins, perneiras e claro o uniforme completo: quepe, pelerine, sapatos polidos, devidamente grafados com os seus respectivos números. Os meninos chegavam em torno dos 11 anos de idade. Geralmente reticentes e mesmo estando já trajados com seus icônicos uniformes cáquís, ainda assim eram tratados pelos veteranos como “bichos”, conforme tradição militar. Eles eram provenientes de várias capitais e cidades do Nordeste e até do Pará. Eram oriundos do Piauí, Maranhão, Pernambuco e, sobretudo de outras cidades do interior do Ceará, claro!

NOTAS

- 1 Optamos - por questão de uma conformidade meramente ortográfica - atualizar a grafia do nome do General substituindo “iz” por “ís” do seu primeiro nome, escrevendo-o, portanto agora como *Luís*. (Nota dos Autores)
- 2 SARMENTO, Silvia Noronha. *A raposa e a águia: J. J. Seabra e Ruy Barbosa na política baiana da Primeira República*. Salvador: EDUFBA, 2011, 231 p.

- 3 CESÁRIO BARRETO LIMA (1920 -1995) Comerciante formou-se perito-contador na Escola de Comércio Dom José, em Sobral. Foi fundador e jogador do time de futebol da cidade Guarany de Sobral. Casou-se com Maria Tamar Pierre Barreto, com que teve seis filhos. Deputado Federal e prefeito da cidade de Sobral, recebeu a visita do então presidente Humberto Castelo Branco para inauguração de diversas obras. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/cesario-barreto-lima> Acesso 30.01.2020
- 4 Tradução livre: “Honra a teu pai e a tua mãe, para que se prolonguem os teus dias na terra que o Senhor teu Deus te dá.” (N. dos A.)
- 5 LIMA, César Barreto; ALVES, Marcelo Barreto. *Um Varão de Plutarco: a saga de Chagas Barreto Lima*. Fortaleza: Premius Editora, 2014, pp. 174,5.
- 6 LIMA, César Barreto; ALVES, Marcelo Barreto. *Ob.cit.*, pp. 175,6.

CAPÍTULO 2

RIO DE JANEIRO: A MORADA DEFINITIVA

Ainda no Colégio Militar do Ceará – CMC, os internos tomavam ciência e logo eram alertados sobre os famosos Boletins Internos do colégio, o “código de honra” da instituição que continha todas as normas de condutas que deveriam seguir, à risca.

Rigorosa como era de se esperar, aspectos e hábitos comuns da vida civil eram considerados atos de indisciplina passíveis de repreensão tais como: se indispor contra os inspetores, fumar, alugar o quepe, jogar futebol ou baralho. As aulas de educação física seguiam o famoso método sueco com alongamento dos membros inferiores e superiores do corpo. Depois eram submetidos a um “acelerado” que era uma caminhada mais rápida de uma ou duas voltas em torno da pista de atletismo, tudo concomitantemente ao exercício pulmonar respiratório. Posteriormente eram executados adestramentos essencialmente militares tais como corridas, saltos em distância, exercícios sobre barras, subir em canos e em cordas pendentes.

Apesar do rigor, não podemos negar que menino teve contato com uma educação de excelência! Foi justamente lá onde começou a nutrir amor pela transmissão do conhecimento e pela vontade de educar. Foi influenciado por diversos pro-

fessores tais como o Tenente João Marinho de Albuquerque (Instrutor de Cavalaria), Honorário Jocelino Pacheco de Assis (Língua Francesa), André Bernardino Chaves (Geometria), Roberto da Silva Lisboa (História), Engenheiro Alberto Sá (Cosmografia), etc¹. O material didático também era de qualidade incontestável. As obras do paulista Paulo Setubal eram uma das mais consultadas. Liam Juvenal Galeno, José de Alencar, Taunay além dos maranhenses Coelho Neto, Humberto de Campos e Gonçalves Dias. Dos mais contemporâneos recebiam livros de José Lins do Rego, Rachel de Queiróz; sem falar dos portugueses Eça de Queiróz e Alexandre Herculano. Além dos materiais regulares tinham acesso a periódicos nacionais e locais como Correio do Ceará, O Povo, A Gazeta de Notícias.

Mas apesar da rigidez do ensino e da disciplina, havia espaço sim para a diversão. Depois de um tempo de interno era permitida a saída aos finais de semana, mas com retorno exato às 22h00 em ponto. Uma parte ia para o cinema Majestic, outra preferia passear de bonde para conhecer a cidade ou a praia de Iracema olhar as moças com roupas de banho. Os que tinham namoradas ousavam ficar até mais tarde com suas musas depois saltando o muro da escola fora do horário, mesmo correndo o risco de serem “presos” no temível isolamento. Como Flamarion era de fora - como a maioria - preferia esperar o tempo certo para passar as férias com a família. Em 8 de dezembro de 1925, o jornal sobralense A Imprensa, noticia a chegada do aluno Flamarion em Sobral para passar as férias depois de iniciar os estudos ginasiais no Colégio Militar do Ceará.

Flamarion ia alçando seus passos na hierarquia escolar com alto rendimento, mas agora estava prestes a enfrentar outro desafio não menos penoso. A decisão fora difícil até mesmo para a família! Porém o que estava em jogo era o futuro do garoto.

Já em Fortaleza ele os amigos - dentre aqueles que possuíam um melhor rendimento no CMC -, já se preparavam sonhando em desembarcar na cidade maravilhosa com todos seus encantos e belezas naturais; além da honra de pôr os pés na conspícua Escola Militar do Realengo, por onde passaram tantos heróis nacionais.

Trocava Fortaleza pelo Rio de Janeiro, nessa época capital político-administrativa do País. Cidade essa que passaria a ser a morada definitiva do jovem: onde se casara e tivera seus filhos e descendentes. No Jornal sobralense Brasil-Livre de subtítulo “Órgão Oficial da Aliança Liberal” do redator chefe Braga Hardi e diretor político Arthur Borges, registrava a nota “Flamarion B. Lima”, onde dizia:

Seguiu sexta-feira última, com destino a cidade do Rio de Janeiro, onde vai cursar a Escola Militar do Realengo, depois de brilhante curso no Colégio Militar do Ceará, o Jovem Flamarion Barreto Lima, filho de Francisco das Chagas Barreto, adiantado industrial da cidade. Em sua companhia seguiu também o seu irmão Luciano que irá cursar o Colégio Militar do Ceará.

Por nosso intermédio Flamarion Barreto Lima se despede-se de todas as pessoas de sua amizade e pede ao mesmo tempo, desculpa de não o ter feito pessoalmente por exiguidade do tempo².

Em março outro importante jornal conservador local, A Ordem, de diretor e proprietário o saudoso senhor Craveiro Filho, arremata: “Por telegrama chegou ao nosso conhecimento haver o futuroso conterrâneo jovem Flamarion Barreto, entrado para a Escola de Guerra de Realengo. Por este fato enviamos parabéns ao digno progenitor Sr. F. das Chagas Barreto”³.

Os jornais da capital também registravam esse importante momento para a sociedade cearense. O periódico A Razão, destacava a nota de título “Seguiu, hoje, para o Rio, uma turma de alunos do Colégio Militar: Quem são os novos cadetes”

Tomaram passagem hoje, cerca de 40 alunos do Colégio Militar deste Estado, que se destinam a Escola Militar do Realengo.

Conseguimos apanhar os seguintes nomes da turma composta pelos briosos moços: José Góis Campos Barros, Eduardo Weine, Aristal Calmon, Francisco Saraiva Martins, Gerardo Borba, Manoel Saraiva Martins, Flamarion Barreto, João Picanço, José dos Santos Passos, etc. O embarque dos jovens conterrâneos foi bastante concorrido, vendo-se a ponte metálica inúmeras famílias.⁴

No início da chegada dessa nova turma vinda de todo Brasil, a década de 30, a capital federal testemunhava a ascensão de uma nova força política que se prolongaria por um bom tempo. É que o astuto gaúcho Getúlio Vargas (1882-1954) utiliza o assassinato passionai de seu vice João Pessoa para realizar a maior manobra política da sua trajetória pública. Aproveitando esse fato somado ao avanço revolucionário do Movimento Tenentista, Vargas viu o momento ideal para

depor Washington Luís ao mesmo tempo em que impede seu sucessor “eleito” Júlio Prestes de tomar posse como mandatário da nação pondo fim a chamada República Oligárquica no Brasil.⁵

Após a “revolução” varguista a Escola Militar de Realeng. Passou por senhora repaginada. O alto comando queria resgatar o caráter da devoção à Pátria e a Nação não dando muito espaço as atividades políticas dos internos. Influenciados nas academias militares francesa e norte-americana, em abril de 1931 Flamarion ingressa definitivamente na Escola Militar do Realengo no Rio de Janeiro, sob o número 657. A rotina na escola não era menos rigorosa, muito pelo contrário, muitas das vezes os alunos eram levados aos seus mais tênues limites tanto intelectualmente como fisicamente. Juarez Távora (tio do ex-governador Virgílio Távora) ambos egressos da Escola, em suas memórias Uma vida e muitas lutas conta em detalhes como era o dia a dia por lá:

Acordávamos às 4,30 para lavar o rosto ou tomar banho e vestir- nos. Por volta das 5,30 tocava o ‘rancho’ para o café. E normalmente devíamos estar formados às 6, para a instrução no campo. Às 9, almoçávamos, e após pequena pausa, começavam, às 10 horas, as aulas teóricas. Às 15, jantávamos. A partir das 16 podíamos deixar o recinto da escola e dar um passeio pelo Realengo. Às 18 horas tocava o ‘rancho’ para a ceia. Depois da ceia tínhamos estudos em sala, que se prolongava até às 21, quando tocava ‘revista’. A esse toque os alunos formavam nos respectivos alojamentos, para conferência, pelo oficial de dia, dos cadetes presentes. Finalmente, às 22 horas, tocava ‘silêncio’.

Essa nova experiência era como um ritual de passagem para todos os internos. Os exames intelectuais com base no mérito, os “trotes” impostos pelos veteranos, a escolha da Arma, as manobras, tudo foi sendo tirado de letra por Flamarion. Em 25 de agosto de 1931, incorpora-se ao oficialato, se tornando Cadete das Forças Armadas. Já em abril de 1932, matricula-se no Curso de Infantaria, escolhendo assim sua Arma. Agora tomava contato com as matérias específicas sem abrir mão da prática com aulas de Táticas e Serviços de Infantaria, Manuseio de Armas Portáteis e Metralhadoras, Fortificação de Campanha, Topografia Militar, Manuseio de Explosivos, Esgrima dentre outras.

As atividades físicas chegavam a levar alguns alunos ao esgotamento de tão exigente. Muitos até abandonavam a escola e voltavam para a casa dos pais. Em época anterior, na sua passagem pela escola, o então aluno Humberto Castelo Branco ao ser testado na pista de obstáculos foi parar na enfermaria por exaustão. Muito inteligente, era conhecido de todos que a parte física nunca fora o seu forte. Posteriormente, já na ativa Flamarion tornara-se amigo do conterrâneo e futuro presidente da República, uma amizade que perdurou enquanto vida tiveram.

No ano que ascendia ao posto de 2º Tenente, em 10 de novembro de 1934, uma pausa nas atividades militares para casar-se com a senhorita Neuza de Oliveira Lopes, tendo com ela 5 filhos. A vida militar era um desafio para toda família. Mas o amor a tudo vence! As recorrentes transferências e mudança de hábitos em cada cidade era um desafio para todos.

Enfim, certamente o próprio Flamarion teria muito a contar durante essa peculiar parte da sua vida que passou nas escolas militares preparatórias. As missões que lhe foram concedidas posteriormente pelo Alto Comando ou até mesmo pelo Catete só mostram o quão era benquisto por seus superiores. Por isso decidimos adiante acrescentar uma faceta pouco conhecida de Flamarion.

Revelaremos, portanto um segredo familiar guardado a 7 chaves depois de tensas tratativas com o núcleo duro da família. Fomos atrás e tivemos acesso aos arquivos oficiais do Superior Tribunal Militar de Brasília na qual Flamarion foi responsável por um importante inquérito. Era uma hercúlea e importante missão, com ares de filme hollywoodiano, envolvendo diretamente o então Capitão Flamarion que passaremos a contar - com riqueza de detalhes - nos dois capítulos a seguir.

NOTAS

- 1 MARQUES, Janote Pires (Org.) Rememorações: Eduardo Hugo Frota e suas memórias dos tempos do Colégio Militar do Ceará (1931-1936). Fortaleza: Expressão Gráfica, 2009, 160 p.
- 2 Jornal BRASIL-LIVRE, Ano I, N. 20, Sobral/CE, 25 de fevereiro de 1931, p. 6.
- 3 Jornal A ORDEM, Ano XV, N. 893, Sobral/CE, 21 de março de 1931, capa.
- 4 Jornal A RAZÃO, Ano II, N. 562, Fortaleza/CE, 25 de fevereiro de 1931, p. 2.

- 5 FAUSTO, Boris. A Revolução de 30: historiografia e história. 12 ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- 6 TÁVORA, Juarez. Uma vida e muitas lutas: a caminhada no altiplano. Rio de Janeiro: J. Olympio; BIBLIX, 1973, p. 86.

CAPÍTULO 3

FLAMARION VS HITLER (I)

“Se Hitler invadissem o inferno, eu faria uma referência favorável ao diabo...”

Estadista inglês Winston Churchill (1874 - 1965) na Câmara dos Comuns, logo após a invasão nazista à União Soviética em junho de 1941.

No desenrolar do ano de 1942, as forças armadas nazistas Wehrmacht mais aliados do chamado “Eixo do Mal” (Japão e Itália) já ocupavam quase 1/4 do território da URSS, parte do Norte da África e pouco menos que a totalidade da Europa continental. Estávamos em plena 2ª Grande Guerra Mundial. Adolf Hitler aterrorizava o planeta com suas atrocidades e projeto de expansão do seu Reich. Ainda insistia em alimentar - no seu íntimo -, a obsessão doentia de conquistar o mundo¹.

Enquanto isso no Brasil, Getúlio Vargas se achava nos meados da fase de seu governo mais duro – o chamado Estado Novo (1937-1945). Depois de breve “flerte” com o Führer, Vargas, tempos depois, trata de romper de vez com o ditador alemão. Decide declarar guerra contra o país germânico no dia 31 de agosto de 1942, depois de pressão advinda da po-

pulação e dos EUA.² Isso aconteceu depois que submarinos nazistas afundaram vários navios em plena costa brasileira vitimando centenas de civis brasileiros.³ O país entrava assim oficialmente na 2ª Grande Guerra Mundial.

Nesse contexto histórico, uma das (questionáveis) medidas tomadas pelo gaúcho fora fazer um “pente fino”, uma verdadeira caças às bruxas em face dos colonos japoneses, italianos e sobretudo, alemães; inclusive, chegando a ponto de determinar “a proibição de que falassem em público outra língua que não fosse o português. Jornais e rádios voltados para essas comunidades foram proibidos. Associações e clubes tiveram de mudar de nome e encerrar atividades ligadas a suas culturas de origem⁴. ” Isso porque não falamos do Decreto-lei presidencial Nº 4.166, de 11 de março de 1942, que prescrevia o confisco dos bens de todos estrangeiros citados:

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180, combinado com o artigo 166, § 2º da Constituição; (...) DECRETA: Art. 1º Os bens e direitos dos súditos alemães, japoneses e italianos, pessoas físicas ou jurídicas, respondem pelo prejuízo que, para, os bens e direitos do Estado Brasileiro, e para a vida, os bens e os direitos das pessoas físicas ou jurídicas brasileiras, domiciliadas ou residentes no Brasil, resultaram, ou resultarem, de atos de agressão praticados pela Alemanha, pelo Japão ou pela Itália.⁵

Nessa “patrulha”, o Exército, internamente, era a instituição responsável por monitorar possíveis movimentações em prol do governo nazista em território brasileiro. Foi aí que ficou constatada que estava em pleno curso a formação da perigosa “Conspiração Nazi-integralista”; especialmente no es-

tado do Rio Grande do Sul. Nessa época, quem foi designado para investigar e elaborar o Inquérito Policial Militar fora o então jovem capitão Luís Flamarion Barreto Lima. Talvez, fora esse, um dos maiores desafios de sua carreira! Não obstante estar legalmente cumprindo sua obrigação funcional, ainda havia um componente emocional que motivava o oficial sobralense a se envolver com mais afinco no caso. Era que ele e sua família, queriam, de certa forma, fazer justiça com relação a “morte” do seu irmão, o também militar Luciano Thebano.⁶ É que este, estava listado como uma das vítimas fatais no naufrágio do navio Baependi, em agosto de 1942, covardemente atingido por um torpedo alemão. Quiçá tenha sido esse o componente a mais para que o jovem capitão desse o seu máximo nessa citada missão; pois de certa forma, ganhava a chance de vingar a “morte” do familiar. Mas, felizmente, tempos depois de findo o inquérito, para a alegria da família, eis que Thebano – inesperadamente - trata de reaparecer em casa.

É que neste período ele estava a serviço das Forças Armadas em missão especial secreta, não podendo, portanto, ter comunicação com quaisquer dos familiares. Assim, não pôde informar que havia desistido de fazer viagem naquela embarcação.

Enfim, voltando à chamada Conspiração Nazi-integralista, informações preliminares davam conta de que várias pessoas de algumas cidades do Rio Grande do Sul estavam se mobilizando com intuito de apoiar ideologicamente as convicções nazistas.

Eram pessoas dos mais variados tipos sociais: trabalhadores autônomos, pastores protestantes e principalmente,

militares de “baixa patente”. Em comum, todos compartilhavam entre si características culturais que os enquadravam etimologicamente como “teuto-brasileiros”.⁷

Não obstante, o capitão Flamarion já conhecia bem com quem estava lidando. Em seu Fatores Psicossociais Sul-americanos, o estudioso já estava há tempos pesquisando aspectos antropológicos e históricos acerca da colonização de vários países europeus na América do Sul. Especificamente, em relação do Brasil com os colonos alemães, Flamarion (1965, p.21) destacava: *“Os alemães, entrados no Brasil, provieram, notadamente, do Norte, Pomerânia, Holstein, Saxônia Oldmburg. Eram agricultores, pertencentes a pequenas comunidades rurais, protestantes, com hábitos tradicionais arraigados. Houve, também, pequeno número de artesãos e operários qualificados.”*

O militar, pois, já estava há dias trabalhando, investigando, entrevistando pessoas, colhendo indícios e provas com vistas a elaborar seu IPM, sempre com muita cautela, claro. Como dizem os italianos: *chi va piano va sano e va lontano*. Em 03 de novembro de 1942, o oficial encaminha, enfim, seu inquérito ao Ministério Público Militar. A peça persecutória estava recheada de importantes informações a respeito de todos os investigados na “Trama Nazi-integralista de Cruz Alta/RS”, constando detalhes de dados sobre a origem, residência, ocupação profissional e religião de todas as 28 pessoas inqueridas. Eram, ao todo, 20 militares e 8 civis.

Esse inquérito acabou dando subsídios relevantes para a Denúncia apresentada pelo representante do Ministério Público Militar, o Excelentíssimo Sr. Dr. Promotor Militar Benjamin

Sabat à 3ª Auditoria da 3ª Região Militar em Santa Maria/RS, dando origem ao processo de número 20.898 junto ao Superior Tribunal Militar. O promotor Sabat, depois de elaborar sua denúncia estribada nas informações fornecidas pelo inquérito realizado por Flamarion, estava categoricamente convicto que “existiam no quartel muitos soldados dispostos a ajudar a Alemanha.”⁸

Flamarion, por sua vez, ia mais longe, pois, segundo ele, nos lares, nas instituições escolares e religiosas “teuto-brasileiras” já haviam dado início sim a perigosa “germanização” do povo brasileiro. Dizia Flamarion em seu inquérito:

*É uma consequência direta e insofismável, do fecundo trabalho de germanização das populações teuto-brasileiras. [...] O caso vertente ilustra sobremaneira esta afirmativa, por isso, a maioria dos indiciados neste inquérito, são descendentes de famílias há muito radicadas na Rússia e que conservam-se, através das migrações sucessivas, a língua, os costumes, o espírito, a tradição germânica. Educados como se fossem alemães, e ouvindo a cada instante no lar, na igreja, na escola, o apelo para que assim se conservem, os soldados indiciados neste inquérito, como a maioria dos teuto-brasileiros, estão de fatos ligados afetiva e espiritualmente à pátria de seus ascendentes.*⁹

Quanto aos colegas de farda, lotados no 8º Regimento de Infantaria do Quartel em Cruz Alta, o capitão era mais incisivo ainda, ressaltando que eles nada mais que simulavam estarem adaptados à “brasilidade”; enquanto que no fundo, a devoção às suas raízes alemãs era que acabava falando mais alto: “Externamente coagidos pela força, se dizem brasileiros,

mas no íntimo, pensam e agem como alemães acalentando sentimentos, convicções, ideias, que em situações oportunas se manifestam em atos de traição a verdadeira pátria”,¹⁰ enfatizava Barreto.

O maior receio de Flamarion era de que - caso ocorresse um conflito real contra o exército alemão nazista - esses soldados desertassem, sabotando o Exército brasileiro para depois debandar com o fito de engrossar as fileiras das tropas hitleristas; sem falar do possível e latente risco de anexação daquela parte do território brasileiro ao Reich alemão.

Sua aflição ficava patente quanto a amplitude da trama nesse trecho do inquérito:

Convém ainda salientar que o encarregado deste inquérito tem a convicção de que em outros corpos desta e de outras regiões militares onde existem soldados de origem alemã, está em desenvolvimento o mesmo processo que tentou, aqui descrever, porque as causas que o originaram são de caráter geral e não particular¹¹

Para melhor fundamentação e embasamento legal de sua diligência e para não haver equívocos e/ou incorrer em injustiças, o capitão Flamarion decide então narrar, em riqueza de detalhes, alguns casos concretos.

Preocupava-o, em particular, o comportamento de um soldado que ele classificava como um potencial líder de rebelião. Sabia que numa situação delicada dessa, é comum sempre se arvorar um agitador que tem a função de difundir, persuadir e incitar os demais a tomar parte em suas ideias, estando elas erradas ou não; sendo a causa boa ou má.

O desejo do soldado desertar demonstrava ser consequência clara, direta e insofismável do fecundo trabalho de Germanização das populações teuto-brasileiras, empreendido com tanto sucesso pelo Governo Alemão, no claro intuito de vinculá-la espiritual, cultural e racialmente ao Estado Alemão e criar minorias caracterizadas, que mais tarde servirão de pretexto a reivindicações políticas e territoriais.¹²

Assim foram indiciados este e vários outros militares, que na visão de Barreto, estavam incitando a deserção sempre sob o pretexto de que eles não poderiam lutar contra os seus “irmãos de sangue”, no caso, os alemães nazistas.

Seu alvo de investigação não se limitava somente à caserna. Flamarion constatou que alguns civis, também, já haviam sido cooptados pela trama.

Sobre determinado suspeito, declarava:

(...) é certo que desempenha uma atividade eminentemente suspeita. Até o fim do ano próximo passado [1941], em sua residência e estabelecimento comercial, grande número de soldados, ouvia noticiário proveniente da Alemanha, fazia comentários a ela favoráveis e usava o idioma alemão. Este ano, embora discretamente, continuavam estas manifestações anti-brasileiras. Seu estabelecimento comercial e sua casa de residência, sempre estivera, durante o dia e a noite, em dias comuns como nos de descanso e feriados, franqueados aos soldados de origem alemã, que lá iam dar expansão ao espírito anti-brasileiro de que se acham imbuídos.¹³

Com relação a uma outra civil, dessa vez uma pessoa de ocupação não conhecida, Flamarion asseverava:

(...) embora não haja indícios de que estivesse em condições de prestar informações militares a agentes de potências inimigas, é certo que se interessava pela vida do Regimento. É também certo, que os soldados indicados neste Inquérito se reuniam, depois do expediente, em sua residência, para comentar e discutir o plano de deserção e que na presença deles, ela fazia apologia do poderio bélico da Alemanha em detrimento do nosso.¹⁴

A investigação estava a todo vapor. A cada nova constatação Flamarion se envolvia ainda mais no caso. Num primeiro momento até chegou a cogitar que não iria encontrar nada demais e que talvez nem fosse necessário dá seguimento nas ações ato contínuo tudo seria arquivado.

Mas, para sua surpresa, os fatos que se arvoravam eram graves mesmos e diante de tudo isso o País teria de tomar uma decisão enérgica para que a nação não fosse a próxima vítima da megalomania desmensurada do líder alemão.

NOTAS

- 1 BEEVOR, Antony. A Segunda Guerra Mundial. Rio de Janeiro: Record, 2015, 952 p.
- 2 NETO, Lira. Getúlio: o Governo Provisório à ditadura do Estado Novo (1930-1945). São Paulo: Companhia das Letras, 2013, 632 p.
- 3 SANDER, Roberto. O Brasil na mira de Hitler: a história do afundamento de 34 navios brasileiros pelos nazistas. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011, 264 p.

- 4 Juliana Dal Piva, Nicollas Witzel. TESOUROS DE IMIGRANTES ALEMÃES CONFISCADOS POR VARGAS NA SEGUNDA GUERRA SÃO DESCOBERTOS <https://epoca.globo.com/tesouros-de-imigrantes-alemaes-confiscados-por-vargas-na-segunda-guerra-sao-descobertos-23311740> Acesso: 17.03.2019.
- 5 http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del4166.htm Acesso: 19.03.2019.
- 6 LUCIANO THEBANO BARRETO LIMA. Nascido em 1918 na cidade de Sobral-Ceará, na juventude, casou-se com Yolanda Coelho Barreto, filha do General Polli Coelho de quem era também seu ajudante-de-ordem. Quando major, foi o secretário responsável pela ata na 14^a Conferência da Comissão Mista de Limites e de Caracterização da Fronteira Brasil/Bolívia, realizada no dia 29 de julho de 1958. No posto de coronel, presidiu o Conselho de Apuração da chamada “Fuga de Fortaleza da Lage” que envolvia 3 presos no Rio de Janeiro, dentre eles Tarzan de Castro, ex-guerrilheiro do PCB. Exerceu o cargo de diretor do Instituto de Engenharia Militar, membro de Conselho de Segurança Nacional e Assessor do Ministro da Saúde. Foi ainda 2º Tesoureiro da Casa do Ceará e Doutor Honoris Causa da Fundação Vale do Acaraú. (N dos A.)
- 7 Termo genérico atribuído a grupos de descendentes de imigrantes alemães que colonizaram, a partir do século XIX, em especial, os estados sulistas brasileiros. (N dos A.)
- 8 BRASIL. Superior Tribunal Militar. Processo 20.898. Denúncia do Promotor da Justiça Militar Dr. Benjamin Sabat. Santa Maria, 18 de janeiro de 1943, p. 10.
- 9 BRASIL. Superior Tribunal Militar. Processo 20.898. Relatório do Capitão encarregado do inquérito Luís Flamarion Barreto Lima. 03 de novembro de 1942, p. 54.
- 10 Ibidem.

11 Ibid, p. 52.

12 Ibid., p. 55.

13 Ibid., p. 58.

14 Ibid.

CAPÍTULO 4

FLAMARION VS HITLER (II)

Outro suspeito importante a ser investigado seria, agora, um cabo. Com relação a este caso havia agora um detalhe ainda bem mais grave, pois esse militar seria potencial conspirador.

Segundo o capitão investigador constavam indícios claros de que este já estava forjando uma aliança *subversiva* entre os nazistas alemães com as ideias integralistas de Plínio Salgado; que, aliás, já havia tido seu partido *extinto* por Vargas, assim que o velho caudilho iniciou o período conhecido como Estado Novo. Pela primeira vez se ouve falar na denominação “nazi-integralista” na investigação.

O Cabo teuto-brasileiro de segunda geração, completamente desnacionalizado é um intoxicado pela propaganda nazi-integralista. Nazista fanático, agita a bandeira de sua edição indígena – o Integralismo – procurando com ela aliciar, entre os soldados do Regimento, novos companheiros ¹⁵.

Tanto o Cap. Flamarion como o promotor Sabat já não nutriam mais nenhuma dúvida perante os fatos. Além do desprezo patente pela cultura brasileira, o fato de serem simpatizantes explícitos do regime totalitário alemão somado tudo isso a aproximação ideológica com o famigerado Partido Integralista Brasileiro, acabava por tornar o grupo de suspeitos

classificado como “triplamente” perigoso. Numa declaração, um dos indiciados chegava ao disparate de afirmar que: “o integralismo é um partido político destinado a mudar a forma de governo do Brasil em favor da Alemanha”¹⁶.

Essa alegação deixou até os mais experientes *bastante* perplexos o que motivava, agora, aos envolvidos seguirem seus trabalhos com ainda mais devoção. A situação do cabo piorava ainda mais!

Desvendada, pois, a relação da célula teuto-brasileira com os nazistas e agora também com os integralistas, a intenção do capitão era somente uma - a de robustecer ainda mais as denúncias. A cada nova investigação, indícios mais contundentes vinham à tona como a que passamos a narrar a seguir:

Com estes antecedentes perfeitamente provados, foi apreendido em poder do Cabo, “um esboço planimétrico representando a maior parte da cidade de Cruz Alta”, tendo assinalado com o rigor possível em trabalhos desta natureza, seus mais importantes estabelecimentos militares, industriais, comerciais e hospitalares, além de inúmeras residências de súditos do Eixo, ou de indivíduos com eles simpatizando, capaz de prestar informações militares as potências inimigas orientando sabotadores, e executado com manifesta intenção criminosa. O Cabo explica-se de modo infantil, alegando que executara o esboço “por mera recreação para mostrar suas habilidades de desenhista” a seus tios.¹⁷

As investigações iam de vento em popa. E pra não dizer que a ação de perquirição militar não passava de perseguição dos oficiais para com os subordinados, Flamarion dirige suas averiguações, agora, no seio do oficialato. Entra na sua mira

agora um oficial de alta patente. Tratava-se ele de um 2º Tenente da Reserva. Dizia Barreto:

(...) é teuto-brasileiro “educado dentro dos princípios do mais rígido prussianismo”. Sua residência em Porto Alegre, adornada e equipada com objetos e utensílios de fabricação germânica “parece a de um verdadeiro súdito do Eixo”. Possui uma biblioteca de obras tão somente em língua alemã e sua avultada correspondência particular¹⁸.

Descoberto mais esse importante elo - o do 2º Tenente - o capitão chegava ao centro do outro núcleo de investigação, não muito numeroso é verdade, mas muitíssimo influente por se tratar de setores que carregam consigo forte poder ideológico, já que agora, entrávamos nos mistérios que permeiam as entranhas da seara religiosa. O 2º Tenente em questão, era também, Presidente da Mocidade Batista e por isso, além da imposição de hierarquia militar, exercia, similarmente, certa autoridade religiosa por sobre os demais subordinados. Tratava-se, pois, de um agente *duplamente* perigoso.

Sua atividade religiosa propugna pelo germanismo dos brasileiros descendentes de alemães, o que levou os soldados, presentes em suas pregações a considerá-lo alemão, isto é, um indivíduo partidário da Alemanha que está disposto a ajudá-la¹⁹.

Flamarion firmava ainda mais suas convicções quando dentre os militares religiosos se constatava que era comum “misturar na palestra exortações religiosas e elogios ao poderio militar e grandeza da Alemanha”²⁰. Dois componentes explosivos - político e religioso - estavam juntos. Imbuído, pois, de todos esses elementos fáticos, o capitão fez com que

sua investigação se dirigisse agora a outros influentes profissionais - o dos pastores.

Apesar da visita do pastor, sumamente suspeita de conter uma manobra política, reputo falsa a afirmação de [...], levando-o ao crédito de sua atividade derrotista e aliciadora, por isto que não é natural, aos agentes políticos do inimigo, comprometerem-se logo a primeira vista, com palavras como aquelas. Acredito antes, que o pastor, nesta sua primeira visita, conhecendo por informações [...], que escrevera aos seus, falando-lhes de sua intenção de desertar, pretendeu apenas sondar o ambiente, para mais tarde, cômoda e seguramente, lançar-se ao trabalho de aliciamento, utilizando o pretexto religioso. Corroboraram nesta premissa, seus antecedentes, “Nazista confesso e defensor da causa existia”²¹.

Para Flamarion, o líder religioso nada mais que incorporava um típico teuto-brasileiro que se utilizava da religião com vistas a difundir sentimentos de “germanidade” no meio dos descendentes alemães em terras brasileiras. A religião sempre fora um dos maiores formadores de mentes na humanidade, exercendo grande poder ideológico perante os seus seguidores. Mas acusações para com o pastor iam além! Algumas fontes davam conta de que ele negociava declaradamente com simpatizantes à causa nazista, possuindo também vastos materiais sobre a cultura alemã, etc.

Não deu outra! Essa ação acabou resultando na prisão imediata do religioso. Em ofício dirigido ao então capitão Flamarion, datado do dia 12 de setembro de 1942, o então subdelegado Celso Orengo informava da prisão preventiva do líder

máximo do Sínodo Evangélico Luterano do Brasil. *“Com este, de ordem superior, devidamente custodiado por um praça da Brigada Militar do Estado, em conformidade com o nosso ofício [...] vos faço apresentar o pastor protestante Heine do Seminário Concórdia, de Porto Alegre, onde foi preso e remetido a esta cidade”*²²

A partir daí o capitão Flamarion vai saindo de cena, em sua participação, passando a vez agora para o promotor Sabat que trata de prosseguir na acusação.

Em maio de 1944, finalmente os acusados foram sentenciados num julgamento que fez lembrar até o “Tribunal de Nuremberg”. Ele aconteceu nas dependências do Quartel do 7º Regimento de Infantaria em Santa Maria, até então pacata cidade do Rio grande do Sul. Toda a população – de todas as classes sociais - acompanhou a prolatação da deliberação.

O júízo foi composto pelos seguintes oficiais: Tenente-Coronel Demócrito Silva Freitas (Presidente); Francisco Anselmo Chagas (Auditor Militar); Antero de Lorenzi Maciel (Capitão-Juiz); Paulo Bolívar Holanda Cavalcanti (Capitão-Juiz); e Dinarte Canabarro Cunha (Tenente-Médico).²³ Foram longos 2 dias de julgamento sem interrupções. Somente o promotor Benjamin Sabat falara por longuíssimas 8 horas. Com uma eloquência fenomenal enleava a atenção de todos, fundamentado claro no inquérito de Flamarion. Posteriormente sua fala, foi dada a palavra aos advogados que, também, se valeram da boa oratória com vistas à efetivação de absolvição de seus clientes. O então Tenente-Coronel Demócrito Silva Freitas, investido de juiz do caso, não podia ter fundamentando sua sentença.

E não há dúvida que esta é a inteligência lógica do Decreto-Lei que definiu os crimes militares de tempo de guerra, como de sua consolidação no novo Código Penal Militar. Na interpretação sistemática dessa lei se conclui que o Estado, legitimamente amparado no seu direito natural de defesa, colocou em primeiro plano [...] o dano potencial, mais que o dano efetivo. Punem-se as atitudes sem se cogitar necessariamente, da prova do dano. [...] Basta a prova da índole política, da capacidade de delinquir naquele sentido, reveladas pelo indiciado, nas atitudes anteriores e contemporâneas dos fatos que motivaram o processo, face ao ambiente político da nação, e leves indícios de autoria, para se justificar jurídica e legitimamente um veredictum condenatório como medida de defesa e de segurança do Estado.²⁴

No fim de tudo, coube ao Tenente-Coronel, presidente da seção, prolatar seu *veredicto*:

- 3 foram condenados à 30 anos de prisão;
- 5 condenados à 20 anos;
- 9 a 2 anos;
- 1 a 8 anos;
- 1 a 13 meses e 15 dias de prisão com trabalho e, por fim;
- 9 foram absolvidos.

Flamarion, nesse momento, a tudo assistia lá no fundo aliviado, depois de exaustivos 2 anos de hercúleo trabalho, de fazer inveja a qualquer agente secreto da CIA.

Enfim, podia respirar com calma, sua missão havia sido cumprida com sucesso!

Contudo, quando retornou para sua casa e para o seio de sua família no Rio de Janeiro ele *inesperadamente* recebe a informação de que teria de comparecer, com urgência, no Palácio da Guanabara. Tomou um susto! *“Palácio da Guanabara?! O que será que querem de mim agora meu Deus”*, pensou.

Jamais havia sido chamado para comparecer naquele lugar. Imaginava que talvez, fosse prestar informações a algum oficial que fazia parte da segurança de Vargas. Anos antes, Vargas havia sofrido uma tentativa malograda de invasão por parte das tropas integralistas na sede de seu governo. Mas o levante fracassou, e Vargas começou a reprimir ainda mais os seguidores de Plínio. Mas *missão dada é missão cumprida!*

Assim que chegou ao Palácio se apresentou e foi conduzido por um educado mordomo até uma confortável antessala. Poucos minutos depois, olha ao longe vindo ao corredor o presidente Getúlio, com um charuto numa das mãos e dando ordens a um assessor. Parecia estar contente e bem-humorado.

Sem rodeios, assim que se aproximou do militar cearense o líder máximo da nação emendou: *“O senhor é que é o capitão Flamarion Barreto?”*, perguntou sério Vargas olhando bem nos olhos do sobralense e estendendo a mão para cumprimentá-lo. *“Sim.”*, respondeu, humildemente, o capitão batendo continência e logo depois apertando a mão do estadista.

Ao que o presidente continuou: *“Desculpe tê-lo retirado do seu descanso. Só queria mesmo lhe dar os parabéns pelo trabalho lá na minha terra. Agradeço pelo seu empenho. Era isso, já pode ir.”*, disse o líder gaúcho sorrindo, batendo

nos ombros do tímido oficial e logo após, saindo. “*Obrigado*”, respondeu Flamarion ao seu mais alto superior batendo novamente continência e obviamente, também, se retirando. *Pelo menos sua promoção estava garantida!...*

NOTAS

15 Ibid., p. 69.

16 BRASIL. Superior Tribunal Militar. Processo 20.898. Denúncia do Promotor da Justiça Militar Dr. Benjamin Sabat. Santa Maria, 18 de janeiro de 1943, p. 6.

17 BRASIL. Superior Tribunal Militar. Processo 20.898. Relatório do Capitão encarregado do inquérito Luís Flamarion Barreto Lima. 03 de novembro de 1942, p. 70.

18 Ibid., p. 52.

19 Ibid., p. 64.

20 Ibid., p. 65.

21 Ibid., p. 66.

22 BRASIL. Superior Tribunal Militar. Processo 20.898. Relatório do subdelegado Celso Orengo da Delegacia de Cruz Alta/RS ao encarregado do inquérito Luís Flamarion Barreto Lima. 12 de setembro de 1942, p. 1.

23 Jornal CORREIO DO POVO, Porto Alegre, 29 de maio de 1944, p. 15.

24 BRASIL. Superior Tribunal Militar. Processo 20.898. Sentença. 28 de maio de 1944, p. 32.

CAPÍTULO 5

O LEGADO

Finalmente!

Chegamos à conclusão dessa parte do livro com a certeza de que não alcançamos nem 5% dos feitos de um homem com envergadura moral e espiritual para preencher tomos e mais tomos de uma biografia recheada dos mais relevantes ensinamentos cívicos e amor incondicional devotado à Pátria.

Para além da farda, Flamarion era exemplo de pai de família, bom filho, irmão e cidadão. Sempre viu na educação o fator primordial para entendermos o Brasil para depois transformá-lo conforme suas peculiaridades. Sabia mais do que tudo das aptidões e do caráter de seu miscigenado povo, dos seus recursos naturais e da sua potencialidade de ser uma nação de projeção mundial no futuro.

Era um nacionalista inveterado!

Cultor dos verdadeiros heróis nacionais, sobre o patrono do Exército brasileiro Duque de Caxias, certa feita arrematou: “Como Comandante-em-Chefe foi organizador metuculofo e previdente, estrategista sagaz e inteligente, planejador sóbrio e objetivo, enfim, condutor audaz e intrépido em todas as horas de bonança e provação. Agiu sempre com a consciência e a visão de um grande chefe, dominando a conjuntura nacional nos seus aspectos político, administrativo e militar. ”

Como professor, educador e pensador do Brasil ministrava aulas, palestras, colóquios, conferências sendo sempre muito admirado pelos seus atentos ouvintes. Soube transmitir seus conhecimentos a toda uma geração de vocacionados militares. Como mestre reza a lenda que era comum seus alunos da Escola Superior de Guerra fecharem bem as fretas das portas e das janelas da sala para que nenhuma palavra sequer fosse “perdida”.

Por um tempo seus planos de aula começaram a ser publicados em formato de livreto apelidados carinhosamente de “os branquinhos” amplamente sendo distribuídos entre os cadetes e essencial para quem ia enfrentar os exames de admissão.

Sua bibliografia é de incontestável valor histórico e científico: Guerra do Paraguai, Guerra de 1851-52, Guerras entre as Nações Hispano Sul Americanas, Formação das Nacionalidades Sul Americanas “Edição Especial da Campanha Ajuda Teu Irmão”, Formação da Nacionalidade Brasileira, Formação e Evolução dos Estados Unidos, A Siderurgia na América do Sul. E mais: A Siderurgia na América Latina, Campanhas Militares da Independência dos Países Sul-Americanos, Evolução Política dos Países Latino-americanos (1ª e 2ª Partes), A Independência na América Latina, Fatores Psicossociais Sul-americano, A População Latino-Americana além de muitas outras conferências, anotações, artigos para revistas e jornais especializados ou pertencentes a grande imprensa. Seus livros, apesar de não reeditados, são fontes para os mais diversos campos do conhecimento; antropólogos, sociólogos, historiadores os usam como referências essenciais quando

possuem como objeto de investigação esse tema tão intrincado como o Brasil, bem como sua história e seu povo. Hoje é campeão de citações e referência fundamental em trabalhos acadêmicos, tornando-se recorrente subsídio para embasamento teórico em teses, dissertações e artigos científicos. Quando conferencista, o pai Chagas Barreto sempre era quem fazia a “moderação” dos seus discursos públicos. Assim que terminava de escrever logo passava para o pai dá o seu parecer, do que deveria ser acrescentado ou suprimido. Depois Flamarion reescrevia e refazia o seu discurso, sempre sob o olhar atento de uma seleta plateia. Eram políticos, altos oficiais, empresários, religiosos, jornalistas, etc. No ano de 1938, no Dia da Bandeira ficou incumbido de fazer a preleção de saudação em grande cerimônia cívico-religiosa na Praia do Russell, no Rio de Janeiro na presença dos Ministros Gustavo Capanema, Eurico Gaspar Dutra, Waldemar Falcão, dentre outros. A missa campal ficou ao encargo de Dom Sebastião Leme.

Certa feita, numa outra conferência não menos importante, arrematou sua mais célebre e reverberada frase: “O EXÉRCITO BRASILEIRO NASCEU NOS GUARARAPES!” Esse adágio repetido hoje por muitos foi corroborado em pronunciamento do Senador Marco Maciel (PFL/PE), em 14 de abril de 1994 nas dependências do plenário do Senado Federal.

Não é sem razão que o Exército Brasileiro considera possuir suas raízes fincadas na região de Guararapes. Além de “modeladores da nacionalidade brasileira”, os heróis das duas Batalhas dos Guararapes foram, sem dúvida, inovadores na arte da guerra. Após Guararapes, como nos ensina o historiador militar Coronel

Cláudio Moreira Bento, o “Exército Patriota passou a dominar Pernambuco”, corroborando plenamente a afirmação do também ilustre historiador General Flamarion Barreto de que “em Guararapes nasceu o Exército Brasileiro”.¹ (Grifo nosso).

Diversas outras delegações lhe foram concedidas sendo cumpridas todas com o maior afinho e lealdade.

Chefiou a Sessão de História da Escola de Guerra, organizou e foi jurado em concursos literários, foi instrutor na Escola de Guerra, etc. Além disso, foi o escolhido por escrever um resumo sobre a História Militar brasileira na famosa Enciclopédia Larousse. Por essa e muitas outras era sempre requisitado nos meios intelectuais cariocas, tornando-se patrono da Academia de História Militar Terrestre e do Instituto de Geografia e História Militar.

Dentre inúmeras homenagens e comendas amealhadas ao longo da vida, em setembro de 1965, o Presidente da República Humberto Castelo Branco, no uso de suas atribuições legais, concede ao amigo a medalha de Prata “Mérito Santos Dumont”.

Já tinha alcançado o topo da carreira, recebido todos os tributos em vida o que lhe era muito grato, mas que em nada o envaidecia, no cabalístico e fatídico dia de 16 de janeiro de 1973, Flamarion falece. Semanas depois ao fato seus alunos da Escola de Comando e Estado Maior do Exército organizam e convidam admiradores, amigos e familiares para missa em memória do mestre a ser realizada na Igreja Nossa Senhora no Bairro da Urca no Rio de Janeiro.

Em abril de 1985 recebe a maior honraria póstuma do povo de sua cidade. É inaugurado o Tiro-de-Guerra ‘GENERAL FLAMARION BARRETO’ de Sobral. Na ocasião foi erigido um busto de bronze mais placa comemorativa em devoção ao seu legado, mas que infelizmente hoje estão relegados nos porões deletérios dos almoxarifados da prefeitura sobralense; diante do recorrente descaso das atuais autoridades, que vêm reiteradamente negligenciando a memória e a cultura da cidade através da não preservação de seus monumentos e seu tombado Patrimônio Histórico.

NOTA

- 1 Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/pronunciamentos/-/p/texto/148148> Acesso: 05.02.2020.

CRONOLOGIA BIOGRÁFICA

- 1912**, 19 de outubro. Nasce Luís Flamarion Barreto Lima, em Sobral, no Ceará. Eram seus pais o comerciante Francisco das Chagas Barreto Lima e a senhora Maria Cesarina Lopes Barreto.
- 1925**, 8 de dezembro. Chega a Sobral para passar as férias depois de iniciar os estudos ginasiais no Colégio Militar de Fortaleza. O fato foi noticiado na edição Nº 62 do jornal sobralense A Imprensa, na seção “Viajantes”.
- 1931**, abril. Ingressa na Escola Militar do Realengo no Rio de Janeiro, sob o número 657.
- 1931**, 25 de agosto. Incorpora-se ao oficialato, se tornando Cadete das Forças Armadas.
- 1932**, abril. Matricula-se no Curso de Infantaria.
- 1934**, 25 de janeiro. Torna-se Aspirante à Oficial.
- 1934**. Ascende ao posto de 2º Tenente.
- 1934**, novembro. Casa-se com a senhorita Neuza de Oliveira Lopes.
- 1936**, 19 de setembro. Ascende ao posto de 1º Tenente.
- 1938**, 20 de novembro. No Dia da Bandeira faz a saudação a esta, em grande cerimônia cívico-religiosa na Praia do Russell, no Rio de Janeiro. A missa campal ficou ao encargo de Dom Sebastião Leme. No palanque oficial compareceram os Ministros Gustavo Capanema, Eurico Gaspar Dutra, Waldemar Falcão, dentre outros.

- 1939**, 20 de dezembro. Presta homenagem ao natalício do amigo o Cel. Alexandre Zacarias de Assunção, mais tarde Marechal. Zacarias foi eleito interventor no estado do Pará e depois elegeu-se senador.
- 1940**. Já capitão do 8º Regimento de Infantaria (RI), iria demonstrar seu gosto pela História Militar.
- 1942**, 15 de agosto. Dia em que foi afundado o décimo sexto navio brasileiro o Baependy atingido pelo submarino alemão nazista U-507, no litoral do estado de Sergipe. Luciano Thebano – irmão de Flamarion – era um dos que constava na lista de tripulantes.
- 1942**, 22 de agosto. O presidente Getúlio Vargas, oficialmente, declara guerra contra a Alemanha, Itália e o Japão.
- 1942**, 03 de novembro. Encaminha seu inquérito ao Ministério Público Militar para apuração da chamada “Trama Nazi-integralista” no Rio Grande do Sul.
- 1943**. Comparece ao Estado-Maior do Exército.
- 1943**, 12 de fevereiro. O principal jornal recifense, o Diário de Pernambuco, veicula em destaque a notícia “VASTA CONSPIRAÇÃO CONTRA O BRASIL DESCOBERTA NO RIO GRANDE DO SUL”, na edição de sexta-feira. O periódico ressalta o “volumoso inquérito policial militar sobre atividade criminosa” elaborado por Flamarion.
- 1943**, 11 de março. É eleito para participar da Comissão Julgadora do Prêmio Literário de Visconde de Taunay sobre história e geografia do Brasil ou da América.

- 1944**, 20 de maio. Compôs a chapa vencedora encabeçada pelo Gen. José Pessoa na eleição da nova diretoria do Clube Militar.
- 1944**, 27 de maio. Ocorre o julgamento do processo da famigerada “trama Nazi-integralista” de Cruz Alta. Ao todo mais de 15 pessoas foram condenadas por “colaboração” ao regime nazista.
- 1944**. Candidatou-se à Escola de Comando e Estado-Maior (ECEME), sendo o 15º dentre 113 aprovados.
- 1949**, 25 de janeiro. Aterrisa na capital de São Luís do Maranhão, em avião especial da FAB, ao fazer parte da comitiva do Gen. Estênio Paes de Albuquerque Lima para inspecionar as tropas do Maranhão e Piauí. Foi recebido pelo Cel. Artur Carvalho em nome do Governador maranhense Sebastião Archer da Silva.
- 1949**, 25 de julho. O então Ministro da Guerra General Eurico Gaspar Dutra nomeia o Tenente Flamarion para exercer funções de instrutor da Escola de Transmissões do Exército.
- 1950**. Ascende ao posto de Major.
- 1951**, 25 de agosto. Recebe condecoração de Mérito de Ordem Militar no grau de Cavaleiro, em ocasião do Dia do Soldado.
- 1953**. Hospeda na casa do pai e comerciante Chagas Barreto, em Sobral, o amigo e então comandante da 10ª Região Militar General Castelo Branco, que tempos depois, viria a ser o primeiro cearense presidente da República do Brasil. Seu irmão Cesário Barreto, era prefeito da cidade.

- 1953**, 11 de dezembro. Ainda como Major ministra conferência “Creio” em ocasião da passagem da imagem peregrina de Nossa Senhora de Fátima no Brasil.
- 1953**. Recebe a patente de Tenente-coronel.
- 1954**. Retorna à ECEME para, até 1956, chefiar a Seção de História da Biblioteca Militar.
- 1956**, 15 de outubro. Passa para a reserva no posto de General de Brigada.
- 1956**, 5 de setembro. O Presidente da República Humberto Castelo Branco, nos termos do artigo 3º do Decreto número 39.905, concede a medalha de Prata “Mérito Santos Dumont”, talvez a maior homenagem recebida em vida. Dentre os agraciados temos nomes como o do filósofo de direita Olavo de Carvalho.
- 1957**, 4 de janeiro. Como membro da comissão julgadora participa da entrega do Prêmio Gen. Tasso Fragoso. A saudação dos premiados ficou ao encargo do integralista, escritor prolífico e membro da Academia Brasileira de Letras Gustavo Barroso; participando do evento também, o General Humberto Castelo Branco que na ocasião palestrou sobre a obra do maranhense Tasso Fragoso.
- 1959**, 4 de janeiro. Inicia, através da Biblioteca do Exército a elaboração de uma Enciclopédia da História Militar. Mais tarde essa pesquisa seria utilizada na Enciclopédia Larousse.
- 1964**. Publica o seu Formação das Nacionalidades Sul-americanas, Edição Especial da Campanha “Ajuda teu irmão.”

- 1965**, março. Ministrou, em Ciclo de Conferência, palestra sobre a ‘Guerra do Paraguai’ nas dependências da Biblioteca do Exército no Rio de Janeiro. Além de vários oficiais, falou também, o membro da Academia Brasileira de Letras o romancista maranhense Josué Montello.
- 1966**. Publica Guerra de 1851-52.
- 1966**, 25 de agosto. Participa da Semana do Exército organizado pelo Ministério da Guerra, proferindo memorável conferência através da TV e dos meios de comunicação a cargo da Agência Nacional. Lá patenteou sua frase mais famosa: “O Exército Brasileiro nasceu nos Guara-rapes.”
- 1967**. Publicado Formação e evolução dos Estados Unidos pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, para o Curso de Preparação.
- 1969**. Publica primeira edição do livro Guerra do Paraguai, um minucioso trabalho acerca da batalha mais traumática do país. Essa compilação foi organizada pelo amigo e a época Ten. Cel. Ney R. Rezende. Em 17 capítulos são tratados temas como “Antecedentes da Guerra”, “Comando de Caxias”, “Perseguição de Lopez” e as consequências do embate. Ainda nesse mesmo ano, publicou, também, Evolução Política dos Países Latino-americanos - 1ª Parte.
- 1972**, 7 de setembro. Em edição comemorativa chamada “Brasil-Independente – Você Constrói o Brasil-Brasil 72”, O jornal Diário de Natal publica artigo de Flama-

rion de título: “De pirajá ao Ipiranga”, em ocasião da comemoração dos 150 anos de independência do Brasil. Participaram da edição nomes como: Dom Eugênio Sales, Marechal e ex-governador Cordeiro de Farias, o folclorista potiguar Luiz Câmara Cascudo e os escritores Pedro Calmon e Alvamar Furtado de Mendonça.

1973, 16 de janeiro. Neste dia Flamarion falece.

1973, 23 de março. Os oficiais alunos da Escola de Comando e Estado Maior do Exército organizam e convidam admiradores, amigos e familiares para missa em memória do mestre e General R/1 Flamarion Barreto a ser realizada na Igreja Nossa Senhora do Brasil, Urca – Rio de Janeiro.

1983. É publicada a 5ª edição do livro Formação da Nacionalidade Brasileira, onde Flamarion elenca tópicos sobre a colonização, formação étnica, econômica, social e política do Brasil.

1985, 27 de abril. Inaugurado o Tiro-de-Guerra ‘GENERAL FLAMARION BARRETO’ de Sobral com 1.000 m2 de área coberta em um terreno de 20.000 m2. Na ocasião foi erigido um busto de bronze mais placa comemorativa em homenagem ao general filho da terra.

PARTE II

As Barretadas do General

1

DISCURSO NO DIA DA BANDEIRA

Por 1º Tenente Flamarion Barreto

Aqui estamos para o serviço de teu culto, para alimentar nossa fé imperecível na grandeza ímpar de teu destino, para renovar o juramento de nossa fidelidade à Pátria que simbolizas.

Sobe a proteção de suas cores, em toda a vastidão do Corpo Geográfico da Pátria, reúnem-se, nesta manhã maravilhosa de tua festa, ao lado dos soldados que te defendem, os cidadãos que te cultuam, as mulheres que te prometem educar os filhos na paixão de tua grandeza, os filhos que te saúdam com lenço branco de suas cãs, as crianças que são o penhor mais certo do teu porvir.

Aqui estão, soberbos na vibração comovida de seu civismo, os teus soldados, sacerdotes incansáveis de teu culto, vigias insones de tua honra, guardas intimoratos de tua soberania, que prometem em juramento público defender com sacrifício da própria vida e que aguardam calmos e resolutos, o momento de transformarem a promessa solene em gloriosa realidade.

Aqui também estão, adoráveis na fragilidade de seus tenros anos e na fragrância de sua inocência as crianças da Escola Rosa da Fonseca, que vieram trazer aos teus soldados,

o encanto de sua presença e o incentivo de sua solidariedade, que já sentem vibrar no recesso de seus corações infantis a força criadora da raça. E aqui, acolá, além, em toda a vastidão imensa do território pátrio, cantando os mesmos hinos ardendo na mesma fé, possuída da mesma exaltação cívica, está genuflecta a alma da Nação que renova sua fé na grandeza de teu destino imortal.

Bandeira do Brasil! Acompanhamos comovidos todas as atitudes de teu destino de símbolo. Desfraldada em mastros altaneiros, ou deles pendendo saudosamente; chorando pela luminescência de tuas estrelas, ou ondulando festivamente na vibração palpitante de tuas cores, retrata fielmente a alma do Brasil no confrangimento de suas dores no júbilo de seus dias festivos.

Temos te visto, surgindo das páginas amareladas da História, no entrevero das batalhas, incitando os fracos, estimulando os fortes, transformando os covardes em autênticos heróis. Uma vez, te vimos poluída pela mão inimiga, para logo lavarmos a mancha ultrajante, com o sangue dos bravos que te foram buscar ao seu selo, para trazer-te como relíquia tanto mais preciosa quanto mais perto estiveste de ser perdida. Mas não te veremos nunca, nós o juramos Bandeira do Brasil, renegando as tradições de seu passado, ultrajada pela nódoa vermelha da tragédia bolchevista ou manchada pelo verde mentiroso das esperanças fascistas, encimada pela foice e o martelo, com estes bárbaros modernos, pretendem destruir nossa civilização, nosso lar, nosso Deus. Nós não consentiremos, que estes instrumentos pacíficos de produção e de trabalho, se transformem nesta terra abençoada dos trópicos, em máqui-

nas de destruição e de morte. Contra eles, os empreiteiros da desordem e da anarquia, os agentes sinistros do ódio e do terror, está de pé a barreira intransponível das baionetas de teus soldados, apoiada no patriotismo vigilante de teus cidadãos, estimulada pela vontade construtora, tenacidade inamalgável, inteligência esclarecida dos responsáveis pelo teu futuro.

Tranquiliza-te Bandeira do Brasil. Não conseguirão teus covardes e traiçoeiros inimigos, embora multipliquem os atentados em que são mestres, e aperfeiçoem métodos infames de que se servem, perturbar o ritmo acelerado de teu crescimento, a marcha triunfal de teu progresso, a fecundidade incontestada de teu trabalho, porque em ti vemos viver a alma eterna da Pátria, palpitarem as tradições gloriosas da raça, vibrar o trabalho fecundo do Brasil.

*** Publicado na íntegra no carioca JORNAL DO BRASIL, Domingo, 20 de novembro de 1938, p. 7.**

2

O IRMÃO RESSUSCITADO

Em agosto de 1942. O capitão Flamarion Barreto Lima ficou encarregado pelo Estado Maior do Exército Brasileiro de comunicar a família o falecimento do irmão, tenente Luciano Thebano Barreto Lima. Coube ao primogênito Flamarion comunicar aos pais, Francisco das Chagas Barreto e Cesarina Lopes Barreto a morte do irmão Luciano.

O nome do tenente sobralense figurava entre os 270 passageiros do navio Baependy, que foi torpedeado por um suposto submarino alemão, entre Sergipe e Bahia, às 19 horas e 10 minutos, do dia 15 de agosto de 1942.

O acontecimento casou comoção na cidade de Sobral, sendo inclusive decretado luto oficial pelo Executivo Municipal.

O patriarca da família Barreto, sem o direito de enterrar o corpo do filho sepultado em águas profundas do Oceano Atlântico, mandou celebrar uma missa na Catedral da Sé, suportando com serenidade e fé, a terrível perda do ente querido. Ao lado da inconsolável esposa, Dona Sinhá, agradeceu às manifestações de pesar e carinho do povo sobralense, afirmando que o filho tinha recebido um chamado de Deus.

O capitão do Exército, Flamarion Barreto Lima foi autorizado pelo Ministro da Guerra, General Eurico Gaspar

Dutra, a viajar para sua terra natal, representando o Exército Brasileiro nas homenagens ao ilustre oficial falecido.

O país inteiro mobilizou-se com o afundamento do navio de passageiro Baependy, e em todos os recantos da Nação, de Norte a Sul, o povo começou a exigir uma tomada de posição imediato do governo brasileiro.

O Presidente da República na época, Getúlio Vargas, pressionado acabou declarando Guerra aos países do Eixo (Alemanha, Japão e Itália).

A Segunda Guerra Mundial tinha começado em setembro de 1939, quando o Chanceler alemão Adolf Hitler invadiu a Polônia. A Inglaterra e a França comprometidas com a defesa da Polônia em caso de agressão, declararam guerra à Alemanha. Em junho de 1940, a Itália aliou-se à Alemanha, declarando guerra à França e ao Reino Unido, e no dia 7 de dezembro de 1941, os japoneses atacaram a base americana de Pearl Harbae, no Havaí, levando os Estados Unidos a declararem guerra às Nações do Eixo, alastrando o conflito pelos quatro cantos do mundo.

Os países envolvidos disputavam o apoio da América Latina. O Brasil, pela extensão do seu território, era um ponto estratégico para o domínio do Atlântico Sul, incluindo a importante passagem entre Natal e Dakar (Noroeste da África).

Antes do torpeamento do navio de passageiros Baependy, o Brasil tinha declarado neutralidade no conflito. O Governo do Presidente Getúlio Vargas mantinha relações amistosas e de amizade com os alemães. Com a entrada dos norte americanos na guerra com o ataque a base americana de Pearl

Harbar, cresceram as pressões sobre o Brasil. Os Estados Unidos ofereceram acordos comerciais altamente favoráveis ao Governo do Presidente Vargas. O Departamento de Tesouro americano abriu um crédito especial de mais de 20 milhões de dólares para início da sonhada construção da usina Siderúrgica de Volta Redonda, visando desenvolver a indústria nacional.

O Brasil, então, aliou-se aos Estados Unidos, rompendo acordos comerciais e diplomáticos com a Alemanha. Em agosto de 1942, navios brasileiros são supostamente afundados por submarinos alemães na costa do Nordeste, levando diante do clamor da população, a declaração de guerra ao nazi-facismo (Alemanha, Itália e Japão).

O capitão Flamarion Barreto em missão oficial do Exército viajou para a terra natal, cidade de Sobral no interior Norte do Estado do Ceará. Acompanhar de perto todas as homenagens públicas ao irmão falecido representando o Ministério da Guerra.

Duas semanas após o recebimento do triste comunicado do falecimento do filho Luciano Thebano, Seu Chagas Barreto estava jantando com a família em sua residência, na Praça do Siebra, quando o silêncio familiar foi quebrado por fortes e insistentes batidas à porta principal do velho casarão. Um empregado da família foi atender o inconveniente chamado. Ao abrir a porta da morada dos Barretos, o serviçal acabou tendo uma fantástica surpresa: *“Ali, diante dos seus alhos, sorrindo, estava a alma do jovem Tenente Luciano Thebano, o filho do patrão Chagas Barreto”*. O pobre do empregado, branco como cera, chegou momentaneamente a desfalecer ao ser tocado pelo alegre oficial”.

Thebano adentrou silenciosamente na casa para fazer surpresa à família reunida na sala de jantar.

O genitor, ao levantar os olhos e enxergar a figura do filho morto, fez um sinal da cruz e exclamou: “Virgem Maria, Sinhá! O nosso menino veio do céu nos visitar! ”

A bondosa mãe, Dona Cesarina, com a visão da alma do filho, desmaiou, sendo amparada pelo filho Flamarion, que se encontrava sentado ao seu lado. Thebano, sem entender nada, deu uma gostosa gargalhada, comentando: “Gente parece que vocês estão vendo alma do outro mundo! ”

A fantástica história do jovem sobralense, Tenente Luciano Thebano Barreto Lima, teve seu início no começo do mês de agosto de 1942, no bairro do Catete, no Rio de Janeiro.

O oficial o dia de folga para tomar uma cerveja gelada em um tradicional e frequentado restaurante nas imediações do Catete. Ao chegar ao local lotado de estudantes, acabou encontrando um clima de revolta entre os universitários e secundaristas, proferindo violentos discursos contra o Presidente Getúlio Vargas e contra seu Ministro da Guerra, o Marechal Eurico Gaspar Dutra. Uma caricatura representando a esposa do Marechal Dutra, estava afixada na parede pichada com chifres e palavrões improferíveis. Não satisfeito com a movimentação tumultuada do ambiente, o jovem tenente, resolveu retirar-se de mansinho do recinto. Quando estava de saída, foi abordado por um velho vigia da praça que ficava ao lado: “Moço, isto é uma vergonha”. Uma falta de Respeito! Estes moleques não têm patriotismo, não respeitam nem a esposa do nosso Ministro da Guerra. São todos uns comunistas filhos

da puta! O Senhor, poque não toma uma atitude? Devia honrar a farda que está vestindo. Vamos, seja homem, enfrente esses merdinhas! O filho do Seu Chagas e da Dona Sinhá, empurrado pelo velho vigia, acabou entrando novamente no restaurante, sem saber até hoje, onde arranjou coragem. Arrancou os cartazes sob os olhares agressivos e surpresos da estudantada. O oficial puxou a pistola colt 45 e disparou para o alto. Foi um corre-corre geral! Em segundos o local ficou totalmente deserto. Logo acabou chegando a polícia do Exército e agentes à paisana da segurança do Ministério da Guerra.

Um patriota morador do bairro do Catete aproveitou para fazer um longo discurso elogiando a atitude corajosa do jovem oficial.

Dois dias após o acontecido, o tenente Thebano Barreto Lima, foi convocado para uma audiência no gabinete do Ministro da Guerra. O filho de Sobral, foi recebido com todas as honras de herói pelo próprio Marechal Eurico Gaspar Dutra. O Chefe Maior das Forças Armadas agradeceu o gesto de bravura do seu subalterno defendendo a dignidade de sua esposa. O jovem oficial um pouco nervoso, diante de tão importante figura, comunicou que estava de viagem marcada para Natal, a bordo do navio de passageiros Baependy em razão de transferência para servir na capital do Rio Grande do Norte. O velho Marechal chamou seu ajudante de ordem e, com voz firme, ordenou:

– O nosso Tenente vai para Natal em um dos nossos aviões. Trata de arrumar uma vaga. É uma ordem!

Antigamente uma viagem de navio do Rio de Janeiro para Natal com o desembarque e embarque de passageiros em

Vitória. Salvador e Recife demorava mais de 20 dias. A passagem para Natal já estava comprada com um mês de antecedência e a bagagem despachada, seguiria pelo Ita-Baependy.

Nosso Luciano Thebano acabou não avisando à família as mudanças de plano de viagem, desejando fazer uma surpresa aos pais, passando uma semana em Sobral. Por esquecimento, não comunicou à Companhia de Navegação, a desistência da viagem, e, seu nome acabou constando na lesta de passageiros que morreram no trágico afundamento do Baependy.

A notícia da chegada do suposto, “morto vivo”, rapidamente espalhou-se na cidade de Sobral. Repentinamente, uma multidão dirigiu-se à residência do comerciante Chagas Barreto, para ver, com os próprios olhos, o “vivinho”, Luciano Thebano. A família tratou logo de mandar celebrar uma Santa missa pela “ressurreição”, do querido filho em Ação de Graças pelo segundo nascimento do jovem tenente do Exército Brasileiro.

A bagagem do irmão do General Flamarion Barreto Lima, continua guardada no fundo do mar, nas profundezas do Oceano Atlântico, a bordo do navio Baependy.

3

UMA HISTÓRIA DE AMOR

Nos anos de 1950, 1960 e 1970, o concurso para a escolha da Miss Brasil era o assunto dominante nas revistas, nos jornais, nas emissoras de rádio e televisão e na sociedade como um todo. A mais bela representante do País concorreria ao título de Miss Universo nos Estados Unidos da América. Cada Estado da Federação escolheria sua representante para o concurso anual de Miss Brasil.

Nossa história começa no ano de 1955 no Rio de Janeiro. Um grupo de esposas de oficiais do Exército Brasileiro foram ao apartamento do General Flamarion Barreto Lima e da sua esposa Neusa Lopes Barreto tentarem convencer o casal de permitir a candidatura da filha Elenice como representante do Clube Militar ao concurso de Miss Rio de Janeiro. O General sobralense acabou cedendo aos apelos da comitiva no seu apartamento em Nossa Senhora de Copacabana.

Naquela época o maior grupo de comunicação do Brasil era um conglomerado de jornais, emissoras de rádios e tv, espalhadas por todo território nacional, denominado de Diários Associados, fundado no ano de 1924 pelo jornalista Assis Chateaubriand.

A principal revista semanal ilustrada editada pelos Diários Associados, era o Cruzeiro, a menina dos olhos do po-

deroso Chateaubriand fundada no Rio de Janeiro, em 10 de novembro do ano de 1928. A revista estabeleceu uma nova linguagem na imprensa brasileira, inovações gráficas, publicação de grandes reportagens, ênfase na fotojornalismo. Fortaleceu a parceria com duplas repórter-fotógrafo. Entre os profissionais da fotografia destacaram-se nos anos de 1940, 1950 e 1960, Jean Manzon e o cearense Indalécio Wanderley.

O Cruzeiro tinha exclusividade na cobertura dos concursos de Miss Brasil e também na escolha da Miss Universo. Em todas as matérias sobre a escolha de misses da revista O Cruzeiro nos anos de 1950 e 1960, o nome do fotógrafo Indalécio Wanderley consta nos créditos. Foi o brasileiro que mais fotografou no Brasil e no exterior concursos de misses.

O poderoso jornalista Assis Chateaubriand era fã incondicional do fotógrafo cearense Indalécio Wanderley que fugia do casamento como o “diabo foge da cruz”, era um cobiçado solteiro das noites cariocas.

No ano de 1955, com sua máquina fotográfica “Leica”, lente 1:5, Indalécio foi ao Quitandinha, fotografar umas garotas que iam disputar o título de Miss Clube Militar.

O Repórter José Alberto Gueiros, registrou em O Cruzeiro, de 05/05/1956:

“Palco cheio de garotas bonitas. Muita luz de refletores, muitos sorrisos fotogênicos, e um especial autêntico, dengo, cheio de mistério. O sorriso que atraiu não apenas o olho profissional de Indalécio – que é a lente 1:5 da sua Leica – mas também a alma do cearense romântico solteirão foi a da candidata Elenice Barreto, filha do General Flamarion Barreto

Lima. Foi amor à primeira vista. Ela foi eleita Miss Clube Militar, saiu nos jornais, nas revistas e não saiu, mas do coração do repórter. Pouco tempo depois o dinâmico cearense com a máquina a tiracolo, pedia a moça em casamento.

Indalécio Wanderley, o cobiçado solteiro, parecia um adolescente apaixonado. Nervoso não sabia como pedir ao casal Flamarion Barreto e Neusa, a permissão para cortejar a escolhida Elenice chegando a comentar com o amigo jornalista José Alberto Gueiros:

“Como vou cortejar minha princesa dizem que o pai, o General, é uma fera”.

A família recebeu Wanderley de braços abertos. O oficial das Forças Armadas, simpatizou de imediato com o futuro genro.

Indalécio Wanderley e Elenice Barreto casaram na Igreja de São Paulo Apóstolo no Rio de Janeiro, no dia 28/01/1956, em cerimônia religiosa com efeito civil oficializada pelo Bispos D. José Vicente Távora. O então poderoso jornalista Assis Chateaubriand, (1982 – 1968), fez questão de comparece ao casamento.

A o Cruzeiro, em sua edição de 05/05/1956, colocou a foto da noiva na capa, deixando de lado, nada mais, nada menos, a atriz Grace Kelly (1929-1982). A famosa atriz de Hollywood tinha se casado com o Príncipe Rainier do Principado de Mônaco. A revista publicou catorze páginas sobre o assunto, mas não deu a capa aos soberanos de Mônaco, celebridades internacionais. O casamento de Elenice Barreto e Indalécio Wanderley rendeu apenas três páginas, mas quem

estava na capa, feliz e sorridente era Elenice Barreto, a filha do General Flamarion Barreto Lima, Miss Clube Militar do Rio de Janeiro do ano de 1955.

4

BICUDOS NÃO SE BEIJAM

O sobralense, General de Brigada do Exército Brasileiro Flamarion Barreto Lima, era considerado entre aqueles que compunham as Forças Armadas, nas décadas dos anos de 1950 e 1960 e como um dos maiores estudiosos da História Militar da América Latina.

Flamarion Barreto, juntamente com o Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, o General Golbery Couto e Silva e o General Poly Coelho, formavam para muitos, a parte da “elite” da inteligência do Exército Brasileiro.

O General cearense foi convidado no final dos anos de 1950, pela tradicional Enciclopédia Delta Larousse para escrever o capítulo da História Militar focando principalmente a Primeira e Segunda Guerra Mundial.

Naquela época, comandava a Escola de Estado Maior do Exército, O General e futuro Presidente Militar do Brasil, Humberto de Alencar Castelo Branco.

Dentre os professores da Escola de Estado Maior do Exército, se destacava o Tenente Coronel Flamarion Barreto, na cadeira de História, Geografia e História Militar da América Latina. Segundo o Coronel Jarbas Passarinho, ex-Ministro da Educação e ex-Senador da República, as aulas do Professor Flamarion Barreto estavam com as salas constantemente lo-

tadas, pois, além de sinônimo de status ser aluno do Coronel Flamarion, era condição fundamental para o enriquecimento do currículo dos pretendentes à promoção nas Três Armas das Forças Armadas do Brasil.

O relacionamento entre o Comandante da Escola de Estado Maior do Exército e o Professor Flamarion Barreto era meio complicado. O Coronel sobralense tinha uma certa cisma com o General Branco.

No final do ano, aconteceu um fato que acabou contribuindo para azedar ainda mais o relacionamento entre os dois brilhantes oficiais do Exército Brasileiro. O Comandante Castelo Branco enviou para o Professor Flamarion o discurso que ele fazia por ocasião da formatura dos alunos da Escola de Estado Maior do Exército. O Coronel, devolveu o papel que continha o discurso, modificado, com observações e várias correções, inclusive de natureza ortográfica. O Velho General, extremamente vaidoso, quando recebeu o discurso, quase teve um ataque cardíaco. Vermelho de raiva mandou chamar, imediatamente, o Coronel Flamarion Barreto Lima:

“Meu Coronel, pedi ao Senhor para apenas ler meu pronunciamento e não para corrigi-lo”.

“Fiz as duas coisas, meu Comandante, li e corriji, respondeu sério e num tom de voz alta, oficial cearense.

O General de Brigada Flamarion Barreto Lima, militar de carreira, acabou servindo ao Exército nos diversos postos da hierarquia militar, com intenso devotamento durante vários anos o ilustre sobralense, sempre teve a alma de Mestre, fazendo da cátedra o seu eterno “leit motiv”, já que sempre

foi um professor nato, deixando seu nome na história nacional.

O brilhante General professor e historiador sempre será lembrado como sinônimo de patriotismo e de inteligência um verdadeiro Parthenon da nossa Cidadania.

5

O ESQUERDISTA

A história narrada aconteceu no início dos anos de 1960 na cidade de Sobral, no Região Norte do Estado do Ceará.

Em toda comuna interiorana naquela época, tudo era muito esperado, desejado e comentado. Para cada novidade esperada, a expectativa criava na mente das pessoas um clima de euforia.

A Associação Comercial de Sobral e a Escola de Comércio de Sobral estava promovendo uma série de palestras com ilustres filhos da Terra do Bispo Conde Dom José Tupinambá da Frota. Personalidades da política, da religião, do comércio e do meio militar estavam sendo convidados para conferências no Clube dos Vinte com a Nata da sociedade sobralense.

O primeiro convidado foi o General de Brigada Flamarion Barreto Lima que fez uma brilhante prelação sobre a origem da formação do povo brasileiro e o papel do Exército na formação da Cidadania.

A próxima exposição seria do Brigadeiro reformado Jocelyn Brasil Barreto Lima, Coronel aviador da Força Aérea Brasileira, também escritor, que abordaria como tema o fracasso do Capitalismo e as Conquistas Sociais do Comunismo. A palestra era aguardada com deveras curiosidade.

O Brigadeiro Jocelyn Barreto era uma figura de destaque do Partido Comunista Brasileiro, mas, o seu cartão de apresentação, a sua maior representação, era o fato de ser filho do jornalista Deolindo Barreto Lima, brutalmente e covardemente assassinado em 1924, nas dependências da Câmara Municipal de Sobral.

Num livro chamado, Vida, Paixão e Morte de Etelvino Soares, o escritor, o imortal e sempre lembrado, Lustosa da Costa, conta a saga de Deolindo Barreto. Narrou com precisão e veracidade, como Deolindo caminhou ao encontro da morte, elegantemente vestido de fraque novo e cartola.

Por ser filho de quem era, o palestrante, Jocelyn Brasil, era corajoso com o pai e ainda trazia no sangue o dom da escrita. Era jornalista respeitado pelo estilo elegante, pelo raciocínio lógico e pelo extremo cuidado na ortografia em tudo que escrevia e que levava seu nome. Após ter ido para a reserva, em 1952, começou a trabalhar como editorialista no jornal paraense, A Província do Pará.

Nesta época começou a escrever o livro, O Pão, o Feijão e as Forças Ocultas, que veria a ser, mais tarde, o livro de cabeceira dos extremados comunistas, leitura quase que obrigatória dos defensores de um governo da classe operária. Foi engajado na luta pela criação de uma empresa nacional para exploração do petróleo. Fortificou esse engajamento lançando também, o livro O Petróleo é Nosso.

O Coronel Aviador, jornalista, escritor, ex-comandante da Base Aérea do Pará, era também sobrinho por parte de pai, do conservador e comerciante sobralense, Francisco das Chagas Barreto Lima, mais conhecido na cidade de Sobral, como

Coronel Chagas Barreto.

O Brigadeiro Jocelyn Brasil Barreto Lima era primo legítimo do General Flamarion Barreto Lima. Os dois oficiais, um da Aeronáutica e outro do Exército eram totalmente diferentes ideologicamente. O General não aceitava a ideologia comunista professada pelo primo, mas, principalmente, sentiu-se agredido, quando o parente dizia-se ateu e, apaixonadamente, defendia o materialismo dialético.

O tio Chagas Barreto também anticomunista ferrenho, e, devoto de São Francisco de Assis, não aceitava a ideia de um sobrinho pregando a supremacia da matéria sobre o espírito e a negação da divindade de Nosso Senhor Jesus Cristo.

Sabedor palestra do sobrinho Jocelyn, no tradicional Clube dos 20, estava incomodando e tirando o sono do conservador agropecuarista e comerciante sobralense.

A turma da esquerda, a estudantada, o pessoal dos sindicatos, distribuía panfletos nas esquinas, conclamando a população para se fazer presente a conferência. A emissora de rádio local também anunciava o acontecimento.

Como sempre acontecia quando visitava a terra natal, o Coronel Jocelyn, procurava a casa do tio Chagas, irmão do seu pai, para hospedar-se. Era sempre recebido com muito carinho por todos.

À hora de jantar, às vésperas da palestra, o comerciante Chagas Barreto, começou a pedir, insistentemente, para ler o teor da esperada conferência. O filho de Deolindo Barreto respondeu que não tinha escrito nada e quealaria de improviso. O Dono da Casa argumentou que o filho o General Flamarion

quando ia fazer uma conferência, costumava antes der o conteúdo da palestra.

Finalmente chegou a aguardado dia. O Salão do Clube dos 20 estava lotado. Todas as cadeiras ocupadas. Gente de pé, pessoas sentadas no chão e até nas calçadas. No meio do salão, desconfortavelmente sentado numa cadeira, o velho coronel, meio de esguelha, parecia pronto a se levantar assim que o palestrante falasse qualquer barbaridade que lhe ferisse os brios e os ouvidos.

O Coronel Aviador, Jocelyn Brasil Barreto Lima começou sua fala, elogiando a conferência anterior do primo General de Brigada, Flamarion Barreto Lima. Elogiou as qualidades do oficial como professor e historiador. Fez referência ao tio Chagas Barreto assistindo a sua preleção e dedicou aquele momento ao pai, jornalista Deolindo Barreto Lima, assassinado barbaramente na Câmara de Vereadores de Sobral nos anos de 1924. Sua voz serena, mas voz emocionou os presentes em cada canto do salão do Clube dos 20. Começou o elóquio falando a origem do Comunismo navegando pela história de Engels a Karl Marx. Falou dos males do capitalismo e da necessidade da implantação urgente de um governo da classe operária no Brasil.

Foi um sucesso! Para a surpresa do palestrante, o tio Chagas Barreto, aplaudia de pé, as palavras do revolucionário Jocelyn. Diante da digna imagem do tio aplaudindo suas colocações, o Coronel Aviador, lutou para conter a emoção, tentando controlar as lágrimas.

O Sobrinho, para orgulho do poderoso e respeitado comerciante Chagas Barreto, foi ofensivamente aplaudido por mais de 5 minutos no tradicional Clube sobralense.

6

O COMUNISTA

O General de Brigada Flamarion Barreto Lima costumava todo ano passar mês de dezembro na sua cidade Sobral. O Militar aproveitava para ficar junto dos pais, o Comerciante Francisco Chagas Barreto Lima e da Dona de Casa Sinhá Barreto, desfrutando assim o aconchego familiar.

O primogênito da família Barreto Lima gostava de passar uma semana curtindo o frio gostoso da Serra da Meruoca no Sítio Santa Úrsula na Região do Vale do São Francisco. O General Intelectual do Exército Brasileiro admirava observar o genitor negociando com os moradores e com os compradores a venda de castanha de caju produzida nos 500 hectares da propriedade serrana.

O filho mais velho do Coronel Chagas Barreto Lima também reservava duas semanas do merecido repouso na Terra do Bispo Conde Dom José Tupinambá da Frota para o deleite na Fazenda Alagoinha, situava a 5km da cidade de Sobral, na CE-179, ligando Sobral a cidade de Groaíras.

O famoso General Flamarion gostava de passear a cavalo pela propriedade, pescar e tomar banho no açude da Fazenda Alagoinha. À noite sempre reunia os familiares, amigos e os moradores da propriedade para alegres e deleitosas conversas até altas horas da madrugada, a luz de lampião a querosene. O

oficial do Exército Brasileiro adorava o coaxar do Sapo Cururu nas noites estreladas, deitado numa rede de tucum na varanda da Casa Grande da fazendinha.

Durante os acalorados bate-papos com a presença constante dos primos Gerardo Hardy e do sobrinho Martônio Barreto, os moradores do rancho dos Barreto Lima, participavam também ativamente e eram incentivados pelo ilustre oficial a externar suas opiniões.

O conhecido vaqueiro José Lins, o Seu Zé Lins, filho do primeiro morador do Coronel Chagas Barreto, quando adquiriu a propriedade no ano de 1928, participava ativamente e calorosamente dos discursões nas madrugadas da chácara da família Barreto.

Seu Zé Lins cuidava da vacaria e também da alimentação do gado junto com os moradores Manoel de Paulo, seu cunhado, e o decano da Fazendinha, Antônio Carolino. A Esposa do morador Manoel de Paulo, Dona Gerarda, preparava jarras de sucos de cajá, tamarindo, bules de café e uma gostosa tapioca de goma caseira. Rolava também uma pinga serrana fabricada na Meruoca.

O curioso e inteligente Zé Lins gostava do debate de natureza política e par influência do General Flamarion. Tinha se tornado um anticomunista apaixonado. Na época os noticiários das emissoras de rádio sobralense estavam divulgando a crise envolvendo os Estados Unidos da América e a Rússia na questão das instalações de misseis soviéticos na ilha de Cuba sob o regime comunista de Fidel Castro.

O Presidente Americano John Kennendy deu um ultimato para “Moscou” retirar de imediatos os foguetes que estavam sendo instalados na ilha do Caube nas proximidades da Costa Americana do Estado da Flórida. Os misseis tinham a capacidade de atingir a Capital americana Washington, em caso de um conflito nuclear.

O neto primogênito do comerciante Chagas Barreto, o jovem Martônio Barreto Lima, era um defensor apaixonado de Fidel Castro e da política expansionista da União Soviética. Os debates ficavam tensos e varavam a madrugada. O General Flamarion um anticomunista convicto passava horas tentando doutrinar o sobrinho Martônio.

O capataz da Alagoinha tomava partidos dos americanos nos discursões de cunho ideológico e às vezes ficava vermelho de tão exaltado chegando certa feita a passar mal.

Seu Zé Lins chamava os padres de Sobral de comunistas e se referia ao Prefeito de Sobral, Padre José Palhano de Sáboia, como um perigoso espião russo. Pedia ao General que em caso de Guerra dos Russos com os Americanos o primogênito do Patrão Chagas Barreto desse um jeito de alistá-lo para defender os Estados Unidos da América. Vaqueiro Zé Lins se vangloriava de saber atirar muito bem de espingarda de socar e já falava algumas palavras de idiomas inglês: Yes, No, Good Night e Very Well.

As férias de fim de ano do General Flamarion Barreto Lima terminavam num passe de mágica.

A presença do Militar era uma verdadeira festa. O convívio com os pais, irmãos, sobrinhos, cunhados e amigos tor-

navam a estadia do primogênito do casal Chagas Barreto e Sinhá num verdadeiro conto de fadas.

Sisudo General era outro completamente diferente nas rápidas passagens no sítio Santa Úrsula na Serra da Meruoca e na Fazenda Alagoinha na cidade de Sobral.

A partida do General deixava uma saudade só preenchida com a chegada das próximas férias. O Vaqueiro Zé Lins passava o ano contando os dias para participar novamente dos calorosos debates das madrugadas da fazendinha Alagoinha com a presença do seu ídolo o General de Brigada Flamarion Barreto Lima.

AGRADECIMENTOS

*EM NOME DA FAMÍLIA, POR SEU FILHO,
GENERAL FLAMARION BARRETO LIMA – 12.01.1962*

Amigos de meus pais, e, conseqüentemente, meus amigos.

A ainda há pouco, Sua Excia. Rev. Dom Mota, na sua bela e santa missa, nos falava da vida.

Eu não terei o brilho da sua palavra fácil, nem também a sua autoridade, mas, desejo pedir à sua benevolência, que me permita continuar...

A vida, meu senhor, apesar das suas incessantes mutações, apresenta, duas certezas, duas realidades inexoráveis: um ontem e um amanhã. Um ontem, é o berço, o amanhã, o túmulo. Mas, nasce-se para viver e deve viver-se para morrer bem. Por isso, o berço é sempre uma esperança e o túmulo é, fundamentalmente, um julgamento.

Colocados entre a esperança dos que nascem e o julgamento dos que morrem, fluem, mais ou menos, mas continuamente, os hojes, que constituem o cotidiano de nossas vidas e que são, sobretudo, opções, escolhas, atitudes, decisões, atos de vontade.

É a escolha entre o bem e o mal; entre o afirmar-se e o evadir-se; entre o ser e o não ser; entre o idealismo de Quixote e o pragmatismo de Sancho Pancha; entre a sabedoria de Ariel e o maquiavelismo de Caliban; entre a criatura feita e plasmada à imagem e semelhança de Deus, que aspira sempre à perfeição, e esta animal feroz que vive dentro de nós, vivendo a sua condição humana, preso à teia de suas ambições, de seus interesses e de suas misérias que lhe não permitem voar para o além e a eternidade.

Felizes daqueles, que caminhando para os ápices que marcam os caminhos da vida, podem olhar para trás, e descobrir nas marcas dos passos caminhados, no brilho das lágrimas derramadas, na consolação das renúncias consentidas, novas forças para continuar o caminho, para perseverar para vencer. Este, Carlyle inscreveu-os na galeria dos seus heróis; Plutarco, chamou de varões ilustres, e, por certo, entre eles, Deus escolherá seus eleitos.

Os berços em que meus pais vieram ao mundo, sabem-no muito dos amigos que nos honram e distinguem com suas presenças nesta casa, não foram berços de ouro, foram berços humildes, foram berços pobres. Nascendo humildes, eram honestos, sendo pobres, estavam muito mais próximos do berço de Jesus do que de Pilatos.

Um tópico comum marcou-lhes, também, a existência: veio-lhes cedo a orfandade, privando-os do apoio, da orientação, de carinho paternos, fazendo-os filhos, a ambos, de viúvas pobres, responsáveis pela manutenção, pela orientação, pela sobrevivência de proles numerosas.

Adolescentes, meu pai, quis ser soldado...acabou operário de uma fábrica; a tanto o obrigou uma precoce responsabilidade, que transformou um adolescente num chefe de família. O salário era pequeno, as dificuldades eram grandes. Um pouco de otimismo nessa desproteção, encontrou ele preso, dentro do lar, através de serões intermináveis na árdua labuta da oficina.

Mais tarde, associados à amigos, se fez comerciante. Era um estabelecimento pequeno, era um negócio modesto, mas teve na sua vida uma alta significação, porque nele encontrou a ponta da linha reta na sua vocação. Fez-se então comerciante, definitivamente.

Um dia, numa encruzilhada da vida, distinguiu num sorriso, num olhar, num gesto, sabe-se lá o que, o coração gêmeo o seu, a alma irmã da sua. Reuniu-se a ela. Foi numa madrugada, 5 horas da manhã, daquele longínquo 12 de janeiro de 1912. Lá estavam eles, juntos do altar, prometendo a Deus, viverem uma vida cristã, uma via em comum. E se largaram, então, pela larga estrada do bem viver, apoiando-se, estimulando-se, perdendo-se, conjugando esforços, reunindo energias, repartindo lágrimas, dividindo sofrimentos.

Veio-lhes o primeiro filho, numa casa modesta, da rua Menino Deus. A situação era ainda precária, mas, as pompas que marcaram a entrada deste primogênito no seio da igreja de Deus, obravam em paridade, com as galas dos lares abastados. Mas, Deus sabe com eles estavam glorificados, com eles estavam engrandecidos, por renúncias consentidas e sacrifícios voluntários. Vieram depois outros filhos, vieram outras lutas, vieram outras cancelas. Não era possível que tanta tenacidade, que tanta dedicação, que tanta renúncia e tanta abnegação

passassem despercebidas a Deus. E as recompensas hesitantes, como se temessem errar o caminho. Mais tarde, largas, amplas, generosas, opulentas. Mas, eles não as recolheram para si só e começaram a reparti-las com os outros, sem exageros, é certo, mas, com grande sentimento do bem. Aqui, era um amigo que carecia de um favor, ele o fazia; acolá, era um moço que precisava de estímulo, ele o dava; aqui, era o filho de um irmão que o havia ajudado a construir sua firma, ele colocou-o no lugar condigno, no lugar conveniente; ali, era uma filha que de fazia seu lar, e lá, estavam a sua preocupação e o seu cuidado, para que um lar cristão se reconstruísse. E foi assim que eles viveram esses 50 anos de vida, profundamente, humana.

E hoje, decorridos 50 anos daquele feliz consórcio, decorridos 50 anos de vida em comum, param no tempo neste memorável instante de suas vidas, os dois heróis desta jornada. Longe vai o soldado frustrado, longe vai o ferreiro humilde, longe vai o comerciante modesto.

Continuam ainda os trabalhos, permanecem ainda as preocupações, acontecem ainda as decepções e as desilusões, e o que seria da vida se elas não existissem?

Mas, eles as suportam, bem, porque elas são atenuadas por quem sabe que cumpriu seu dever, por quem tem a consciência serena, por quem sabe que não vivem em vão. Amigos de meus pais e consequentemente meus amigos.

O que inunda a alma, neste momento, de intenso júbilo, o que nos rebenta o coração de felicidade, é a presença confortadora de tantos amigos, de tantos velhos amigos, que aqui vieram dar calor humano e solidariedade a esta festa.

8

O CONSELHEIRO

Em setembro do ano de 1963, o Coronel Luciano Thebano Barreto Lima foi visitar o irmão General Flamarion Barreto em Copacabana no Rio de Janeiro. Thebano queria trocar ideias com o primogênito irmão sobre a situação atual do Brasil diante de fortes rumores de golpe em alguns segmentos das Forças Armadas.

O General Flamarion embora na reserva remunerada era muito respeitado no meio militar e transitava com facilidade entre a linha dura do Exército e os democráticos mais legalistas. Era amigo do General Castelo Branco, dos irmãos Geisel e também do General Costa e Silva. O Marechal Castelo Branco defendia a ala legalista das Forças Armadas enquanto o Marechal Costa e Silva o grupo linha dura, principalmente no Exército Nacional.

O clima era de certa apreensão e o Presidente da República João Goulart cada mais vez perdia apoio popular e também no Congresso Nacional.

Era época da Guerra Fria entre os Estados Unidos da América e a União Soviética. O mundo estava ideologicamente dividido e o fantasma do Comunismo ainda era uma ameaça os setores conservadores da Sociedade Brasileira.

O General Flamarion intelectual do Exército Brasileiro, um homem respeitado no Exército e um profundo analista da história militar do Brasil comentou com o irmão Coronel Luciano Thebano Barreto Lima:

“Luciano, estive recentemente com o Chefe do Estado Maior do Exército, Marechal Castelo Branco. Conversamos muito sobre o momento atual do Brasil e o papel do Exército numa possível crise institucional. Castelo Branco concordou comigo em muitos pontos. O presidente João Goulart precisa tomar de imediato uma posição para acalmar as tropas. Está muito mal assessorado. O Chefe da Casa Militar General Assis Brasil é um sonhador. O Ministro da Guerra, General Jair Dantas Ribeiro não tem nenhuma liderança na tropa. O Presidente só conta mesmo com o apoio de General Ladário Telles do 3º Exército no Rio Grande do Sul”.

O irmão Thabano, caçou a cabeça e indagou:

– Flamarion e a posição do General Amaury Kruel, Comandante do II Exército em São Paulo. Amaury foi Ministro da Guerra de Jango além de seu amigo pessoal.

O Historiador e ex-professor da Escola de Comando do Estado Maior do Exército respondeu a indagação do irmão:

– A amizade do Kruel é duvidosa. O Comandante do II Exército pode mudar de lado de uma hora para a outra. Luciano o Presidente João Goulart está perdendo o pulso. No Rio Grande do Sul o Deputado Leonel Brizola defende de peito aberto a insubordinação de setores militares e a sindicalização das Forças Armadas. No Nordeste o vermelho Miguel Arraes em Pernambuco incentiva o esquerdista Julião a fazer na mar-

ra a reforma camponesa. E pior está sendo assessorado pelo nosso primo Brigadeiro Jocely Brasil que sonha em ser o novo Che Guevara. No Rio de Janeiro Carlos Lacerda está conspirando abertamente nos quartéis contra o Presidente da República. Em Minas Magalhães Pinto é extremamente conservador. Em São Paulo você conhece bem o Ademar de Barros.

Só existe uma maneira do Presidente terminar seu mandato reconquistar de imediato o apoio da Igreja, da Imprensa, do Congresso e das Forças Armadas.

O Coronel Luciano Thebano Barreto Lima saiu extremamente preocupado da casa do irmão Flamarion Barreto Lima em Copacabana.

A História veio provar mais tarde que o General cearense, natural da cidade de Sobral estava coberto de razão.

No dia 13 de março de 1964, o Presidente da República defendeu as Reformas de Base, entre elas, reforma agrária, tributária, universitária e eleitoral em um grande comício na Central do Brasil, no Rio de Janeiro, para mais de 200 mil participantes.

Em 19 de março de 1964 em resposta ao comício na Central do Brasil, setores conservadores e entidades cívicas e religiosas convocaram a Marcha da Família, com Deus pela Liberdade, em São Paulo. O protesto reuniu cerca de 500 mil pessoas.

A Defesa das Reformas de Base na Central do Brasil acende o estopim para um futuro golpe militar com apoio de parlamentares setores civil, (latifundiários e empresários paulistas), imprensa e a Igreja católica.

No dia 25 de março de 1964 uma revolta de marinheiros e fuzileiros navais, no Rio de Janeiro, concentrados na sede do Sindicato dos Metalúrgicos o Rio ocasionou a renúncia do Ministro da Marinha Silvío Mota como a recusa do Presidente João Goulart de punir os insubmissos.

Os marinheiros realizavam uma reunião comemorativa do segundo aniversário da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais, entidade considerada ilegal. Dois mil marinheiros e fuzileiros navais liderados por José Anselmo dos Santos, o “Cabo Anselmo”, compareceram à sede do sindicato naquele dia, a despeito da proibição do Ministro. O ato contou com a presença de representantes dos sindicalistas e líderes estudantis, e além do deputado Leonel Brizola e do marinheiro João Cândido, líder da Revolta dos Marinheiros de 1910.

O Ministro Sílvio Mota emitiu ordem de prisão contra os principais organizadores do evento e enviou um destacamento de fuzileiros navais ao local da reunião. Apoiados pelo seu Comandante, o contra-almirante Cândido Aragão, os fuzileiros, em lugar de prender os marinheiros aderiram aos revoltosos, permanecendo na sede do Sindicato dos Metalúrgicos.

O Presidente da República, proibiu as tropas de invadir a sede do Sindicato dos Metalúrgicos, o que provocou a demissão do Ministro da Marinha.

A demissão do Ministro Silvío Mota gerou um misto de indignação e revolta entre os setores conservadores das Forças Armadas.

O Presidente João Goulart vivendo num clima de ilusão e mal assessorado pelo Chefe de Gabinete Militar, General

Assis Brasil, compareceu no dia 30 de março de 1964, como convidado de honra de uma festa promovida pela Associação dos Sargentos e Suboficiais da Polícia Militar na sede do Automóvel Clube do Rio de Janeiro, promovida pelo Comando Geral dos Trabalhadores (CGT).

O ex-Presidente da República, o Senador por Minas Gerais Juscelino Kubitschek tentou às vésperas de 31 de março um acordo com o Presidente Jango. A reunião ocorreu no quarto do Presidente no Palácio das Laranjeiras:

“Jango sentou numa cama e JK na outra”.

O JC disse:

“Jango, o movimento está em marcha, é coisa séria e você só tem uma chance de preservar o poder e continuar na Presidência. Faça um manifesto a Nação imediatamente, tornando claro sua repulsa ao Comunismo, anuncie um Ministério de perfil mais conservador, garanta anistia aos militares sublevados e por fim, assegure punição dos marinheiros que desafiaram a autoridade do Ministro da Marinha que deixou o cargo”.

O Presidente João Goulart agradeceu ao antigo adversário Senador Juscelino Kubitschek mas argumentou que tinha o apoio do povo e da maioria dos oficiais das Forças Armadas.

O General e escritor Flamarion Barreto Lima estava certo. Na madrugada do dia 31 de março de 1964 as tropas comandadas pelo General Olímpio Mourão Filho saíram de Minas Gerais para o Rio de Janeiro. No dia 1º de abril tomaram quase sem resistência o Forte de Copacabana. O Presidente da

República no Rio, viajou para Brasília e depois para Porto Alegre, onde o Deputado Leonel Brizola com apoio do III Exército tentava organizar um movimento de resistência a deposição do Presidente e cunhado João Goulart.

Anos depois o Coronel Luciano Thebano Barreto Lima, que serviu no primeiro governo militar, do Marechal Castelo Branco, no Serviço Nacional de Informações, SNI comentou:

“Meu irmão, Flamarion Barreto Lima, como um estudioso da história, com seu olhar no tempo, estava totalmente certo, o Presidente João Goulart caiu mais pela fraqueza no comando da Nação e por não dá ouvidos aos conselhos, principalmente do Chefe do Estado Maior do Exército, Marechal Castelo Branco, que um movimento para sua deposição estava em marcha de forma silenciosa nos quartéis”.

9

GOLPE DE MESTRE

No ano de 1965, o Presidente da República, Humberto de Alencar Castelo Branco, estava visitando a cidade de Sobral, a convite, do então prefeito, Cesário Barreto Lima.

O Marechal Presidente veio especialmente para a inauguração do Hotel Municipal, construído com recursos municipais, sendo considerado o mais moderno e mais confortável do interior cearense. A obra era um antigo sonho da sociedade sobralense.

O Chefe Maior da Nação, também cearense, era amigo pessoal do General Flamarion Barreto Lima, irmão do Prefeito Municipal da cidade de Sobral.

Em 1951, o então General Castelo Branco, acompanhado do major Flamarion Barreto Lima, visitou a cidade de Sobral, de passagem para inspeção de unidades militares nos Estados do Piauí e Maranhão. O Comandante da 10ª Região Militar pernoitou na residência do Senhor Chagas Barreto Lima, genitor do amigo major e do prefeito do município de Sobral.

O Presidente da República, Humberto de Alencar Castelo Branco, durante a visita à cidade de Sobral, fez questão de quebrar o rígido protocolo e fazer uma visita de cortesia à casa do patriarca da família Barreto acompanhado do General

de Brigada Flamarion Barreto. O General Comandante tomou suco de caju e recordou, alegremente, com a mãe dos irmãos Flamarion e Cesário, Dona Cesarina Lopes Barreto, a Dona Sinhá, a rede de varandas brancas, com cheiro de baú, em que tinha dormido no solar da família e, do sabor da tapioca com cuscuz, no café da manhã.

O comerciante Chagas Barreto aproveitou a oportunidade para convidar o ilustre visitante e toda comitiva presidencial para jantar na sua residência. O Presidente da República participaria de um jantar e pernoitaria na casa da família Moreira, os ricos industriais, sócios da fábrica CIDAO, tradicional usina de beneficiamento de algodão.

O Marechal Presidente, diante do delicado e insistente convite, resolveu aceitar, para o olhar surpreso e espantado de Dona Sinhá. Os filhos Flamarion e Cesário que acompanham a visita do Presidente da República a morada do genitor, pegos de surpresa, ficaram sem nenhuma reação. Os irmãos tinham conhecimento que na cozinha da casa dos pais, só tinha o trivial básico para o jantar do dia-a-dia, ou seja café com leite, sopa, tapioca e cuscuz.... A bondosa Dona Sinhá chamou os filhos para uma conversa no canto da sala e comentou:

“O Chagas tá doido. Convidou o Presidente e sua comitiva de mais de 20 pessoas para jantar sem nada o que comer”.

O Prefeito Cesário Barreto Lima e o irmão primogênito General Flamarion Barreto, com as mãos nas cabeças, ficaram impotentes diante do acontecido.

Antes da hora programada para o jantar, o mandatário Maior da Nação depois de visitar o Bispo Diocesano e a Insti-

tuição Filantrópica do Abrigo de Idosos Coração de Jesus foi repousar da cansativa viagem. O Marechal era conhecido pela pontualidade britânica. Todos que o acompanhavam tinham conhecimento deste rigoroso capricho do velho comandante: “Era o mais inglês dos ingleses em questão de horário”.

Pontualmente às 18 horas, o Presidente da República e sua comitiva chegaram a residência do comerciante Francisco das Chagas Barreto Lima.

Os filhos Flamarion e Cesário, quando entraram na casa dos pais, quase perderam a fala, tamanho foi o susto, não acreditando no que estavam vendo. Tudo extremamente limpo, o chão com tapete vermelho, a residência toda decorada com flores brancas, garçons à postos em linho impecável, a mesa de jantar com uma linda toalha bordada, louça inglesa e talheres de prata. A mãe, Dona Sinhá ao lado do marido, de vestido novo, largo sorriso nos lábios, recebia a todos os ilustres convidados, na porta de entrada do casarão da família Barreto Lima.

O jantar, em homenagem ao Presidente, foi servido pontualmente no horário previsto, lagosta ao molho de camarão e filé ao molho de madeira eram às opções, com acompanhamento de batata souté, arroz à grega e salda de maionese. Como sobremesa, doces e sorvetes regionais.

O velho Marechal adorou o jantar! Sentado ao lado de Dona Sinhá, está bem descontraído, rindo das histórias contadas pelo anfitrião.

Os dois filhos do ilustre casal, ainda de boca aberta, não acreditavam no misterioso milagre das “Bodas de Caná”.

No dia seguinte, o General Flamarion Barreto Lima, acordou cedo para tentar desvendar o mistério da noite anterior e matar a inquietante curiosidade.

Sem Chagas Barreto, com um irônico e largo sorriso nos lábios, balançou a cabeça e comentou:

– Fui até a casa dos Moreiras, onde um fausto jantar aguardava o Presidente Castelo Branco e sua comitiva, e trouxe tudo pra cá, do garçom a sobremesa.

AS APOSTILHAS DO GENERAL

No final dos anos de 1970, o Coronel do Exército Nélio Lobato, ex-prefeito nomeado de Belém do Pará, no governo do Presidente Emílio Garrastazu Médice, tinha acabado de ser eleger como Deputado Federal pelo Estado do Pará, pela Aliança Renovadora Nacional, Arena, o partido de sustentação política do Regime Militar no Brasil instalado após o movimento militar de 31 de março de 1964.

Na época era Senador da República, no Congresso Nacional, o também Coronel Jarbas Passarinho, ex-ministro do Trabalho, Educação e Previdência Social dos Governos Militares.

Os dois parlamentares eram colegas de turma da Escola Militar de Realengo no Rio de Janeiro.

O Coronel Passarinho costumava nas conversas com outros oficiais do Exército Brasileiro colocar sempre em destaque o nome do General sobralense, Flamarion Barreto Lima, como uma das três maiores culturas da História do Exército Brasileiro. O Senador do Pará considerava o General sobralense, o Ministro Golbery do Couto e Silva e o Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco como os expoentes máximos da cultura militar do Brasil.

O General Flamarion Barreto Lima, natural da cidade cearense de Sobral, desde o final dos anos de 1950, após pedir sua passagem para a reserva remunerada na patente de General de Brigada, passou a dar aulas em um prédio na Praia Vermelha no Rio de Janeiro para os candidatos ao oficialato na Escola de Comando e Estado Maior do Exército.

“Quem almejava chegar ao Generalato tinha que frequentar o famoso cursinho do General Flamarion Barreto Lima”.

O Professor e Historiador, autor do capítulo sobre História Militar da famosa Enciclopédia Delta Larousse, ensinava Geografia, História Militar, História do Brasil e História da América Espanhola.

O Ex-Ministro Jarbas Passarinho quando encontrava o colega de Escola Militar Nélio Lobato nas sessões conjuntas do Senado Federal e da Câmara dos Deputados não economizava palavras de elogios ao antigo professor General Flamarion Barreto Lima. O Ex-Ministro da Educação chegava a recitar de cor os conflitos militares na América Latina e dava aula sobre a Guerra do Paraguai, não guardando segredo que o pouco que aprendera tinha que agradecer ao velho professor General Flamarion.

O Senador paraense costumava contar que o ex-Presidente Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco se referia ao ex-Professor da Escola de Comando e Estado Maior do Exército, como um misto de orgulho e uma pontilha de ciúmes, como um brilhante professor, competente historiador, mas que pecava pela cabeça dura, radicalizando nas suas convicções ideológicas.

A verdade era que o General Flamarion Barreto costumava bater de frente com o Comandante Castelo Branco na época da Escola de Comando e Estado Maior do Exército.

O Marechal certa feita chegou a expulsar de sua sala, o então Major Flamarion, após uma calorosa discursão. O Comandante Castelo Branco pediu ao major Flamarion para ler seu discurso para os concludentes do curso de formação dos futuros oficiais do Exército Brasileiro. O brilhante professor cearense não apenas leu o pronunciamento do General conterrâneo como também fez várias correções no texto.

O General Castelo Branco extremamente vaidoso reclamou com veemência do subordinado:

– Major pedi apenas para o Senhor ler e não para fazer correções.

O filho de Sobral, também conhecido pelo “pavio curto” respondeu no mesmo tom:

– Fiz duas coisas meu Comandante. Li e também corriji os erros.

O TIRO DE GUERRA

No início do seu segundo mandato à frente da Prefeitura Municipal de Sobral, 1982-1988, o comerciante Joaquim Barreto Lima, recebeu em audiência no Paço Municipal, o Comandante da 10ª Região Militar, sediada em Fortaleza, o General de Divisão Francisco Batista Torres de Melo.

O General veio tratar com o Senhor Prefeito Municipal a construção de uma sede própria para a instalação do Tiro de Guerra na cidade de Sobral. O prédio era uma antiga reivindicação do Exército e uma aspiração dos jovens que prestavam o serviço militar obrigatório, no cumprimento do dever para com a Pátria Mãe.

O Tiro de Guerra funcionava de forma precária em um velho e desconfortável prédio no Mercado Público de Sobral, em frente ao Cemitério Municipal. A edificação contava apenas com um banheiro para atender mais de 150 recrutas convocados anualmente, em toda Região Norte do Estado.

Sua Excelência, o Chefe do Executivo Municipal, desapropriou de imediato, um espaçoso e plano terreno no bairro Sinhá Sabóia para servir de Sede do futuro Tiro de Guerra Regional.

O General Comandante fez outro pedido ao Prefeito Joaquim Barreto Lima que o mesmo também enviasse após a

conclusão da obra um projeto de Lei, a Câmara de Vereadores, denominando a edificação de Tiro de Guerra, General Flamarion Barreto Lima.

As Forças Armadas prestavam assim, homenagem ao ilustre sobralense, considerado um dos mais cultos oficiais da história das Forças Armadas do Brasil.

O primo do Prefeito Municipal era um dos maiores estudiosos da História Militar da América Latina. Professor durante muito tempo da Escola de Estado Maior do Exército, era uma referência de conhecimento nos meios intelectuais das Três Armas. Escritor respeitado nos meios militares, foi convidado no início dos anos de 1960 pela tradicional Enciclopédia Delta Larousse para escrever o capítulo sobre a história militar segunda Guerra Mundial.

Finalmente no mês de outubro de 1983, a obra estava pronta para ser inaugurada. O Senhor Prefeito telefonou ao General Comandante da 10ª Região Militar, Torres de Melo, comunicando a conclusão da obra e sugerindo a inauguração para o mês seguinte, no dia 15 de novembro, a data mais do que sugestiva, já que era feriado nacional em comemoração à Proclamação da República.

A festa de inauguração no populoso bairro Sinhá Sabóia foi um verdadeiro sucesso comparecendo ao evento o Comandante do IV Exército, sediado em Recife, acompanhado do General de Divisão Francisco Batista Torres de Melo, da 10ª Região Militar. Políticos, lideranças comunitárias, estudantes, enfim o povo em geral prestigiou a solenidade de inauguração.

O Comandante Torres de Melo iniciou seu discurso na efeméride citando uma frase do General Lima:

“O brasileiro nasceu nos Guararapes”.

Fazia assim referência a história Batalha dos Guararapes travada em dois confrontos – o primeiro em 18 e 19 de abril de 1648 e depois em 19 de fevereiro de 1649 – entre o Exército da Holanda e os defensores do Império Português no Morro dos Guararapes na então Capitania de Pernambuco, atual Jaboatão dos Guararapes, município da Região Metropolitana do Recife no Estado de Pernambuco.

A Dupla vitória portuguesa nos Montes Guararapes é considerada o episódio decisivo da Insurreição Pernambucana, que pôs fim às invasões holandesas no Brasil.

A Data do primeiro confronto (19 de abril de 1648), no qual a tropa adversária dos holandeses era formada majoritariamente por (brasileiros, brancos, negros e ameríndios), com o objetivo comum de expulsar o invasor estrangeiro, é considerada o início da construção da nacionalidade brasileira, e foi adotada oficialmente como o dia do surgimento do Exército Brasileiro.

Terminada a inesquecível solenidade ao se despedir da Prefeito de Sobral, o General Torres de Melo, confidenciou:

– Prefeito, o Senhor seria um “Grande General” se tivesse ingressado no Exército Brasileiro.

O Chefe de Executivo sobralense, o popularíssimo Quincão, sorriu e respondeu:

– Meu General, Torres de Melo, eu não conseguiria. Teria que ser aluno do meu primo – irmão, Flamarion Barreto, e jamais atingiria a patente de General, no máximo chegaria ao posto de Major. O primogênito do avô Chagas era tão rigoroso que seria impossível pensar em levar para fazer as provas, “inocentes colinhas”.

Risos!

PARTE III

Fotos

GENERAL FLAMARION BARRETO LIMA
PARTENON DA CIDADANIA



**Dona Cesarina Lopes Barreto Lima (Sinhá Barreto),
esposa do comerciante Chagas Barreto Lima,
Sobral – Ano de 1920.**

CÉSAR BARRETO LIMA
SAULO BARRETO LIMA



**Irmãos Barreto Lima, em Sobral,
meados dos Anos de 1940. Esquerda para direita,
em pé: Luciano Barreto e Cesário Barreto;
sentado, Major Flamarion Barreto Lima.**

GENERAL FLAMARION BARRETO LIMA
PARTENON DA CIDADANIA



**General Flamarion Barreto Lima e a esposa Neuza Lopes,
no início dos Anos de 1950, no Rio De Janeiro.**

CÉSAR BARRETO LIMA
SAULO BARRETO LIMA



Capa da Revista O Cruzeiro – Ano de 1956. Casamento de Elenice Barreto e o fotógrafo Indalécio Wanderley.



Casamento de Indalécio Wanderley e Elenice Barreto – Rio de Janeiro, 1956.
Esquerda para direita: Indalécio Wanderley, Elenice Barreto,
Assis Chateaubriand, Neuza Barreto e General Flamarion Barreto Lima.



Coronel Chagas Barreto Lima assinando o livro de testemunha do casamento da neta Elenice Barreto com o fotógrafo Indalécio Wanderley – Rio de Janeiro, 1956.



A família Barreto Lima. Ano de 1962 – Sobral-CE.
Da esquerda para direita: Martônio Barreto, Adonias Alves, Cesário Barreto, Coronel Chagas Barreto

Família Barreto Lima, Ano de 1962 – Sobral/CE. Da esquerda para direita: Martônio Barreto (neto), Adonias Alves (genro), Cesário Barreto Lima (filho), Coronel Chagas Barreto Lima, Coronel Luciano Thebano Barreto (filho), Flamarion Barreto (filho) e genros Antônio Amâncio e Valeriano Dias.

CÉSAR BARRETO LIMA
SAULO BARRETO LIMA



**A família do Coronel Chagas Barreto Lima.
Bodas De Ouro – Ano de 1962, em Sobral.**



**Visita do Presidente da República, Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, em Sobral – Ano de 1965.
Esquerda para direita: Marechal Castelo Branco e Prefeito Cesário Barreto Lima.**



**Visita do Presidente Castelo Branco a Sobral – Ano de 1965.
Esquerda para direita: comerciante Chagas Barreto, deputados
Almir Pinto, Antônio Custódio e o Marechal Castelo Branco.**



**Missa na Catedral de Sobral em homenagem ao Coronel
Luciano Thebano Barreto, no Ano de 1979. Esquerda para direita:
Dr. Plínio Pompeu, e na cadeira logo atrás, Maximino Barreto.**



Varão Chagas Barreto Lima e sua irmã Manoela Barreto. Sobral, início de 1970.



**Os autores César Barreto Lima e Saulo Barreto Fernandes,
em Fortaleza, no Ano de 2016.**

CÉSAR BARRETO LIMA
SAULO BARRETO LIMA



Busto do General Flamarion Barreto Lima, no prédio da Guarda Municipal em Sobral (Ano de 2020).

PARTE IV

Anexos

1

GUERRA DO PARAGUAI

Gen. FLAMARION BARRETO LIMA

3ª edição

ÍNDICE

I - SITUAÇÃO POLITICO-MILITAR A PARTIR DE 1852 NO BRASIL, ARGENTINA, URUGUAI E PARAGUAI

1. Relações Brasil-Uruguai
2. Relações Brasil-Paraguai
3. Relações Brasil-Argentina
4. Relações Argentina-Uruguai
5. Relações Uruguai-Paraguai

II - ANTECEDENTES E CAUSAS DA GUERRA

1. Estudo dos fatores psicossociais, econômicos e militares
 - a. Fatores Psicossociais
 - b. Fatores Econômicos
 - c. Fatores Militares
2. Imposições Geográficas
3. Conclusões Gerais

4. Causas da Guerra com o Paraguai
5. Plano de Guerra do Paraguai

III - INVASÃO DE MATO GROSSO PELO PARAGUAI

1. Finalidade da Invasão de Mato Grosso
2. Execução
3. Resultados da Ação

IV - SITUAÇÃO POLÍTICO: MILITAR EXISTENTE NO PRINCÍPIO DE 1865

1. Brasil
2. Argentina
3. Paraguai

V - SUMÁRIO DOS DIVERSOS PLANOS DE OPERAÇÃO

1. O Plano de Caxias
2. O Plano de Pimenta Bueno
3. O Plano de Tamandaré
4. O Plano Aliado
5. Crítica dos Planos
6. Elementos para Comparação dos Planos

VI - O TRATADO DE TRÍPLICE ALIANÇA DE 1º DE MAIO DE 1865

- a. Desvantagens
- b. Justificativas

VII - AS OPERAÇÕES EM CORRIENTES E NO RIO GRANDE DO SUL

1. Operações em Corrientes
2. Operações no Rio Grande do Sul
3. Consequências no Plano Estratégico para o Paraguai
4. O Movimento Aliado para o Sul do Passo da Pátria

VIII - A INVASÃO DOS ALIADOS

1. Caracterização da Área de Operações
2. Travessia do Paraná
3. Batalha do Tuiuti

IX - AS OPERAÇÕES EM TORNO DE HUMAITÁ

1. As Operações dos Aliados após o Tuiuti

X - O COMANDO DE CAXIAS

1. A Nomeação de Caxias
2. Operações entre Novembro de 1866 e Agosto de 1868
3. Operação entre Setembro de Novembro de 1868

XI - A ATUAÇÃO DE CAXIAS NA GUERRA DO PARAGUAI

- a. A preparação do Exército
- b. A Manobra de Humaitá
- c. A Manobra de Piquisiri

XII - A CAMPANHA DA CORDILHEIRA

1. O terreno
2. A Situação depois da Conquista de Assunção
3. A Manobra de Pirebebuí

XIII - A PERSEGUIÇÃO À LOPEZ

XIV - AS OPERAÇÕES DA COLUNA EXPEDICIONÁ- RIA AO SUL DE MATO GROSSO

- a. Organização da Coluna e seu movimento até Nioaque
- b. As Operações da Coluna e sua retirada
- c. A Retomada de Corumbá
- d. A Recuperação de Mato Grosso
- e. Comentários

XV - O TRATADO DE PAZ

- a. Antecedentes
- b. As Negociações Iniciais
- c. A Paz

XVI - APRECIÇÃO SOBRE A GUERRA DO PARA- GUAI

XVII - CONSEQUÊNCIAS DA GUERRA

A presente publicação é uma compilação feita pelo Ten Cel. NEY R. REZENDE do Trabalho do Gen. FLAMARION B. LIMA

Este livro foi revisado segundo o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa obrigatória a partir de 2016 conforme acordo assinado em 1990 entre países da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Este livro foi transcrito do original em 22/04/2019 por Saulo Barreto Lima.

I - SITUAÇÃO POLÍTICO-MILITAR A PARTIR DE 1852 NO BRASIL, ARGENTINA, URUGUAI E PARAGUAI

1. RELAÇÕES BRASIL-URUGUAI

Após a guerra de 1851-52, o Brasil procurou definir seus limites com os vizinhos e regular definitivamente a questão da livre navegação nos rios, objetivos que o levaram à guerra nessa época.

Realizadas em 1852 as eleições para Presidente no Uruguai, foi eleito Giró, partidário de Oribe, portanto um “blanco”. Seu governo levantou dúvidas quanto à validade do Tratado de 1851, que regulava os limites entre o Brasil e o Uruguai e, em consequência, houve aguda crise nas relações entre os dois países, afinal dirimidas com a assinatura de um Tratado que reconhecia os limites anteriores (maio de 1852).

A situação interna do Uruguai era anárquica, pois as relações entre “blancos” e “colorados” eram muito tensas; o partido fora do poder extremava sua oposição e, normalmente, fomentava e articulava revoltas armadas contra o governo. Em abril de 1863, Venancio Flores invade o Uruguai para derrubar os “blancos”, então no poder, iniciando assim

outra revolução. Vitorioso algumas vezes, batido outras, foi procrastinando a revolução até 1864, quando se deu a ascensão de Aguirre ao poder em substituição a Berro. As relações do Uruguai com a Argentina estavam rompidas desde dezembro de 1863, pois o governo uruguaio acusava o de Buenos Aires de apoiar Flores.

As relações Brasil-Uruguai também vinham se agravando, pois desde 1825 que os brasileiros residentes na fronteira reclamavam contra particulares e autoridades uruguaias que não respeitavam suas propriedades. Muitos brasileiros tinham-se alistado nas fileiras de Flores, cansados de suportar os vexames e as violências dos “blancos”.

Os debates sobre este assunto no Congresso brasileiro eram acerbos e agravaram-se com a vinda do General Neto, um dos líderes da Revolução Farroupilha, à Corte, a fim de solicitar pessoalmente ao Imperador assistência para cerca de 40.000 brasileiros que viviam naquela região.

O Governo brasileiro resolveu então enviar ao Uruguai o Conselheiro Saraiva para obter reparação desses agravos aos seus súditos no Rio Grande. Saraiva apresentou suas reclamações ao governo de Aguirre e este não as reconheceu legítimas. Intervêm os ministros Thorton (inglês) e Elizalde (argentino) para apaziguarem a contenda, mas nada conseguem. Saraiva retira-se de Montevidéu e apresenta um “ultimatum” ao governo uruguaio e, não sendo este aceito, dá ordem ao Almirante Tamandaré para iniciar as hostilidades.

Em agosto do mesmo ano, o Império assinou com a Argentina um Protocolo em que declarava que a pacificação do

Uruguai era indispensável para a solução das questões internacionais no Prata e que qualquer das Repúblicas poderia recorrer aos meios lícitos com a limitação, apenas, de ser preservada a independência e a integridade territorial do Uruguai.

Em dezembro de 1864, as forças brasileiras invadem o Uruguai e em janeiro de 1865 já ocupavam Paisandu, com o apoio da esquadra de Tamandaré e das tropas de Venancio Flores. Enquanto isso, em junho de 1864, o Paraguai tinha-se oferecido como mediador no caso entre o Brasil e o Uruguai e fora recusado. Em agosto, o Paraguai protestou contra o “ultimatum” brasileiro. Em 10 de novembro, o Paraguai aprisionou o navio brasileiro “Marquês de Olinda”.

2. RELAÇÕES BRASIL-PARAGUAI

Com o Paraguai, o Brasil tinha pendente duas questões: a definição dos limites e a regulação da navegação no Rio Paraguai. Permanecia em litígio o território formado pelos rios Apa e Branco, Serra do Amambá, além da pendência entre o limite do rio Paraná começar no Iguereí ou no Iguatemi. As questões acima referidas deram início a conflitos. Em 1850, o Império mandou ocupar o Fecho dos Morros ou Pão de Açúcar; o governo paraguaio não se conformou com isso e expulsou os brasileiros da região. O governo brasileiro, que se preparava, para a guerra contra Rosas engoliu a afronta. As negociações continuaram, ambas as chancelarias irredutíveis em seus pontos de vista. O Paraguai defendia como região contestada a área Apa-Rio Branco; o Brasil sustentava a linha do Iguatemi-Maracaju e Apa. Por fim, em fevereiro de 1858, o Império firmou com o Paraguai uma Convenção em que decla-

rava livre a navegação nos rios Paraná e Paraguai ao comércio de todas as nações. A questão dos limites ficou para ser solucionada em época posterior.

Em setembro de 1862 morreu Carlos López, legando o governo paraguaio ao seu filho Solano López, a quem aconselhou “*in extremis*” a não procurar resolver questões pendentes com o Brasil por meio da força. Daí por diante o Brasil foi envolvido na intriga diplomática pelo Uruguai, junto ao Paraguai, apontado como pretendendo absorver o Uruguai através da ajuda que vinha prestando a Flores e de estar preparando a guerra contra o Paraguai de comum acordo com a Argentina.

3. RELAÇÕES BRASIL-ARGENTINA

As relações do Brasil com a Argentina foram de respeito e cooperação, particularmente, após a guerra de 1851-52.

A intervenção do Brasil no Uruguai, através da Missão Saraíva, encontrou perfeita compreensão da parte de Mitre, que mostrou confiar na lealdade do Império.

4. RELAÇÕES ARGENTINA URUGUAI

Após a vitória de Caseros, as Províncias Unidas deveriam enfrentar o problema de sua organização política, até então aguardando uma solução. O país continuava dividido em duas facções, como sempre estivera: de um lado estava Buenos Aires isolada, de outro, todas as Províncias Unidas. Por fim, após reação armada de Buenos Aires, sem resultado, a província de Buenos Aires concordou em integrar a Confederação Argentina, aceitando a Constituição Nacional, já em vigor.

Como mediador dessa contenda entre Urquiza, presidente da Confederação, e Mitre, chefe político de Buenos Aires, funcionara Solano López, então Ministro da Guerra do Paraguai.

Embora a província de Buenos Aires houvesse se reunido de novo às demais, qualquer espírito conhecedor da situação dos seus antecedentes estaria habilitado a afirmar com segurança que a harmonia não poderia durar largo tempo. E efetivamente, em fins de 1860, novo conflito rebenta e, desta vez, as forças de Mitre obtêm ampla vitória sobre as de Derqui, presidente da Confederação, eleito por término de mandato de Urquiza. Mitre e, portanto, Buenos Aires ficam senhores absolutos da situação e, em 12 de outubro de 1862, as urnas eleitorais designavam para Presidente da República o mesmo Mitre. A República argentina, depois de lutas internas, conseguira adquirir a estrutura política de uma verdadeira nacionalidade. Os unitários haviam triunfado, pois que Buenos Aires atraía para junto de si todas as províncias e passará a alojar em seu seio o conjunto do governo central. As forças vivas da Nação buscarão expandir-se e elaborar os fundamentos de uma vasta agremiação política. Sem dúvida irromperão ainda pequenas perturbações, mas que serão impotentes para reviver o período da caudilhagem desenfreada Mitre e uma plêiade de grandes patriotas cobrir-se-ão de glória encaminhando a Argentina aos seus venturosos destinos.

Desde o início da invasão de Flores, governo uruguaio admitiu que os argentinos estivessem auxiliando-o. Um incidente ocorrido com o aprisionamento de um navio de guerra argentino e a represália de Mitre foi a causa da ruptura de relações entre os dois países em junho de 1863, restabeleci-

das no mês seguinte. A proposta uruguaia de incluir Solano López, como mediador nas questões em debate foi recusada por Mitre. Entrementes, a ação diplomática do Uruguai junto ao Paraguai começava a produzir seus efeitos, tendo o ministro paraguaio, Berges, solicitado explicações à Argentina sobre queixas que tinha recebido dos uruguaiois. Várias notas foram trocadas entre os dois governos, patenteando-se a intenção do governo uruguaio em dificultar as relações do Paraguai e da Argentina, acusada, juntamente com o Brasil, de ser inimiga do Uruguai. Eis, porém, que rebenta novo incidente: um partidário de Flores, à frente de uma coluna, tenta desembarcar em território uruguaio. Pressentido por forças orientais governistas, refugia-se em uma ilha argentina, onde foi aprisionado. Resulta daí novo rompimento de relações entre a Argentina e o Uruguai, este acusando o governo de Mitre de estar colaborando indebitamente no fomento da revolta de Flores.

5. RELAÇÕES URUGUAI-PARAGUAI

Em fevereiro de 1862, o Presidente uruguaio Bernardo Berro designou Juan José Herrera representante do Uruguai em Assunção com instruções para chamar a atenção do Governo paraguaio para o ambiente de intranquilidade que lavrava no Prata, o perigo de uma intromissão de Espanha, os secretos desejos de Buenos Aires de reincorporar o Uruguai. Como medida defensiva contra essa situação Herrera deveria sugerir ao Governo paraguaio o estreitamento de relações diplomáticas com o Uruguai, a negociação de condições para comerciarem através do rio Uruguai sem interferência do porto de Buenos Aires. Herrera, depois de tomar contato com as autoridades

paraguaias, informava ao seu Governo que as relações entre o Brasil e o Paraguai não eram tão boas quanto deviam ser e que a questão de limites que os separava estava longe de ser resolvida satisfatoriamente, dando também conta de sua missão.

Em 3 de março de 1863, sendo Herrera ministro do Exterior do Uruguai, enviou Otávio Lapidó a Assunção para mostrar ao Governo guarani que Uruguai e Paraguai e da Argentina e a necessidade da união de ambos para conjurá-lo. Propunha, então, uma aliança defensiva, entre o Paraguai e o Uruguai, para manter o equilíbrio do Prata; a neutralização da Ilha de Martin Garcia e a possibilidade de se fazer de Corrientes e Entre Rios uma Nação Independente, sugerindo, veladamente, a anexação dessas regiões ao Paraguai. O Governo do Paraguai esquivou-se, porém, a um pronunciamento direto sobre esta proposta, alegando que não tinha conhecimento completo do assunto para tomar tão graves resoluções. Em 17 de agosto, enviou novas instruções a Lapidó para obter do Paraguai um compromisso recíproco de garantia da Independência de ambos os países, a neutralização de Martin Garcia e a uniformidade de doutrina sobre a nacionalidade dos filhos de estrangeiros, a fim de anular o apoio de Mitre a Flores. Em 31 de agosto foi mais explícito e deu ordem para que Lapidó pedisse ao Governo paraguaio para ocupar Martin Garcia.

López se dirigiu então ao Governo argentino, em 6 de setembro, solicitando-lhe amistosamente esclarecimentos sobre o propalado apoio que vinha dando a Flores. Herrera achou essa nota inócua, mas rejubilou-se com ela uma vez que marcava uma mudança positiva na atitude do Governo paraguaio. A Argentina negou que estivesse apoiando o movimento

de Flores, mas o Paraguai não se contentou com a explicação. Surgiram desse incidente os fatos que agravaram as relações, entre Buenos Aires e Assunção, até se chegar a um rompimento formal em 6 de fevereiro de 1864, quando o Paraguai declarou oficialmente que prescindiria das explicações argentinas e que daí por diante agiria por conta própria, ao que o governo argentino respondeu com igual firmeza. Em 1º de março de 1864, Herrera, já no Governo de Aguirre, nomeou o Dr. José Vasquez Sagastume representante do Uruguai junto a Assunção. Sagastume deveria obter uma intervenção junto ao Brasil semelhante à que fizera em Buenos Aires, o envio de navios de guerra ao estuário para contrabalançar a atividade naval brasileira e de 2.000 homens apoiados por artilharia para ocupar preventivamente alguns povoados da margem oriental do Rio Uruguai. Sagastume iniciou suas atividades, pedindo a Berges, ministro do Exterior do Paraguai, para interferir junto a Saraiva que se encontrava em Montevideu em missão do Governo brasileiro. Berges atendeu o pedido e ofereceu a Saraiva a mediação do Governo paraguaio. Este declinou dela, pois, no momento, as negociações não reclamavam a intervenção de um mediador. Isso feriu profundamente a vaidade de López, que se reservou para agir em outra oportunidade.

Em 15 de julho, Aguirre enviou a Assunção Antonio de Las Carreras, amigo pessoal de López, como seu representante pessoal e privado. Carreras, em cooperação com Sagastume, remeteu a López, a pedido deste, em 4 de agosto, extenso memorial pedindo auxílio financeiro, diplomático e material para lutar contra Brasil e a Argentina, entre o Paraguai, Uruguai, Entre Rios e Corrientes. Lopez não o atendeu. Com a apre-

sentação do *ultimatum* de Saraiva, López protestou, em 30 de agosto, declarando que a ocupação de parte do território uruguaio por forças brasileiras seria considerada pelo Paraguai “casus belli”. O Império respondeu que o protesto não afetaria suas decisões a respeito do assunto. Estava-se às portas da guerra. Em 28 de outubro de 1864, Sagastume enviou a Berghes um memorando confidencial, comunicando um último sopro à chama de discórdia que se acendera entre o Paraguai e o Brasil. Neste documento historiou as gestões anteriores e o incitou a “levar seu poder e suas armas ao próprio teatro dos acontecimentos para sustentar o grande princípio da independência e o futuro desses povos”. Mostrou a debilidade política e militar do Império e a impossibilidade em que se encontrava Mitre para se aliar ao Brasil. Em compensação pintou com cores otimistas a possibilidade de uma aliança com Urquiza “que está chamado por seus antecedentes e interesses a cooperar na empresa”. E para rematar, Sagastume achou que o Governo do Paraguai estaria no seu direito se invadissem o Brasil em silêncio, “bastando lançar um manifesto ao mundo para justificar seu procedimento”.

López, que nesta época já devia ter elaborado seu Plano de Guerra, recusou enviar ao Prata o destacamento de forças, bem como o subsídio pedido pelo Uruguai. Em nota, enviada ao Governo do Uruguai, em 4 de novembro de 1864, lembrou a necessidade de ser informado oficialmente que forças brasileiras invadiram o território oriental, terminando por declarar cheio de suficiência que “o Governo paraguaio continua no programa de sua política de 30 de agosto” e que “convém ao Governo Oriental julgar se lhe convém manifestar seu assentimento

explícito e o seu acordo, como soberano territorial, à solicitação de uma intervenção armada por outros meios que sua sabedoria aconselhe”. O Paraguai vai realizar sua política própria.

Diante desses fatos, o Brasil devia estar de sobreaviso e não alimentar a mais leve ilusão sobre os acontecimentos que sobreviriam. Manteve-se entretanto confiante na possibilidade de manter boas relações com o Governo do Paraguai até ser despertado pelo incidente do Marquês de Olinda, pretexto da guerra.

II - ANTECEDENTES E CAUSAS DA GUERRA

1. ESTUDO DOS FATORES PSICOSSOCIAIS, ECONÔMICOS E MILITARES

a. FATORES PSICOSSOCIAIS

(1) PARAGUAI

Centro irradiador da colonização espanhola pelas bacias dos rios Paraguai e Paraná nos primórdios da ocupação do continente, tendo sob sua jurisdição territórios que hoje estão sob a soberania do Brasil, da Bolívia e da Argentina, principalmente, o Paraguai se julga um espoliado em seu patrimônio territorial. Este sentimento é mais agudo em relação ao Brasil, em virtude da ação dos bandeirantes no ataque e na destruição das missões jesuíticas paraguaias do sul de Mato Grosso e do Paraná.

As consequências principais desses antecedentes da formação paraguaia e na psicologia do país são a desconfian-

ça quanto aos propósitos dos seus maiores vizinhos – o Brasil e a Argentina – uma permanente aspiração de recuperar territórios que já lhe pertenceram e uma grande sensibilidade para o que possa afetar sua soberania. Culturalmente, o traço predominante é, em 1864, o do atraso educacional, explicado, em grande medida, pelas dificuldades de contatos com os centros de civilização, então situados notadamente na Europa Ocidental. Os hábitos de submissão do povo aos governantes espanhóis e jesuítas, de um lado, a falta de educação política, por outro, a ausência de elites dirigentes, afinal, permitem o aparecimento de um caudilho típico à testa dos destinos do país - o El Supremo, senhor absoluto do país - personificado em Francia (1814-1840), Carlos Antonio López (1862-1870), a quem todos prestam irrestrita obediência, sob pena de serem postos à margem da vida nacional ou perderem a vida.

Amor ao solo pátrio é outra, e não menos importante, das características do povo guarani, excelente fator de coesão nacional, capaz de remediar muitas das suas deficiências.

(2) ARGENTINA

Parte mais importante do Vice-Reinado do Rio da Praia ao tempo da colônia, pioneira e líder do movimento de independência nesta parte do continente, gozando das incontestáveis vantagens da posição para os contatos com os meios mais civilizados do exterior grande parte do povo argentino reúne em si um complexo de aspirações ainda não totalmente realizadas. Uma dessas aspirações, bem caracterizada na política de Rosas, é a reconstituição do antigo Vice-Reinado do Rio da Prata, ou, pelo menos, o gozo de uma situação de hegemonia

dentro dos antigos limites dessa antiga circunscrição territorial do império espanhol.

Outra dessas aspirações é a de incorporar ao seu domínio, por Ocasão da solução diplomática de suas questões de limites com os países vizinhos, o máximo possível de territórios que lhe pertenceram quando cabeça do Vice-Reinado. Entre esses territórios, o do Chaco e o das Missões, aos quais o Paraguai se julga com direito. Para contrariar essas aspirações de grande parte do povo argentino, persiste o antagonismo interno entre o liberalismo e o caudilhismo, que vem desde os primeiros anos de sua vida independente, e só desaparecerá após a guerra em estudo. Essas duas tendências antagônicas exigem maior apreciação uma vez que são elas que prevalecem no quadro psicossocial em exame e constituem o fundo da causalidade da guerra do Paraguai.

O caudilhismo tem as suas raízes na atividade de grande parte do povo argentino – a criação de gado nas planícies das Províncias de Buenos Aires, Entre Rios e Corrientes principalmente.

Seu personagem central é o gaúcho - iletrado, individualista, muito apegado aos seus interesses puramente locais, valente e, quando chefe, muito cioso de suas prerrogativas de mando, que exerce com absolutismo. Utilizados seus serviços militares durante as lutas da independência, o caudilho gaúcho projeta-se no cenário da vida nacional, saindo do âmbito da sua comarca ou província, e ali vai entrar em choque com os liberais. Estes são os indivíduos cultos das cidades, notadamente de Buenos Aires, voltados para as ideias dos centros mais civilizados e que aspiram dar ao país uma estrutura po-

lítica ao influxo dessas ideias, seja segundo o modelo francês, seja o inglês. Rosas é o mais típico dos caudilhos argentinos guindados, ao plano nacional, Mitre personifica bem o liberal de Buenos Aires. A luta entre essas duas tendências antagônicas ainda não se acha extinta, apesar da derrota de Rosas em Caseros e reponta ora aqui, ora ali, no território argentino. Uma das consequências do localismo caudilhista é, por exemplo, a ideia de constituir um grande estado fora da dependência de Buenos Aires, em que entrem as províncias de Entre Rios e Corrientes, juntamente ou não com o Paraguai e o Uruguai. Não obstante, com a vitória de Caseros sobre Rosas e a de Pavón, em que Mitre derrotou a Urquiza (17 set. 1861), a Província de Buenos Aires desfruta uma situação de hegemonia no seio da Confederação.

(3) URUGUAI

Tendo conseguido sua independência pela convenção Preliminar de Paz de 1828, face ao Brasil e à Argentina, o Uruguai viu-se logo palco das mesmas lutas caudilhescas que ocorriam no Prata tendo como objetivo o poder. A instabilidade política é, então, a característica principal entre 1828 e o eclodir da guerra do Paraguai. Em 1864, entretanto, duas tendências estão bem nítidas no panorama psicossocial do Uruguai: uma, tendo como expressão o partido Colorado, acha-se estreitamente vinculada, por intermédio do General Venancio Flores, à corrente liberal argentina de que Bartolomeu Mitre é o expoente máximo; outra, a do partido Blanco, identifica-se com as correntes antiliberais e antibrasileiras do Prata. Sendo o Uruguai como que um prolongamento fisiográfico do Rio

Grande do Sul, apresenta grandes facilidades à interpenetração dos que se entregam às atividades pecuárias; políticos não delimitam nem dois modos de vida difere a rigor, interesses econômicos e políticos.

Calcula-se mesmo que haja, em 1864, cerca de 40.000 brasileiros radicados no Uruguai, dedicando-se principalmente à criação de gado. Nada menos estranhável, à vista das considerações anteriores, que esses indivíduos tenham suas simpatias por esse ou aquele partido político, esse ou aquele chefe. E nada mais compreensível que, em grande parte, sejam simpatizantes do partido Colorado.

(4) BRASIL

Ao constituir-se como país independente, o Brasil vê-se de posse da maior extensão territorial do continente, conseguida na parte que demora além da célebre linha de Tordesilhas, pela ação dos bandeirantes, entradas e monções, a colonização e feitos militares, reconhecidos nos tratados de 1750 e 1777, que consagraram o princípio da ocupação efetiva, do *uti possidetis*. Cerca de um século após o último daqueles diplomas, seria desejável que nenhum ressentimento de lutas passadas ensombrasse as suas relações com os vizinhos, particularmente o Paraguai. Infelizmente, a grandeza territorial do Brasil, fruto de sacrifícios e esforços sem conta de seus filhos, é tida ali, no círculo dos responsáveis pelo destino do país vizinho, como resultado de espoliações sucessivas de territórios que, de fato e de direito, foram seus no passado. Por isso, para muitos espíritos platinos, o Brasil, tal como Portugal, imperialista, e as intervenções brasileiras no Prata, notadamente

em 1851-52, sem nenhum intuito de anexar territórios, seriam outras tantas manifestações desse imperialismo.

A evolução política, após a Independência, conduziu o país, depois de 1849, a uma situação de estabilidade e paz, que contrasta bastante com a dos países platinos. Podemos resumir essa evolução dizendo que dera ao Brasil razoável coesão, que lhe facultava atuar no Prata como força de equilíbrio dos antagonismos que ali se manifestavam desde o ano da independência, o chamado “*año diez*”.

À forma de governo monárquica, que se tornara, desde 1822, num dos fatores de sua coesão interna, era, porém, para alguns líderes platinos, uma distinção perigosa para as boas relações entre os povos sul-americanos. Por outro lado, as características liberais da nossa formação política após a Independência, embora em consonância com a dos meios mais civilizados do Prata, vinham a ser outros motivos de antipatia da parte dos caudilhos ferrenhamente absolutistas, como é bem o caso dos dois López.

5) CONCLUSÃO

No campo psicossocial predomina um antagonismo entre o caudilhismo e o liberalismo. Do primeiro é Francisco Solano López o campeão; do segundo, são o Brasil e os liberais de Buenos Aires os lídimos representantes.

b. FATORES ECONÔMICOS

(1) PARAGUAI

Preocupado em isolar o país da influência do caudilhismo das províncias platinas vizinhas, o ditador Francia praticamente fechou as fronteiras do Paraguai ao comércio internacional e pôs em prática uma política visando a autossuficiência econômica. Nos governos de Carlos Antonio López e Francisco Solano López, o país evolui da segregação para uma participação menos remota no comércio internacional, procurando mesmo constituir uma frota comercial. Todavia, sua estrutura econômica anterior pouco se alterou; o país produz pouco e pequeno é o seu consumo interno. Não obstante, a situação financeira do governo do Paraguai, ou melhor, do ditador Solano López, é razoavelmente boa, a ponto de a ele recorrer o governo blanco de Montevideu em busca de auxílio financeiro para manter-se no poder (1864). O governo de Assunção pode, também, dispor de meios financeiros para melhor armar-se e subvencionar agentes de informações, no Prata principalmente. O pequeno comércio do Paraguai é feito pelo porto de Buenos Aires, o que leva o governo blanco do Uruguai a acenar-lhe (1862) com a possibilidade de sair daquela órbita de influência, passando o comércio entre os dois países a ser feito pelos portos uruguaios.

(2) ARGENTINA

No que interessa mais de perto à guerra estudada, acentua-se ainda uma vez o papel do porto de Buenos Aires, interessando à economia de toda a região platina e com reflexos na política conta seus possíveis adversários.

(3) BRASIL

Com sua economia esteada na agropecuária à base do braço escravo, atravessa uma fase de estabilidade de que não se dão conta de seus possíveis adversários. O aproveitamento das terras do Sul de Mato Grosso pelos criadores de gado aviva o desejo que tem o Paraguai de entrar na sua posse efetiva.

c. FATORES MILITARES

(1) PARAGUAI

Construído com o material político-social das missões jesuíticas, educado na desconfiança de um isolamento chinês, absorvido por um poder pessoal duro e patriarcal a República do Paraguai era uma esfinge. Viveu em ordem e progrediu materialmente, apesar de anos de despotismo sem parecer senti-lo.

Quando morreu Carlos López, a República possuía 435 escolas com mais de 34.000 alunos, um arsenal, estaleiros, sólidas e bem projetadas fortalezas, cobrindo o acesso a Assunção. Solano López, que o sucedeu, mandou vir da Europa engenheiros e operários especializados, ampliou as instalações militares, criou outros, como forjas, fábricas pirotécnicas e contratou oficiais estrangeiros. Armazenou grandes quantidades de armamento, elevou a esquadra para 20 navios a motor, 5 escunas a vela, 3 lanchões e 12 chatas. O Exército, em si numeroso, foi ampliado, tendo atingido na época da declaração de guerra a um efetivo de 35.000 homens devidamente armados, havendo nos campos de treinamento mais de 40.000 homens em adian-

tada fase de preparação militar, continuando o recrutamento intensivo, numa população de um milhão de habitantes.

Em princípio de 1864, mandara vários chefes militares recrutar, em todos os Departamentos da República, os paraguaios entre 16 e 50 anos. Em março desse ano, num acampamento instalado, em Cerro Leon, foram concentrados 30.000 recrutas. Simultaneamente em Encarnacion eram adestrados 17.000, em Humaitá 10.000, em Assunção 4.000 e em Concepcion 3.000. Sabia que sua atuação no Prata feria frontalmente interesses vitais do Brasil, mas não o temia. Precisava e contava com o apoio da Argentina, pelo menos de Corrientes e Entre Rios, tendo também como certa a cooperação dos Blancos no Uruguai.

(2) BRASIL

Apesar dos esforços do Marquês de Caxias, o serviço militar obrigatório não lograva aceitação, sendo os efetivos preenchidos pelo voluntariado, o recrutamento forçado e os mercenários. Em caso de mobilização, apelava-se para a Guarda Nacional, cujo efetivo numerava 485.000 homens. Não havia Estado-Maior, como órgão Planejador da Guerra. A Repartição do Ajudante Geral e a do Quartel Mestre General eram meros órgãos administrativos. Não havia, pois, planos de guerra organizados, embora se tivesse cogitado disso, sob o impacto da Questão Christie, que revelou toda nossa desorganização nos assuntos referentes à defesa nacional. Acresce ainda que a política seguida pelos últimos gabinetes liberais, com apoio do Imperador, baseava-se na crença de que o Exército e a Marinha eram apenas fontes de despesas, havendo mesmo

quem propusesse sua extinção. Em consequência, quando o Império apresentou ao Uruguai o chamado “*ultimatum* Saraiva”, somente a Esquadra estava em condições de operar. O Exército tinha um efetivo de 16.000 homens espalhados pela vastidão territorial do país. Não é, pois, de estranhar que o Exército, encarregado de executar as represálias, só estivesse pronto para mover-se, três meses depois de anunciadas.

(3) ARGENTINA

Em abril de 1865, depois de iniciar a guerra, o Exército de linha era de 6.400 homens e o mobilizado teria como fundamento a Guarda Nacional com um efetivo de 185.000 homens. Não havia serviço militar obrigatório e o serviço de recrutamento era feito por meio de voluntariado, reengajamentos, contingentes fornecidos pelas províncias. A Marinha se limitava a um navio.

(4) CONCLUSÕES

O Império do Brasil e a República do Paraguai eram as duas nações que gozavam então de estabilidade política. Cumpre acentuar que o Paraguai não tinha mais possibilidades que o Brasil de exigir um esforço de guerra total do País.

A Argentina e o Uruguai, o último em plena guerra civil e a primeira ressentindo-se das dissensões políticas, não tinham unidade e não podiam realizar um esforço de guerra sério.

Havia entre as Repúblicas hispano-americanas uma antipatia generalizada pelo Império, inspirada tanto pela aversão que lhes inspirava a instituição monárquica, como pela feição

viril que o Brasil vinha imprimindo à sua política exterior. Por outro lado, afinidades de língua, raça, de sacrifícios comuns, continuavam ligando as comunidades hispano-americanas sem embargo das diferenças que alimentavam entre si. Sem dúvida, pelo seu efetivo demográfico, suas possibilidades econômicas e estabilidade política, o Império estava em condições de enfrentar as repúblicas do Prata, isoladas ou coligadas, mas sua vastidão territorial, as dificuldades de transporte não lhe permitiriam em curto prazo mobilizar todos os seus imensos recursos. A República do Paraguai, ao contrário, poderia reunir e movimentar em prazos relativamente curtos seus recursos humanos e econômicos. A relativa escassez em gado e cavalo iria obrigá-lo a valer-se de fontes próximas. A Argentina e o Uruguai estavam praticamente desarmados em face do Paraguai. O Império só poderia enfrentá-lo no mar ou nos rios da Bacia. Em terra, somente depois de um prazo dilatado teria o Império possibilidade de reunir uma força respeitável pelo seu armamento, organização e adestramento.

Numa guerra entre o Império e o Paraguai, a Argentina e o Uruguai seriam fortemente solicitados e dificilmente poderiam se manter neutros, tendo o segundo mais possibilidades que o primeiro de atraí-los à sua órbita de influência.

2. IMPOSIÇÕES GEOGRÁFICAS

Um rápido exame da carta geográfica do Teatro de Guerra, nos conduzirá sem esforço às seguintes conclusões:

a. Os centros de potência do Paraguai se situavam em torno de Assunção e mais para o Sul, numa faixa estreita ao

longo do rio Paraguai. Os do Império se localizavam na Província do Rio Grande do Sul, que representava, também, uma área econômica importante. Sua perda ou neutralização em longo prazo não afetaria profundamente a vida do Império, como ficara, aliás, demonstrado durante o decênio da Revolução Farroupilha.

b. A posição relativa desses centros de potência iria exigir de ambos os contendores, inicialmente, movimentos estratégicos de grande amplitude, para atingir as áreas vitais do adversário. As bases de operações prováveis do Paraguai estavam mais afastadas dele do que as do Império, obrigando esse a eleger objetivos intermediários, a um alongamento quase impraticável da linha de comunicações e a montagem de Bases de Operações sucessivas.

c. Para o Império, a área vital paraguaia a ser conquistada seria a de Humaitá-Assunção e para o Paraguai a mais próxima e mais acessível, estaria na província do Rio Grande do Sul. A área Sul da província de Mato Grosso, pela sua pequena expressão econômico-político-demográfica só poderia ser encarada como um objetivo de segurança ou diversionista. A via de acesso mais fácil e mais viável, que permitiria a qualquer dos contendores atingir os objetivos vitais do adversário, atravessava, necessariamente, o território da República seja ao longo da via do rio Paraná, seja através da Província de Corrientes.

Esse fato era mais imperativo para o Paraguai do que para o Império, já que dispunha de uma base avançada no Uruguai e da Esquadra, que lhe permitiria usar a via do Paraná, aberta por força de acordos internacionais.

d. As contingências geográficas conferiam, pois, ao território da República Argentina uma importância fundamental, valorizada, ainda, pelos abundantes recursos em gado, cavalos e cereais que possuía. Sua atitude em face dos contendores poderia influir no próprio desfecho da guerra.

Uma atitude de estrita neutralidade criaria embaraços insuperáveis ao Paraguai, que teria de restringir-se a uma atitude defensiva, ou a operar ofensivamente ao longo da via do rio Paraguai, na direção do Norte. Para o Império, as dificuldades seriam menores, pois poderia valer-se da via do Paraná para transportar suas tropas até o território paraguaio, mas dificultaria imenso a execução das operações para conquistar nele uma cabeça de ponte e suprir convenientemente as tropas em operações.

Uma aliança da Argentina com o Paraguai traria sérios embaraços ao Império, pois possibilitaria ao inimigo o uso das bases argentinas ao longo do rio Uruguai e lhe facilitaria o domínio do Uruguai, abrindo uma nova fronteira ativa. Dificultaria, por outro lado, o uso da via do Paraná, que se tornaria impraticável, sem estações onde os navios se abastecessem e com o estabelecimento de baterias montadas nos locais adequados de suas margens.

Uma aliança da Argentina com o Império, embora não lhe trouxesse um substancial auxílio militar, lhe asseguraria o estabelecimento de Bases de Operações próximas ao território inimigo, o uso desimpedido da via fluvial do Paraná e facilidades de suprimentos de toda natureza. Era, pois, vital para o Brasil obter, no mínimo, a neutralidade da Argentina e para o Paraguai obter dela, pelo menos uma neutralidade benevolente.

te, que permitisse o uso de seu território para passagem das tropas que devessem levar a guerra ao Brasil. Caso o Paraguai não pudesse alcançar esse objetivo mínimo, os prejuízos que lhe causariam a neutralidade ou a beligerância da Argentina anulariam, em parte, sua melhor preparação militar.

3. CONCLUSÕES GERAIS

Desse estudo sumário da situação dos beligerantes, poderemos concluir que o Governo paraguaio para alcançar os objetivos de guerra a que propusera, deveria:

(1) Impor sua vontade ao Império do Brasil, numa guerra que terminasse por uma decisão militar, que fosse favorável ou, no mínimo, por uma paz negociada.

(2) Aproveitar-se para esse fim da prioridade que possuía na mobilização e na concentração dos recursos militares e atuar, ofensivamente, contra os pontos mais acessíveis do território brasileiro, isto é, o Sul da Província de Mato Grosso e da província do Rio Grande do Sul.

(3) Obter, por via diplomática ou pela força, a cooperação da República Argentina pelo menos no que respeitava às facilidades para o livre trânsito das forças paraguaias pelo território desse país e do apoio logístico delas.

4. CAUSAS DA GUERRA COM O PARAGUAI

a. CAUSAS GERALMENTE ACEITAS

(1) CAUSAS REMOTAS

Antagonismo econômico-político entre Assunção e Buenos Aires, acentuado com a criação do Vice-Reinado do Rio da Prata. Antagonismo social consequente à educação jesuítica, que disciplinou a massa guarani e permitiu o regime de poder absoluto no Paraguai, em contraposição ao sentimento liberal desenvolvido na Argentina, no Uruguai e no Brasil. Ao fatalismo geográfico, criando uma extensa fronteira terrestre, a necessidade de ligação com o mar, agravada pela tradição missioneira que criou direitos históricos a grandes porções de território em poder do Brasil e da Argentina. O antagonismo hispano-português, revivido na América do Sul, no choque entre bandeirantes e jesuítas e na desconfiança dos desígnios imperialistas da Monarquia brasileira.

(2) CAUSAS IMEDIATAS

As discussões em torno das questões de limites e os incidentes que provocaram (Fecho dos Morros, Missão Pedro de Oliveira). O relativo poder militar do Paraguai e sua estabilidade política, em face da instabilidade da Argentina e do Uruguai, levando este Estado a explorá-lo, diplomaticamente, em benefício de sua segurança, julgada ameaçada pelo Brasil e pela Argentina. A questão da livre navegação nos rios, usada como trunfo nas negociações diplomáticas e afetando sérios interesses econômicos e políticos do Brasil. A educação euro-

peia de Solano López, sua psicologia carismática, sua adesão às ideias relativas ao equilíbrio das potências, gerando o desejo de construir na América do Sul um grande Estado dominado pelo Paraguai.

(3) PRETEXTOS

A invasão do Uruguai, pelo Brasil, em 1864.

O aprisionamento do Marquês de Olinda (um ato de guerra sem prévia declaração do estado de guerra).

b. CAUSAS QUE PODEM SER DEFENDIDAS E QUE PARECEM MAIS GERAIS E PROFUNDAS

(1) CAUSAS REMOTAS

O antagonismo entre Assunção e Buenos Aires, resultante das rivalidades antigas entre os dois núcleos coloniais, da posição geográfica do Paraguai, das lutas pela Independência e gestões para consolidá-la.

O espírito missioneiro responsável:

Pela organização política, econômica e social da República do Paraguai, sua estabilidade, relativa autossuficiência e progresso material, diferenciando-a da Argentina e do Uruguai. Pela tradição do Império Teocrático dos Jesuítas, cimentada nas lutas que sustentou contra o colonizador português em Itatins, Guaíra e Tapes e no direito histórico à posse desses territórios, desbravando-os, ocupados e colonizados em primeiro lugar pelas Missões. Pelas afinidades econômicas sociais e humanas existentes entre a população paraguaia, a do

Norte da Argentina e a do Rio Grande do Sul, a do Uruguai, revigorando a tradição da comunidade tribal dos guaranis. O crescente valor da função econômica, social e políticos que constituem a Bacia do Prata.

(2) CAUSAS IMEDIATAS

O aceleração do progresso material do Paraguai sob ação de Carlos López e Solano López e o rompimento da clausura que lhe impusera Francia. As ideias de Solano López sobre o equilíbrio entre os Estados, hauridas na sua permanência na Europa, aliadas à possibilidade que vislumbrou de reconstituir o Estado Jesuítico, ensejando às questões fronteiriças com o Brasil e a Argentina, correlacionadas com os referentes à livre navegação do Paraná e do Paraguai. A estabilidade político-econômico-social do Paraguai em confronto com a instabilidade político-econômico-social do Uruguai e da Argentina, aliada às desconfianças sobre o imperialismo brasileiro, apoiado no sólido e ameaçador valor do Império. A intriga diplomática tecida pelos estadistas uruguaios, explorando a psicologia do ditador paraguaio, aliada ao descontentamento de caudilhos entrerrianos e correntinos, criando uma possibilidade de utilizá-los como instrumento de reconstituição do Estado Teocrático dos Jesuítas.

A política exterior do Império, visando a evitar que se estabelecesse no seu flanco um poderoso. Estado capaz de perturbar sua segurança.

(3) PRETEXTOS

A invasão do Uruguai, pelo Brasil em 1864.

O aprisionamento do Marquês de Olinda.

5. PLANO DE GUERRA DO PARAGUAI

a. IDEIAS GERAIS

Do estudo dos preparativos militares pelo Paraguai das ligações de Solano Lopez com Urquiza e das medidas que tomou para informar sobre a situação de Corrientes e Entre Rios, da concentração do Exército Paraguaio e das operações realizadas, podemos concluir que o plano de Campanha de Solano Lopez obedeceu às seguintes ideias gerais:

- Emprestar à guerra contra o Brasil o caráter de uma Cruzada dos povos do Prata contra a instituição monárquica na América do Sul, para atrair a simpatia das Nações Hispano-Sul-Americanas.

- Atuar, simultaneamente, com uma massa secundária na direção Itapua – S. Borja – Uruguiana – Paisandu, ao longo do Rio Uruguai e principal, por Passo da Pátria – Corrientes – Paraná, ao longo do Paraná.

- Promover o levantamento das populações de Corrientes e Entre Rios, destruir as forças inimigas entre os rios Paraná e Uruguai e estabelecer Governos aliados na Argentina e no Uruguai.

- Assegurar a posse de uma base de operações avançada na Argentina, ou no mínimo, uma cobertura ao Sul, voltar-

-se contra o Brasil, operando na direção geral de Porto Alegre, para decidir a guerra.

– Realizar uma ação preliminar no Estado de Mato Grosso, visando a destruir os efetivos brasileiros aí estacionados, ocupar o território contestado e recolher os recursos ali disponíveis e obter segurança completa no Norte.

b. FUNDAMENTO DESSE PLANO

(1) POLÍTICOS

As promessas que fizera o Governo “blanco” do Uruguai e os compromissos que assumira nas sucessivas gestões diplomáticas que fizeram Ferreira, Lapido, Sagastume e Carrera. Herrera chamara atenção de Lopez para as tentativas de absorção da República pelo Império e a Argentina e acenava com a possibilidade de boas relações comerciais entre o Paraguai e o Uruguai, usando diretamente os portos de Uruguai, em vez do de Buenos Aires. Dr. Otavio Lapido continuou as conversações, iniciadas por Herrera, insistindo sobre os perigos que a Argentina e o Brasil, operando na direção geral de Porto Alegre, para Brasil representavam para o Paraguai, sobre as vantagens de comércio direto entre o Paraguai e o Uruguai, defendendo a ideia de uma aliança ofensiva-defensiva entre os dois e a possível adesão de Entre Rios e Corrientes, propondo um compromisso de garantia e de independência de ambos os países, a neutralização de Martin Garcia e uniformidade de doutrina sobre filhos de estrangeiros. Dr. José Vasquez Sagastume com o objetivo de pedir ao Governo paraguaio para pressionar o Governo do Brasil, diplomática-

mente, enviar às águas do Prata alguns navios de guerra para se oporem ao aparato bélico e contingentes de forças de uns 2.000 homens para guarnecer cidades orientais no Uruguai. Dr. Antonio de Las Carreras cuja missão era informar o Governo paraguaio da situação ameaçadora criada pela Argentina e o Brasil, solicitar ajuda de forças para se opor à invasão do Uruguai e firmar um compromisso de que o Paraguai apoiaria o Governo do Uruguai. Os compromissos assumidos por Urquiza através de conversações com o Dr. Julio Victorica De Arredondo, representante do Governo uruguaio para realizar uma ação conjunta com o Uruguai com o Brasil e a Argentina, explorando seu ressentimento contra Mitre.

A instabilidade do Governo de Mitre, que não confiava em Urquiza e não podia contar com a simpatia das outras províncias que se insurgiam contra o predomínio de Buenos Aires.

Lopez tinha, pois, razões para contar com o apoio de Urquiza e os Blancos do Uruguai.

(2) MILITARES

A superioridade militar do Paraguai, baseada num Exército adestrado e concentrado no valor de 80.000 homens e numa Esquadra bem equipada.

A possibilidade de levantar em Entre Rios e Corrientes um Exército capaz de se opor ao que Mitre pudesse reunir.

A relativa fraqueza militar do Brasil Principalmente em 7 forças terrestres prontas para a luta, e o completo desaparelhamento militar da Argentina (Mitre) em terra e no mar.

(3) PSICOLÓGICOS

A possibilidade de explorar a generalizada antipatia e desconfiança nutridas pelo Império e reuni-las numa Cruzada de “hispanidad” contra o Brasil. A possibilidade de explorar as divergências dos caudilhos argentino de modo a constituir na Argentina um Governo favorável ao Paraguai, restabelecendo a antiga primazia de Assunção sobre Buenos Aires ou do interior sobre o litoral. A invasão do Rio Grande do Sul na primeira fase de operações visava a atrair o Exército de Mena Barreto, que operava no Uruguai, para a região das Missões e destruí-lo mediante uma ação maciça privando o Brasil das únicas forças organizadas de que dispunha no momento, deixando sem defesa a Argentina e o Uruguai. O terror espalhado no Rio Grande durante a invasão paraguaia quase obrigou a Osório (então comandante do Exército do Sul) a acorrer às Missões em ajuda de Canabarro e Caldwell.

A crença de Lopez de que a invasão do Brasil em Mato Grosso e no Rio Grande desencadearia uma revolução dos escravos, que criaria sérias dificuldades ao Governo, paralisando suas forças. Nota-se que desde 1850 se iniciara a propaganda antiescravista no Brasil, atingindo em 1860 ampla repercussão.

III - INVASÃO DE MATO GROSSO PELO PARAGUAI

1. FINALIDADE DA INVASÃO DE MATO GROSSO

Neutralizar as forças brasileiras existentes nesta região, assegurando a liberdade de ação para o desencadeamento da ofensiva ao Sul.

Ocupar desde logo os territórios contestados para fazer valer essa ocupação por ocasião das negociações de paz.

Atuar desde o início contra o inimigo principal, visando ao seu debilitamento de seu moral, à exaltação das forças paraguaias e influenciar os neutros.

2. EXECUÇÃO

As forças paraguaias invadiram Mato Grosso em duas colunas. Uma delas, comandada por Barrios, ocupou sucessivamente o Forte de Coimbra (29 dez. 1864) e Corumbá (4 jan. 1865). A outra, com Resquim no comando, ocupou Colônia Miranda (29 dez.), Dourados (29 dez.). Nioaque (2 jan.), Miranda (2 jan.) e Coxim (24 abr.). Na província de Mato Grosso havia cerca de 1.000 soldados brasileiros. Em consequência, o comando brasileiro não teve outra alternativa senão a de evacuar o sul da província, para organizar a defesa nas vizinhanças de Cuiabá, sua capital.

3. RESULTADOS DA AÇÃO

A invasão de Mato Grosso acompanhada das atrocidades cometidas pelos paraguaios levantou, em todo Império, imenso clamor. Ordenou-se a convocação de 12.000 homens da Guarda Nacional para socorrê-la. Em jan. de 1867 apenas 1.300 homens haviam chegado a Nioaque para escreverem a mais gloriosa Página de nossa História Militar: a Retirada da Laguna. Somente depois da ocupação de Assunção foi que Lopez determinou a completa evacuação do sul de Mato Grosso (13 a 24 junho de 1867). Para o Paraguai a invasão de Mato

Grosso permitiu uma e Forças paraguaias e uma humilhação para o Império. Proporcionou, também, a ocupação do território em litígio, até junho de 1867, e completa segurança para empreender são de Corrientes. O Paraguai recolheu, em Mato Grosso, cerca de 80.000 cabeças de gado e grande quantidade de equinos que cobriram a sua escassez nesses recursos.

IV - SITUAÇÃO POLÍTICO-MILITAR EXISTENTE NO PRINCÍPIO DE 1865

1. BRASIL

Governava o País um gabinete liberal. Segundo informação de Duque de Caxias, o Ministro da Guerra desse Gabinete Beaurepaire Rohan, “embora fosse engenheiro abalizado, não tinha, contudo, prática de organização de exércitos; não conhecia o pessoal de nossas forças, não sabia qual o material existente nem o necessário para a guerra que vamos empreender”. Esse Ministro era, constitucionalmente, o Comandante em Chefe do Exército e o conselheiro do Governo na definição de sua política de Guerra. Em Mato Grosso, Corumbá tinha sido ocupada em 2 de janeiro de 1865. Os paraguaios ocupavam toda região invadida e não havia elementos disponíveis para desalojá-los dali, em curto prazo. Este fato teve profunda repercussão no Brasil.

No Uruguai, o Almirante Tamandaré coordenava as operações da Esquadra e das forças terrestres. De sua livre iniciativa tinha concertado uma aliança com o general Flores em 20 de outubro de 1864 e passara a contar com o apoio de suas forças. Essa aliança fora reconhecida oficialmente pelo

Governo (19 jan. 1865) com a intervenção do Visconde do Rio Branco nas conversações com Flores. Paisandu foi conquistada em 10 de janeiro de 1865 e as forças brasileiro-orientais estavam na região de Colônia prontas para investir à Praça de Montevideu. No Rio Grande do Sul fora organizada pelo Presidente da Província a cobertura da região fronteiriça. Uma divisão, constituída de Guardas Nacionais, enquadrados por alguma tropa de tinha, policiava a fronteira desde o Quaraim até São Thomé sob o comando de David Canabarro. Outra, sob o comando do Barão de Jacuí, policiava a fronteira do Chuí. A Argentina se declarava neutra em face do conflito do Brasil com o Uruguai, em resposta à comunicação de que Flores fora reconhecido como beligerante.

Em 2 de fevereiro, as forças brasileiras e de Flores iniciaram as operações de sítio à Montevideu. Treze dias mais tarde assumiu a Presidência do Uruguai o novo presidente eleito Villalba e o seu primeiro cuidado foi entrar em negociações para o restabelecimento da paz. No dia 20 de fevereiro de 1865 assinou-se o “convênio de paz” entre Villalba e os beligerantes aliados, que entregava o governo uruguaio provisoriamente a Venancio Flores.

2. ARGENTINA

O Governo Argentino vinha recebendo sondagens da diplomacia brasileira sobre sua atitude em face de uma guerra entre o Brasil e o Paraguai, tendo manifestado sempre que seria neutro. Concordara, no entanto, em caso de agressão do Paraguai, a colaborar com o Brasil, aceitando seu apoio militar, para o caso de a Argentina ser invadida pelo Paraguai.

Em 26 de janeiro, recebeu a comunicação do estado de guerra entre o Brasil e o Paraguai. Em 24 de janeiro, recebeu o pedido de Lopez para que permitisse o trânsito de forças paraguaias com destino ao Rio Grande do Sul, atravessando a província de Corrientes.

Em 9 de fevereiro, respondeu negativamente e informou o Governo Brasileiro.

3. PARAGUAI

As forças de invasão de Mato Grosso, com pequenas perdas, tinham ocupado toda região contestada. O grosso dessas forças se preparava para dirigir-se a Humaitá. Ultimava a Concentração em Itapua e Passo da Pátria - Humaitá.

Receberia em 9 de fevereiro a resposta negativa de Mitre, que já conhecia oficialmente, pois Urquiza lhe informara qual seria a atitude de Mitre e aconselhara a aceitá-la. O Congresso reunido em 3 de março o autorizou a declarar guerra à Argentina. A declaração de guerra foi feita em 29 de março, mas só a 1º de maio chegou ao conhecimento do Governo Argentino.

V - SUMÁRIO DOS DIVERSOS PLANOS DE OPERAÇÃO

1. O PLANO DE CAXIAS

a. CONDIÇÕES EM QUE FOI FORMULADO

Foi-lhe solicitado pelo Ministro da Guerra em 20 de janeiro de 1865 respondendo no prazo de cinco dias.

b. ANÁLISE DO PLANO

(1) FINALIDADE DA OPERAÇÃO

– Destruir o grosso das forças inimigas concentradas na região Itapua - Passo da Pátria - Humaitá - Assunção (objetivo estratégico).

(2) ATITUDE: OFENSIVA

(3) FASEAMENTO DA OPERAÇÃO

1º fase: conquista de Humaitá (objetivo tático)

2º fase: conquista de Assunção (objetivo tático)

(4) DIREÇÕES:

Principal: rios Paraná - Paraguai

Secundária: norte-sul, partindo do Apa

Fixação: São Cosme - Itapua ou São Carlos

(5) COORDENAÇÃO: A CARGO DO CMT. EM CHEFE

Depois da conquista de Humaitá a força secundária se deslocaria do Apa sobre o objetivo a designar.

(6) MISSÕES (RECONSTITUÍDAS)

a. FORÇA PRINCIPAL

Atuar pelo Passo da Pátria, no Paraná e pela estrada

mais próxima e paralela ao Paraguai na direção de Humaitá e Assunção, em combinação com a esquadra.

b. FORÇA SECUNDÁRIA

Reunir-se na região de Miranda e cerrar sobre o Apa em perseguição ao inimigo que houver invadido a província. Mediante ordem, descer o Paraguai sobre objetivo a ser designado.

c. FIXAÇÃO

Atrair a atenção do inimigo para o lado de São Cosme, Itapua ou São Carlos, “para que, não possa ele cortar-nos a retirada, em Passo da Pátria, no caso de revés em Humaitá, ou para que não convirja com todas as forças sobre esse ponto, quando atacado pelo nosso Exército”.

d. RESERVA:

- Concentrada no Rio de Janeiro ou Santa Catarina

(7) REPARTIÇÃO DAS FORÇAS

- Principal: valor não fixado
- Secundária: 10.000 homens
- Fixação: 10.000 homens
- Reserva: 5.000 homens

(8) MOBILIZAÇÃO

Cerca de 50.000 homens à base das unidades de linha,

Guarda Nacional e dos Voluntários da Pátria.

(9) OBSERVAÇÕES:

No plano, Caxias não sugeriu nenhuma providência para a concentração da força principal no Passo da Pátria, pois este problema envolvia a posição da Argentina, assunto que fugia à sua alçada.

2. O PLANO DE PIMENTA BUENO

a. CONDIÇÕES EM QUE FOI FORMULADO:

Datado de 3 de janeiro de 1865, anterior portanto ao pedido de Beaupaire Rohan a Caxias. O autor tinha sido presidente da Província de Mato Grosso, era senador e tinha profundos conhecimentos sobre a Geografia do Brasil e a do Paraguai.

b. ANÁLISE DO PLANO

(1) FINALIDADE DA OPERAÇÃO DESTRUIR O GROSSO DAS FORÇAS INIMIGAS NA REGIÃO DE HUMAITÁ-ASSUNÇÃO.

(2) ATITUDE: OFENSIVA

(3) FASEAMENTO DA OPERAÇÃO

O Plano previa duas hipóteses:

Na 1ª hipótese:

1ª FASE: conquista de Humaitá

2ª FASE: conquista de Assunção ou Vila Rica

NA 2ª HIPÓTESE:

1ª FASE: conquista de Assunção

2ª FASE: conquista de Humaitá

(4) DIREÇÕES:

Na 1ª hipótese:

Principal - Itapua-Assunção e Assunção-Humaitá Fixação

Apa-Ipané-Jejuí

Na 2ª hipótese:

Principal - Passo da Pátria-Humaitá-Assunção Fixação
- Apa Ipané-Jejuí

(5) COORDENAÇÃO:

Não cogita dessa medida

(6.a) MISSÕES NA 1ª HIPÓTESE:

α. FORÇA PRINCIPAL

Desembarcar próximo a Passo da Pátria e marchar para Humaitá a fim de conquistá-la; em seguida, conquistar Assunção, em condições de perseguir o inimigo até Vila Rica.

b. FIXAÇÃO

Atuar sobre a fronteira do Apa, indo, inicialmente, até Ipané, eventualmente marcharia sobre Jejuí.

c. RESERVA

Não cogita dessa medida

(6.a) MISSÕES NA 2ª HIPÓTESE:

a. FORÇA PRINCIPAL

Desembarcar entre Passo da Pátria e Itapua, fixar Humaitá e levar o grosso sobre Assunção, para conquistá-la; em seguida atacar Humaitá em direções convergentes de Norte para Sul e de Sul para Norte.

b. FIXAÇÃO

Atuar sobre a fronteira do Apa, indo, inicialmente, até Ipané; eventualmente, marcharia sobre Jejuí.

c. RESERVA NÃO COGITA DESSA MEDIDA

(7) REPARTIÇÃO DAS FORÇAS

- Principal: 32.000 homens contando com apoio da esquadra
- Fixação: 10.000 ou 8.000 homens

(8) MOBILIZAÇÃO

Efetivo previsto de 42.000 homens a ser obtido pelo voluntariado.

(9) OBSERVAÇÕES:

Estima que Lopez poderá, no máximo levantar um exército de 40.000 homens e que resistirá, após a perda de Assunção. Preconiza a destruição completa da influência de Lopez. Parece que Caxias teve conhecimento desse Plano, que lhe foi enviado, como informação, para elaboração do seu. O plano de Caxias é o de Pimenta Bueno usado em forma militar.

3. PLANO DE TAMANDARÉ

a. CONDIÇÕES EM QUE FOI ELABORADO:

Tamandaré fora nomeado Comandante em Chefe das Forças em operações e Diretor da Guerra e formulou-o em 3 de março de 1865.

Mitre informou ao Governo Brasileiro, em 10 de fevereiro de 1865, que recusara atender ao pedido de Lopez para que suas forças atravessassem Corrientes para atacar o Rio Grande do Sul. Continuava a mobilização e a reunião das Unidades de Linha para reforçar a cobertura de nossa fronteira no Uruguai, mas não fora reajustado o dispositivo, tendo em vista a nova situação na Banda Oriental. A Argentina negara autorização ao Paraguai para atravessar a província de Corrientes.

b. ANÁLISE DO PLANO

(1) FINALIDADE DA OPERAÇÃO

- Destruir as forças inimigas em Humaitá-Assunção.

(2) ATITUDE: OFENSIVA

(3) FASEAMENTO DA OPERAÇÃO

1º FASE: conquista de uma cabeça de ponte ao norte do rio Paraná, cerca de 15 km ao sul de Humaitá, em cooperação com a esquadra.

2º FASE: ataque a Humaitá e depois Assunção em cooperação com a força que atuasse pelo norte.

(4) DIREÇÕES:

Principal: rios Paraná e Paraguai (até Assunção) Secundária (envolvente): rio Paraguai (de norte para sul) Fixação: São Borja-São Thomé

(5) COORDENAÇÃO: NÃO FOI PREVISTA.

Prevista 30 dias para execução da 1º fase e 90 dias para a 2º fase.

(6) MISSÕES

a. FORÇA PRINCIPAL

Transportada pela esquadra, desembarcar a 15 milhas ao sul de Humaitá, conquistando e mantendo uma cabeça de

ponte. Em seguida, atacar Humaitá e depois Assunção, em coordenação com a esquadra.

b. FORÇA (ENVOLVENTE)

Reunir-se em Mato Grosso e invadir o Paraguai pelo norte.

c. FIXAÇÃO

Reunir-se na região de São Borja, atraindo forças inimigas para São Thomé

(7) REPARTIÇÃO DAS FORÇAS

Principal: 10.000 homens (1º fase) - 30.000 homens (2º fase).

Secundária: 20.000 homens.

Fixação: indeterminada

(8) MOBILIZAÇÃO

Não propõe providências sobre mobilização e instrução dos elementos mobilizados. Propõe aproveitamento de correntinos e paraguaios em Legiões Estrangeiras.

(9) OBSERVAÇÕES:

Tamandaré propõe-se a transportar em 15 dias, pela esquadra, o Exército de Mena Barreto, para o sul de Humait e aí bloquear o rio Paraguai.

4. O PLANO ALIADO

a. Condições em que foi elaborado:

Foi assentado num Conselho de Guerra constituído pelo Presidente Mitre, general Venancio Flores, Urquiza, almirante Tamandaré, brigadeiro Manoel Osório, Cmt do Exército Brasileiro no Uruguai, no dia 1º de maio de 1865. Nessa época se tinham produzido os seguintes acontecimentos militares:

Os paraguaios tinham invadido a Província de Corrientes em 14 de abril de 1865, mantendo o grosso de suas forças nessa cidade. A sua concentração em Itapua parecia terminada; Estigorrybia assumira o comando e Duarte já estava ao sul do rio Paraná.

Os brasileiros cobriam a fronteira do rio Uruguai de Uruguaiana a São Borja. O exército de Osório marchava para Paissandu de onde se dirigiria para Uruguaiana, enquanto parte da esquadra brasileira atingira Goya, no rio Paraná.

O Tratado da Tríplice Aliança fora acertado e caberia a Mitre o comando das forças terrestres, enquanto as operações se desenvolvessem no território argentino. As forças navais seriam comandadas por Tamandaré.

b. ANÁLISE DO PLANO

(1) FINALIDADE DA OPERAÇÃO

- Destruir forças inimigas em Humaitá.

(2) ATITUDE: OFENSIVA

(3) FASEAMENTO: UMA ÚNICA FASE.

(4) DIREÇÕES:

Principal: rio Paraná - Passo da Pátria - Humaitá. Cobertura: São Thomé - Candelária ou São Cosme. Operações em Mato Grosso, como cooperação à ação principal, a cargo do Brasil e independente do comando da Aliança.

(5) COORDENAÇÃO: NÃO FOI PREVISTA

(6) MISSÕES:

Nada foi previsto a não ser que “o objetivo das operações deve ser Humaitá e a ele devem subordinar-se as operações e itinerários militares”.

(7) REPARTIÇÃO DE FORÇAS: NÃO FOI PREVISTA

(8) MOBILIZAÇÃO: IDEM

(9) OBSERVAÇÕES:

Urquiza tomou o compromisso de manter bases de operações em Corrientes e Entre Rios.

5. CRÍTICA DOS PLANOS

a. PIMENTA BUENO

É o mais antigo e, possivelmente, Caxias teve conhecimento dele. Considerando-se a qualidade civil de seu autor é uma notável revelação de sua intuição do problema estratégi-

co que se apresentava ao Império e uma contribuição substancial à sua posição.

O objetivo é a região Humaitá-Assunção, onde se concentrava o poder militar do inimigo e suas instalações militares. O avanço das forças brasileiras sobre essa região obrigá-lo-ia a travar uma batalha decisiva e, conseqüentemente possibilitaria a destruição de suas forças.

A direção do esforço foi bem escolhida, bem como a ação diversionária ao Norte, projetada com a profundidade suficiente para repercutir sobre a frente inimiga ameaçada pelo grosso. A via de acesso para atuação da massa principal foi objeto de estudo demorado, que conduziu a duas linhas de ação uma fixando Humaitá, para desbordar essa posição com o grosso, e conquistar, inicialmente, Assunção e, em seguida, Humaitá; outra, rompendo as defesas inimigas num esforço frontal, em Humaitá, e depois prosseguir para Assunção. A primeira parece não ser a melhor, pois exigiria uma forte cobertura, face a Humaitá, o que iria fatalmente repercutir na potência do grosso, ou para preservar-lhe essa potência, em correr risco muito grande, uma vez que o inimigo tinha possibilidade de romper a cobertura e isolar o grosso de suas bases, para depois destruí-lo.

Não cogitou o plano do aspecto político decorrente da neutralidade argentina. Em compensação, previa a possibilidade de López resistir além de Assunção, preparando uma ação sobre Vila Rica e que resistiria até o fim.

A solução do voluntariado era a melhor, desde que aproveitasse, também, os elementos da Guarda Nacional. O

efetivo previsto para as forças em campanha só é aceitável com a condição de que representasse apenas a do primeiro escalão de forças.

Era um plano perfeitamente exeqüível, desde que se resolvesse o problema do transporte de tropas para uma zona de concentração próxima ao Paraná.

b. PLANO DE CAXIAS

Seguiu-se imediatamente ao de Pimenta Bueno e foi calcado na situação que lhe serviu de base. Os objetivos estão perfeitamente determinados e balizam a região onde se encontrava o grosso das forças inimigas, possibilitando a sua destruição.

A manobra aproveita as duas vias de acesso existentes para alcançá-los e assegura pela convergência de direções na sua última fase a preservação da potência do ataque ao objetivo final: Assunção. À direção de esforço, bem escolhida, estava convenientemente coberta no seu flanco vulnerável pela ação sobre Itapua ou São Cosme; que poderia servir também para acolher os elementos atacantes em caso de insucesso.

A coordenação das ações envolventes, indispensável em manobra deste tipo, foi concebida com realismo e oportunidade, dados os longos prazos exigidos pela concentração da massa secundária em Mato Grosso.

O sistema de mobilização proposto se baseava na velha estrutura do Exército, corrigindo as desvantagens de um aproveitamento maciço da Guarda Nacional. A criação dos Corpos de Voluntários revigoraria o velho Exército, injetando-lhe o

sadio entusiasmo dos voluntários, que tão grandes serviços haveriam de prestar nesta guerra.

Era francamente exequível e o melhor de todos, desde que se resolvesse satisfatoriamente o problema da concentração para a batalha que deveria ser realizada próximo e ao Sul da curva do Paraná.

c. PLANO DE TAMANDARÉ

Elaborado ao curso mesmo da ação, se destinava mais a preencher uma lacuna que começava a ser prejudicial às operações do que a oferecer uma solução ao problema militar que o Império enfrentava.

O Plano é, em linhas gerais, o que Caxias formulou, não tendo porém a sua precisão, quanto às missões a serem confiadas à massa envolvente, nem a medida de coordenação, o que era particularmente importante, dado o prazo que seria exigido para concentração de 20.000 homens em Mato Grosso. À dosagem da massa destinada a exercer a ação secundária parece muito forte, principalmente em face das dificuldades para concentrá-las e apoiá-las logisticamente.

A direção do esforço foi bem escolhida e aproveitava a melhor via de acesso. Parece muito arriscada a conquista da cabeça de ponte inicial, dado o poder naval de que dispunha López e ao fato de se fazer justamente na área onde se encontrava seu grosso.

A missão dada à força de cobertura não parece suficiente, pois não cobriria a ação da massa principal ao Norte do Paraná.

É um Plano de execução difícilíssima exigindo a neutralização ou destruição inicial do poder naval de López. Os prazos, particularmente o previsto para reunião da massa secundária em Mato Grosso, eram francamente inexequíveis.

d. PLANO DE ALIANÇA

É o Plano de Caxias em sua primeira fase. Não tem, porém, a profundidade que encarou, nem a sua clareza, embora fosse elaborado em uma situação militar perfeitamente definida. Por outro lado, não consulta, absolutamente, os elementos da situação militar existente. De fato, nesse momento, os aliados dispunham apenas, como forças capazes de operar, da Esquadra Brasileira e do Exército de Osório, enquanto os paraguaios estavam em condições de se expandirem rapidamente para o Sul, seja ao longo do Paraná, seja ao longo do Uruguai. Não podiam, portanto, os aliados pensar em ação ofensiva, pois, antes disso, teriam de mobilizar, organizar e concentrar os meios destinados a desencadeá-la. Por outro lado, Humaitá se transformara num mero objetivo geográfico, uma vez que a massa inimiga que ocupava a região se deslocara para o sul, ocupando Corrientes, onde preparava um novo lance, que poderia levá-la até Entre Rios. Essa força se transformara portanto em primeiro objetivo, pois, de sua destruição, dependia a própria concentração dos meios aliados.

Cumprir ainda acentuar que a concentração projetada sobre o rio Paraná encontraria muitos obstáculos. Em primeiro lugar, estava sobre o eixo do esforço inimigo; em segundo, estava muito longe do Exército de Osório que era, acentue-se, mais uma vez, o único elemento de força terrestre organizado

de que dispunha a Aliança e que seria fatalmente atraído pelas necessidades de defesa do Rio Grande. O Plano Aliado era, portanto, inexequível, consultando muito mais os elementos políticos da situação de que seus aspectos militares. Parecia ser apenas a base para discussão de um novo Plano.

6. ELEMENTOS PARA COMPARAÇÃO DOS PLANOS

Planos da Campanha	ELEMENTOS DA MANOBRA				
	Atitude	Objetivos	Repartição dos meios	Execução	Cordenação
Pimenta Bueno (2 jan 865)	Ofensiva (42.000 homens)	Humaitá, Assunção ou Vila Rica	Ação principal da Direção Passo da Pátria-Assunção ou Vila Rica (32.000) Ação secundária na Direção Apa-Ipané Jejui (10.000 homens)	Duas hipóteses na ação principal Ação secundária mal definida	Não Prevista
Caxias (25 jan 865)	Ofensiva (50.000 homens)	Humaitá-Assunção	Ação frontal na Direção Passo Pátria-Humaitá-Assunção (25.000 homens) Ação envolvente na Direção Miranda-Apa-Objetivo a designar (10.000 homens) Ação de fixação na direção São Borja-São Cosme ou São Borja-Itapua (10.000 homens)	1ª Fase: conquista de Humaitá e limpeza do Sul de Mato Grosso 2ª Fase: conquista de Assunção mediante ações combinadas partindo do Sul do Norte	Mediante ordem para ação secundária

			Reserva Rio de Janeiro ou Santa Catarina (5.000 homens)		
Tamandaré (3 mar 865)	Ofensiva (mais de 80.000 homens)	Passo da Pátria-Humaita	Ação frontal na direção Passo Pátria-Humaitá-Assunção (30.000 homens) Ação envolvente na direção Apa-Assunção (20.000 homens) Ação de fixação face a São Tomé (indeterminado).	1ª Fase: conquistada a cabeça de ponte ao Norte Paraná. 2ª Fase: conquista de Humaitá e invasão pelo Norte. Conquista de Assunção.	Mal definida.
Tríplice Aliança	Ofensiva	Humaitá	Ação frontal na direção Passo da Pátria-Humaitá (efetivo indefinido). Ação de cobertura na direção São Thomé-Candelária. Ação de cooperação em Mato Grosso (isolado)	Conquista de Humaitá e expulsão do inimigo de Mato Grosso (a cargo do Brasil)	Mal definida.

VI - O TRATADO DE TRÍPLICE ALIANÇA DE 1 DE MAIO DE 1865

O ato de assinatura ocorreu em Buenos Aires a 1º de maio de 1865, após as hostilidades de López contra a República Argentina. O Tratado aliou a Argentina e o Uruguai ao Brasil, na guerra que o Ditador paraguaio havia empreendido contra o Império. Os seus termos estabeleceram convenções - militares, para coordenação das operações; - políticas, para assegurar a paz na Bacia do Prata; - econômicas, sobre as despesas de guerra e a navegação fluvial.

Assim determinava o Tratado:

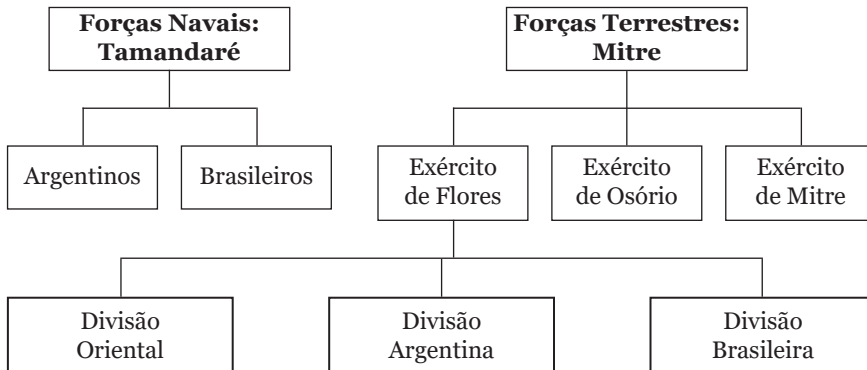
Art. 1º Fixava uma aliança ofensiva e defensiva contra o governo do Paraguai. Deste modo ficou bem esclarecido ser a guerra contra o governo e não contra o povo paraguaio.

Art. 2º Determinava que os aliados concorressem com os meios de guerra segundo o necessário. A redação era muito vaga e quem julgaria o necessário? O Brasil sendo o mais forte, populoso e dispondo de grande esquadra, sobre ele fatalmente recairiam os maiores ônus da guerra, apesar de ser o menos vitalmente ameaçado pelo expansionismo paraguaio.

Art. 3º Estabelecia que o Comando-em-Chefe seria de Mitre enquanto as operações tivessem lugar nos territórios argentino e uruguaio. Firmava o princípio de reciprocidade para o Comando-em-Chefe, caso as operações passassem para o território brasileiro ou oriental. À esquadra aliada operaria sob o comando de Tamandaré e o artigo designava os Cmt de Exército pelos nomes.

a. DESVANTAGENS

– Separação dos comandos terrestres e navais numa guerra navais.



– Recair o Comando em Chefe das forças terrestres num Comandante de Exército que ainda não estava organizado e quando fosse, não teria o maior efetivo.

– Não ter sido separado o problema de Direção de Guerra do de Comandante em Chefe.

– Acumular o Comando-em-Chefe e o Comando do Exército.

– Não se ter constituído um Estado-Maior para o Comandante-em-Chefe, ou pelo menos, um Conselho de Guerra permanente para assisti-lo nas suas tarefas de coordenação.

b. JUSTIFICATIVAS

– *Políticas* - A ascendência de Mitre e Flores sobre Osório e Tamandaré, uma vez que os primeiros eram também Chefes de Estado. Facilitar o estabelecimento da Aliança.

– *Psicológicas* - Atrair a simpatia das populações argentina e uruguaia.

– Dar uma posição de relevo ao General Flores, confiando-lhe um comando, que era, na forma, da mesma importância que o de Mitre.

– *Econômicas* - Assegurar a cooperação de Mitre e dos argentinos, de modo geral, no apoio logístico dos Exército Aliados.

Art. 4º As despesas correrão por conta de cada País. Razoável nas suas disposições, embora acarretasse forte ônus para o Brasil, possuidor de maior efetivo e operando longe dos seus centros de produção.

Art. 5º Os contrantes auxiliar-se-iam mutuamente, utilizando para isso os meios de que dispunham. Em consequência, o Brasil foi prejudicado pois era o único que possuía Esquadra para transporte de tropas e de abastecimentos.

Art. 6º Os aliados cruzarão as armas após derrubado o Governo paraguaio. Não seriam firmados quaisquer tratados de paz em separado, somente em comum acordo. Esta cláusula não foi cumprida pelo Brasil devido às intransigências argentinas com relação à questão das fronteiras.

Art. 7º A Guerra não sendo contra o povo paraguaio, mas contra o governo paraguaio, admitir-se-ia a formação de uma Legião paraguaia dos cidadãos daquele país que quisessem concorrer para a derrubada do dito governo. Esta medida de grande alcance político concedia uma oportunidade aos paraguaios desgostosos com o governo de seu país, ao mesmo

tempo, afirmava ser a guerra contra o governo e não contra o povo.

Art. 8º Respeito à sob, independência e integridade territorial do Paraguai, que não poderia incorporar-se a nenhum dos aliados, nem pedir seu protetorado como consequência da guerra podendo o povo paraguaio escolher o governo que lhe aprouver. Revela o cuidado do Brasil em evitar a reconstituição do Vice-Reinado do Prata.

Art. 9º A independência, soberania e integridade do Paraguai serão garantidas por cinco anos pelos aliados.

Art. 10. Regula a distribuição equitativa de privilégios e concessões dadas pelo Paraguai aos aliados.

Art. 11. Regula a questão da navegação dos rios Paraná Paraguai e Uruguai, à ser discutida com as novas autoridades paraguaias e de forma a não prejudicar o trânsito dos navios que se dirijam a outros territórios.

Art. 12. Os aliados combinarão entre si o meio mais próprio para garantir a paz com o Paraguai, logo que derrubado o atual governo.

Art. 13. Os aliados nomearão oportunamente e os plenipotenciários para a elaboração dos tratados que se tenham de fazer com o futuro governo do Paraguai.

Art. 14. Os aliados exigirão do Paraguai o pagamento das despesas, reparações ou indenizações dos danos e prejuízos às suas propriedades e aos seus cidadãos sem expressa declaração de guerra, e dos demais prejuízos verificados posteriormente com violação dos princípios que regem o direito de guerra.

Art. 15. Em uma convenção especial se regulará o modo e forma de liquidar e pagar a dívida procedente das causas mencionadas.

Art. 16. Os aliados exigirão ao Paraguai, ao término da guerra, os seguintes limites:

Com o Brasil – rio Paraná, rio Igureí, Serra de Maracaju, rio Apa, até a sua foz no Paraguai; Com a Argentina – rio Paraná e Paraguai, até encontrar os limites com o Brasil, sendo estes do lado da margem direita do rio Paraguai e Baía Negra. A Argentina se excedeu em suas pretensões pois o Chaco Boreal nunca lhe pertencera e o próprio trecho entre os rios Bermejo e Pilcomaio já era litigioso e pretendido pelo Paraguai. Acrescia ainda a inconveniência do Brasil se limitar frontalmente com a Argentina em Mato Grosso.

Art. 17. Todos cooperariam no sentido de serem atendidas as estipulações constantes no Tratado pelo governo a ser instalado no Paraguai. O Tratado ficava válido até serem obtidas as vantagens decorrentes.

Art. 18. Este Tratado se conservará secreto, até que se consiga o fim principal da aliança. Grande erro, pois seria Paraguai soubessem que a guerra era contra López. Ao Tratado, seguia-se um Protocolo anexo que tratava da destruição de Humaitá, da divisão do armamento, e dos troféus. O Brasil cogitou ainda de duas outras questões: a primeira concernente ao comando das forças brasileiras que iriam operar em Mato Grosso, e a segunda, a ressalva dos direitos que a Bolívia se atribuía no Chaco, compreendida dentro dos limites fixados pela Argentina para o seu território a oeste do rio Paraguai. De

qualquer modo, o Tratado foi prejudicial ao Brasil que o peso da guerra recaiu sobre os seus ombros. As maiores vantagens couberam à Argentina. Não havia vantagem no segredo do mesmo, pois sua publicidade tornaria a guerra mais popular e mostraria aos beligerantes que a referida guerra não tinha caráter imperialista. O Tratado colocou em pé de igualdade nações de poder e interesses diversos e foi contraditório nas questões de limite além de prejudicar um não beligerante, a Bolívia, nas suas reivindicações no Chaco Boreal.

VII - OPERAÇÕES EM CORRIENTES E NO RIO GRANDE DO SUL

1. OPERAÇÕES EM CORRIENTES

a. PLANEJAMENTO DA OPERAÇÃO

Os paraguaios estavam concentrados na região de Humaitá - Passo da Pátria e numeravam cerca de 30.000 homens. A invasão de Corrientes constituía a primeira fase do planejamento estratégico de López e visava:

- Facilitar ou mesmo provocar o levante das populações de Entre Rios e Corrientes, de modo a levar o Governo Argentino a modificar sua atitude anterior (negativa para o trânsito de tropas), ou mesmo substituí-lo por outro mais simpático ao Paraguai.

- Criar uma base de operações que permitisse, em boas condições de segurança e apoio, a invasão profunda do Rio Grande do Sul, prevista na segunda fase das operações.

- Obrigar Urquiza a definir-se.

Seriam tomadas as seguintes medidas políticas:

– A ocupação de Corrientes seria seguida de uma ação política a cargo do Ministro do Exterior do Paraguai, destinada a organizar um governo de ocupação com os elementos simpatizantes dos paraguaios que iria estendendo sua ação à medida que a conquista se fosse ampliando, ou que outras populações se declarassem favoráveis ao Paraguai.

b. EXECUÇÃO DA OPERAÇÃO

No dia 13 de abril de 1865, sem que a declaração de guerra fosse do conhecimento do governo argentino, os paraguaios iniciaram o desembarque de tropas no porto de Corrientes. Imediatamente se organizou um governo favorável aos paraguaios e a exploração maciça dos recursos locais.

As forças paraguaias comandadas por Robles avançaram até o arroio Santa Lúcia de onde retrairam, mediante, ordem, em 1º de junho para Corrientes. Robles foi substituído por Resquin.

c. CONSEQUÊNCIAS PARA A ARGENTINA

Em consequência da invasão o governo argentino decretou a mobilização geral e aliou-se ao Brasil e ao Uruguai, firmando o Tratado da Tríplice Aliança.

Ao contrário do que esperava López houve revigoração da autoridade do governo argentino, prestigiado, inclusive, pelo apoio dos seus próprios inimigos, como Urquiza, por exemplo.

d. A COBERTURA ARGENTINA

Para enfrentar a invasão dos paraguaios foi lançado o general Paunero que tinha também como missão ganhar tempo para permitir a mobilização e concentração dos meios aliados ao sul da província de Corrientes. No dia 21 de maio, Paunero embarcou 1.500 homens em navios da esquadra brasileira tendo como finalidade inquietar a retaguarda dos paraguaios. Quatro dias mais tarde desembarcou e conquistou Corrientes, abandonando-a no dia seguinte sob pressão do inimigo que ocorreu à região com forças superiores. Essa ação de inquietação de Paunero teve como consequências:

- a ordem de retraimento recebida por Robles no dia 1º de junho e sua relutância em cumpri-la, o que contribuiria para o seu fuzilamento posterior;

- a decisão de López de procurar a esquadra brasileira para um encontro decisivo que lhe assegurasse o domínio do rio Paraná. Será derrotado em Riachuelo (11 junho 1865) pela esquadra brasileira de Barroso.

2. OPERAÇÕES NO RIO GRANDE DO SUL

a. PLANEJAMENTO DAS OPERAÇÕES

Desde janeiro que os paraguaios estavam com cerca de 10.500 homens concentrados em Itapua (Villa Encarnacion), sob o comando de Estigarribia. O Major Duarte havia estabelecido uma cabeça-de-ponte na margem Sul do Rio Paraná.

A invasão do Rio Grande do Sul tinha como objetivos:

- Atacar desde o início o inimigo principal, ocupando uma região que fizera parte da província Jesuítica do Paraguai, debilitando-lhe o moral, obrigando-o a distribuir meios importantes para essa área.
- Influir favoravelmente na posição das populações correntinas mostrando-lhes o poder do Exército paraguaio.
- Aproveitar os recursos da região missioneira, particularmente em gado e equinos.
- Aterrorizar as populações brasileiras da região e pelo clamor que o terror levantaria, atrair o Exército Brasileiro do Uruguai para a região missioneira e impor-lhe uma batalha em condições desfavoráveis, criando dificuldades para o Cmt. em Chefe da Aliança.

b. EXECUÇÃO DAS OPERAÇÕES

No dia 10 de maio, Duarte como cobertura, atingiu a região de Santo Thomé mantendo apenas ligeiros contatos com os argentinos. Em 7 de junho o grosso das forças de Estigarribia chegou também àquela cidade e três dias mais tarde transpõe o rio Uruguai ocupando São Borja, nesta altura evacuada pelos brasileiros. Depois de ter saqueado a região, Estigarribia prosseguiu com o grosso a leste do rio e Duarte a oeste, tendo atingido Itaqui (7 julho) e Uruguaiana (5 agosto). Contrariando ordens de López encerrou-se na cidade e, à vista de 9.000 soldados brasileiros, mandou degolar prisioneiros que tinha feito.

c. À DEFESA DO RIO GRANDE DO SUL

(1) DESDE JULHO DE 1864 QUE A 1ª DIVISÃO VI-GIAVA A FRONTEIRA FACE À MESOPOTÂMIA ARGENTI-NA ENQUANTO A 2ª DIVISÃO DEFENDIA A FRONTEIRA SUL. FICAVA ESTABELECIDO QUE ESSAS FORÇAS ESTA-RIAM EM CONDIÇÕES DE ATENDER A DUAS HIPÓTE-SES:

1º) Se as forças paraguaias de Humaitá atacassem a Argentina e as de Itapua o Rio Grande do Sul, a 1ª Divisão deveria transpor o rio Uruguai, bater o inimigo e ocupar Can- delária no rio Paraná.

2º) Se, entretanto, as duas forças inimigas reunidas marchassem sobre a fronteira do Brasil, as duas Divisões Bra- sileiras, também reunidas, deveriam impedir a transposição do Uruguai até a chegada do grosso do Exército.

– Essa missão comportava, pois, uma linha de ação ofensiva no caso da divisão das forças inimigas e uma ação defensiva no corte do rio Uruguai no caso de uma atuação em força do grosso inimigo reunido.

O coordenador geral da defesa era o general Caldwell, que se encontrava em Saicã e não tinha plano definido de ação. Por seu turno, o general David Canabarro, Cmt. da 1ª Divisão, também não o tinha. Suas forças tinham adotado uma atitude defensiva, cobrindo-se nas regiões de passagem do rio Uruguai, enquanto o grosso estava articulado nas cabeceiras do rio Ibito- caí. Uma Brigada da 2ª Divisão recebeu ordem para reunir-se à 1ª Divisão o que fez em 21 de julho, após 3 meses de marcha.

(2) DE UMA MANEIRA GERAL A DEFESA BRASILEIRA NÃO EXISTIU PELAS SEGUINTE RAZÕES:

– A falta de instrução, equipamento e organização precárias da tropa, na sua maioria, constituída de voluntários e de guardas nacionais há pouco mobilizados. – A manutenção por tempo demasiado da 2ª Divisão na fronteira do Uruguai pois somente em 5 de agosto (Estigarribia já estava em Uruguaiana) reuniu-se à 1ª Divisão. A lentidão dos movimento de uma das suas Brigadas atribuiu-se a uma velha inimizade do seu Cmt., Barão de Jacuí, com Canabarro, Cmt. da 1ª Divisão.

– A inação, dos chefes brasileiros foi também notória e deu margem a processo que responderam. O Gen. Canabarro, o maior responsável, eximiu-se das prerrogativas do seu cargo, não impondo suas decisões aos Chefes subordinados. Perdeu, por isso, oportunidades valiosas de destruir as forças paraguaias por ocasião da transposição dos rios Ibicuí, Touro Passo e Imbaá.

– Não se cuidou, após o Tratado de 1º de maio, de unificar o comando das forças aliada das Missões. As tropas argentinas continuaram operando independentes das de Canabarro.

d. AS OPERAÇÕES EM TORNO DE URUGUAIANA

(1) OPERAÇÕES DOS ALIADOS

Em fins de julho o Exército aliado estava concentrado em Concórdia sendo a maior parte de brasileiros comandados por Osório. O Exército de Urquiza, em Mellizos, fora dissolvi-

do com a sublevação dos seus 8.000 cavalarianos. No dia 17 de agosto, o general Flores, comandante de um destacamento lançado por Mitre para combater Estigarribia, desbaratou a coluna de Duarte a oeste do rio Uruguai, e juntou-se às forças brasileiras, comandadas pelo general Porto Alegre, já cercand-o Uruguiana. No dia 2 de setembro, o Gen. Flores reivindicou o comando em chefe dessas forças não sendo atendido pelo general brasileiro. A 10 do mesmo mês chega Mitre à Uruguiana, e, a 11, o Imperador D. Pedro II.

(2) A QUESTÃO DO COMANDO

Em ofício “Confidencial” de 20 de julho de 1865, que nomeou o Gen. Porto Alegre Cmt. em Chefe do Exército de Operações no Rio Grande do Sul, dispôs que:

– No desempenho dessa missão o Gen. Porto Alegre devia obrar “sempre de acordo com o Gen. Osório, com quem deverá estar na mais completa harmonia, sempre em vista o Plano combinado pelo mesmo general e pelo Cmt. em Chefe das Forças Aliadas”.

– Se o Gen. Porto Alegre passasse ao território argentino, ficaria subordinado às ordens do Gen. Mitre.

– Se as forças de Mitre se entranhassem no território brasileiro em ato contínuo de perseguição ao inimigo, caberia ainda ao Gen. Mitre o Comando das Forças.

– O Tratado de Aliança firmara também o princípio de reciprocidade do Comando em Chefe, que seria exercido por Comandantes de Exércitos do País, com jurisdição sobre o território em que se desenvolvessem. Com base no Ofício Con-

fidencial, Porto Alegre, alegando que o Gen. Flores não era o Comandante em Chefe e não estava em perseguição ao inimigo, uma vez que Estigarribia se mantivera em Uruguaiana não enviando mesmo reforços a Duarte, concluía que a operação de ataque seria realizada contra um inimigo que vinha operando desde muito em território brasileiro, cabendo pois a um General Brasileiro o Comando em Chefe das forças aliadas, reunidas para combatê-lo. A chegada de Mitre, a 10 de setembro, agravou a situação. Mas com a presença do Imperador no dia 11 de setembro tudo foi resolvido satisfatoriamente. Decidiu-se então que os generais Mitre, Flores e Porto Alegre comandariam cada um, as forças de suas nacionalidades, ficando o Imperador como árbitro para dirimir as dúvidas. Caberia ainda ao general Mitre elaborar o Plano de Ataque e ao general Porto Alegre executá-lo. O ataque não chegou a ser desencadeado pois os paraguaios se renderam, incondicionalmente, ante a intimação dos aliados (18 de setembro de 1865).

e. CAUSAS DO INSUCESSO PARAGUAIO

- Incapacidade de Estigarribia para executar uma operação de envergadura.
- Incapacidade de López, para conduzir a ação, mantendo-se muito longe da área dos acontecimentos, intervindo apenas sobre fatos consumados há muito tempo.
- Sucessos ocorridos no rio Paraná dos quais o mais saliente foi a vitória de Riachuelo, que privou López de utilizar a via fluvial do Paraná e determinou o recuo da coluna de Robles. Ainda aqui López se mostrou incapaz de tirar partido da situação, combinando ações da coluna de Resquin com a de

Estigarribia, atacando à retaguarda de Paunero.

- Falta de apoio de Estigarribia a Duarte, permitindo que fosse inteiramente destruído.

- Impossibilidade de Estigarribia para resistir ao ataque aliado, a deserção de muitos dos seus soldados atraídos pelas promessas aliadas.

3. CONSEQUÊNCIAS NO PLANO ESTRATÉGICO PARA O PARAGUAI

- Não ter realizado os objetivos políticos a que se propunha ou seja a deposição do Governo de Mitre, ou pelo menos adesão das populações de Corrientes e Entre Rios.

- Não ter se aproveitado, como devia, da superioridade que o Paraguai possuía para avançar profundamente ao longo do Paraná, pelo menos até Entre Rios. A ser verdadeira a explicação de Urquiza sobre a deserção de seu Exército, este movimento teria criado uma situação insustentável para o Governo de Mitre.

- Pouca agressividade na conduta estratégica da operação, particularmente ao longo do Paraná. O “raid” de Corrientes foi superestimado e acarretou a retirada de Robles e a batalha naval de Riachuelo.

- Depois de Riachuelo, o aprofundamento da progressão de Estigarribia ao longo do rio Uruguai era um suicídio. López determinou então que ele não ultrapassasse o Ibicuí. Sua desobediência a esta ordem aliada à impossibilidade de López para detê-lo a tempo, dada a distância em que se encontrava selou a sorte desta força que marchou irremediavelmente

te para a destruição.

– Ainda por temer a ação da Esquadra Brasileira não soube tirar partido da fraca cobertura deixada por Mitre face a Resquin. Uma conduta agressiva de López, seja contra Pau-nero, seja mesmo aprofundando-se ao longo do Paraná, teria, talvez, modificado o curso dos acontecimentos.

4. O MOVIMENTO ALIADO PARA O SUL DO PASSO DA PÁTRIA

O Plano de operações elaborado a 1º de maio era inexecutável por não atender à situação existente. Serviria, quando muito, para base de outros entendimentos de que resultasse alguma coisa de concreta e eficiente. Escolhida Concórdia como nova zona de concentração em fins de julho estava ela ultimada. A escolha de uma localidade acima dos saltos do rio Uruguai é bastante criticável pois tornou extremamente difíceis os transportes. Seria mais interessante a eleição de uma região sobre o rio Paraná pois a presença de um elemento forte não permitiria a retirada tranquila de Resquin para o norte do citado rio. Com a informação de que as forças de Resquin evacuavam a província de Corrientes, Mitre mudou a concentração para Mercedes, pronta em 25 de outubro de 1865. Em fins de dezembro o Exército Aliado estava reunido ao sul do rio Paraná e iniciados os preparativos para a invasão do território paraguaio.

Para realizar a concentração em Corrientes os aliados levaram 4 meses e tiveram de percorrer mais de 400 quilômetros. Para se ter uma ideia do que representou isso com esforço físico bastará considerar que o movimento foi executado

em plena estação invernos, utilizando péssimos caminhos e transpondo inúmeros rios em plena cheia.

VII - A INVASÃO DOS ALIADOS

I. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE OPERAÇÕES

Em 1866, o território da República do Paraguai era, de modo geral, desconhecido pelos estrangeiros e, em largos tratos, pelos próprios paraguaios. Não havia cartas, nem esboços que pudessem servir de base ao planejamento das operações e mesmo às informações menos preciosas. Situa-se no interior do continente, cercado por vastos territórios do Brasil, Argentina e Bolívia, despovoados e, na época, pouco conhecidos. À via de circulação mais fácil e eficiente era o Rio Paraguai, que cortava o território da República ao meio, funcionando como espinha dorsal das vias de transportes. Essa via ligava Assunção ao Sul, e ao Sul do Estado de Mato Grosso, ao Norte.

a. RELEVO

Esquemáticamente pode ser visto em três zonas: a do Chaco, a Oeste do Rio Paraguai; a do Rio Paraguai, entre este e o meridiano 56° (Vila Rica); e a do Caá-Guazu, entre o meridiano 56° e o Rio Paraná, linha fronteira com o Brasil.

1. A região do Chaco é baixa, quase horizontal, com a altitude geral de 75 a 500 metros.

2. A região do Rio Paraguai é alta em sua maior parte e bastante acidentada. Entre o Rio Apa e o paralelo 23° o terreno é acidentado, não apresentando, entretanto, cordilheira

definida. Do paralelo 23º ao corte do Manduvirá, o terreno apresenta, sucessivamente, terrenos baixos, acidentes suaves e o degrau do Planalto de Amambaí. Do Manduvirá ao paralelo de Vileta, o terreno é muito acidentado, apresentando verdadeiras cordilheiras, destacando-se a de Altos.

3. A do Caá-Guazu é acidentada e de relevo mais uniforme e definido do que a do Paraguai.

b. HIDROGRAFIA

O rio Paraguai é navegável por embarcações de bom calado até o interior de Mato Grosso. Do Sul para o Norte, notam-se na margem leste, até Vileta, uma série de esteros e rios paralelos e sucessivos, alguns servindo de escoadouro à lagoa Ypoá.

c. VEGETAÇÃO

Três faixas de vegetação, coincidentes com as faixas de relevo. O do Chaco, com palmares; a central, com grandes florestas e savanas, e o Caá-Guazu com matas virgens.

d. CONCLUSÃO

(1) PODEM DISTINGUIR-SE TRÊS ZONAS NATURAIS MILITARES:

A do quadrilátero Vileta - Itapua - Rio Paraná - Rio Paraguai, muito cortada e de circulação difícil, particularmente na região Confluência-Passo da Pátria-Humaitá. A da cordilheira, acidentada e de circulação difícil. A do Caá-Guazu, acidentada, muito coberta e de circulação quase impossível.

(2) COMO VIAS DE ACESSO DO SUL PARA O NORTE, PODEM DISTINGUIR-SE:

A do Rio Paraguai, bem definida, mas muito estreita, com boas condições de circulação, conduzindo à capital do país e ao seu centro vital, bem como ao Sul do Estado de Mato Grosso. A do Rio Paraná, bem definida, mas muito estreita e excêntrica em relação às áreas vitais do país. Encarnación-Vila Rica-Assunção, mal definida, em parte coberta, com más condições de circulação.

(3) O TERRENO ENTRE PASSO DA PÁTRIA E HUMAITÁ.

Percorrendo-se a estrada de Passo da Pátria para Humaitá, atravessa-se logo dois obstáculos: o de Estero Bellaco e o Estero Rojas. O primeiro é uma depressão do terreno por onde, na época das enchentes, unem-se as águas dos rios Paraná e Paraguai. Nesse período ramifica-se em diversos canais e transforma essa parte do território paraguaio em uma grande ilha fluvial. O flanco Oeste dessa região se apóia em várias lagoas que se ligam ao Rio Paraguai. Para Este, há saídas mal definidas, que só depois de algum tempo poderiam ser identificadas e balizadas. Nessa área podem, pois, ser distinguidos três trechos: o primeiro entre o Rio Paraná e o Estero Bellaco, assinalado pelo antigo acampamento de López em Passo da Pátria. A segunda, entre o Estero Bellaco e o Estero Rojas, quase plano e fechado por terrenos pantanosos. A terceira, entre o Estero Rojas e a posição de Humaitá.

2. TRAVESSIA DO PARANÁ

a. PREPARAÇÃO DA OPERAÇÃO

Em 25 de fevereiro de 1866 foi decidido pelos chefes aliados que, para a transposição do rio Paraná, seria realizada uma operação coordenada das forças terrestres e navais, atualmente conhecida como operação anfíbia. A escolha do local de desembarque foi muito discutida e, somente em 15 de abril, véspera da transposição, se chegou a uma decisão final - margem esquerda do rio Paraguai em Barranca do Atajo.

b. EXECUÇÃO DA OPERAÇÃO

As atividades dos navios aliados face ao Passo da Pátria, a ocupação da ilha de Cabrita e a indecisão dos chefes aliados sobre o local de desembarque, induziram López de que este seria feito no Passo da Pátria, proporcionando completa surpresa na execução da operação. Às 9 horas do dia 16 de abril os primeiros contingentes aliados, com Osório à testa, desembarcavam em território paraguaio, com fraca oposição do inimigo.

Nos dias subsequentes a cabeça-de-ponte foi alargada e conquistou-se o Forte de Itapiru e o Passo da Pátria. Em 2 de maio um contra-ataque paraguaio foi repellido em Estero Bellaco e no dia 20 de maio estacionou-se em Tuiuti.

3. A BATALHA DE TUIUTI

a. EXÉRCITO PARAGUAIO

Derrotado durante sua malograda ofensiva ao Sul do Rio Paraná, retranspusera-o e adotara uma atitude defensiva, apoiado nas fortificações de Humaitá e Curupaiti e nas dificuldades do terreno que favorecia a sua instalação defensiva.

Iniciara a organização de uma posição defensiva que tinha seus flancos apoiados em duas lagoas intransponíveis, ligada às fortificações de Curupaiti e tendo em frente o Estero Rojas que foi represado, transformando-se numa corrente de 10 metros de largura e 4 de profundidade. O Exército numerava cerca de 55.000 homens, dos quais 35.000 se encontravam na região de Humaitá, base de operações, com ligações fáceis e curtas com o interior do país aproveitando o Rio Paraguai. O Quartel General estava em Passo-Pocu.

Os paraguaios deveriam, no mínimo, destruir as forças aliadas ao norte do rio Paraná, a fim de criar condições para uma atuação ofensiva posterior. O ataque aos aliados, em Tuiuti, foi montado com o emprego de 24.000 homens e a ausência do Cmt.-em-Chefe do combate foi fator preponderante na derrota paraguaia.

b. O EXÉRCITO ALIADO

Os aliados estavam em plena ofensiva estratégica e adotaram momentaneamente a defensiva, visando a preparar uma ação decisiva contra as forças inimigas em Humaitá. O

seu dispositivo em Tuiuti era mais ofensivo do que defensivo, com grande profundidade, o que fugia ao esquematismo da época. A ação de comando dos chefes, durante o combate, foi decisiva para o sucesso dos aliados.

c. CONSEQUENCIAS DA BATALHA DE TUIUTI

Os aliados, embora vitoriosos, perderam a iniciativa estratégica das operações: Sofreram perdas elevadas, estavam com a cavalaria praticamente desmontada, ressentiam-se da falta de meios de transporte. Esses atos teriam repercussões, particularmente na Argentina, onde a perspectiva do prolongamento da guerra agravaria a instabilidade política do Governo de Mitre. Os paraguaios sofreram grandes perdas. Esgotaram, pois a capacidade ofensiva que ainda possuíam. Passariam, portanto, à defensiva estratégica e tática, o que equivalia à perda da guerra. Daí por diante seu objetivo seria prolongar a guerra pelo tempo que pudessem, a fim de obterem, no mínimo, uma paz negociada. A guerra entraria numa nova fase caracterizada pela estabilidade de frente.

IX - OPERAÇÕES EM TORNO DE HUMAITÁ

I. AS OPERAÇÕES DOS ALIADOS APÓS TUIUTI

Em 30 de maio, em reunião conjunta, os chefes aliados tomaram uma decisão imediata acertada: manter as posições atingidas e reforçá-las progressivamente. Não se chegou, porém, a uma solução útil no que concerne à tomada de ação ofensiva, a única solução que poderia conduzir a uma vitória rápida. Conspirava contra isso a insuficiência dos meios de

transporte, o estado precário da cavalaria aliada e a falta dos meios de apoio de fogo, isto é, a artilharia.

a. MISSÃO DO CEX DE PORTO ALEGRE

Em 12 de abril de 1866, as forças de Porto Alegre, concentradas em São Thomaz, já numeravam cerca de 13.000 homens e sua missão evoluíra. No princípio era reserva, e posteriormente, deveria invadir o Paraguai por Candelária ou seja pelo Alto Paraná. Na conferência de 30 de maio foi sugerida a vinda de Porto Alegre para juntar-se ao exército de invasão. E, cumprindo essa missão, o 2º CEx de Porto Alegre, chegou em 28 de julho a Itapirtu. Desde 1º de julho ficara decidido que essa força realizaria “um ataque a Curuzu e Curupaiti de combinação com a Esquadra”. Mitre oficiou a Porto Alegre, confiando-lhe essa missão e lhe informou que deveria atuar sob a direção de Tamandaré. Porto Alegre alegou que era mais antigo do que Tamandaré e não poderia ficar subordinado a ele. Em 28 de agosto, houve nova reunião da Junta de Generais para tratar do caso, especialmente. Ficou estabelecido que o Corpo de Exército de Porto Alegre “operaria sempre de acordo com os aliados, ou fosse reunido a estes, ou auxiliando a Esquadra”, assentando-se que Porto Alegre “quando ligado à Esquadra seria mero executor do que fosse resolvido na junta de Guerra”. A má estruturação do Comando da Tríplice Aliança produzia seus frutos: as forças brasileiras tinham três Comandos: Polidoro, Porto Alegre, Tamandaré; Mitre abdicara tacitamente de suas atribuições de Comandante em Chefe, sugerindo que as decisões de importância fossem tomadas em Juntas de Generais; protelava-se o início de operações importantes para aten-

der às suscetibilidades de Porto Alegre, criava-se ressentimentos entre Mitre e Porto Alegre e entre eles e Tamandaré.

b. O ATAQUE A CURUZÁ (3 DE SETEMBRO DE 1866)

Curuzu era um prolongamento da posição fortificada de Humaitá, mais ao Sul de Curupaiti. Os obstáculos e a resistência dos paraguaios não detiveram o ataque de Porto Alegre que alegou deixar de atacar Curupaiti no mesmo dia pela falta de reforços e desconhecimento completo do terreno.

c. O ATAQUE A CURUPAITI (23 DE SETEMBRO)

Após a queda de Curuzu, Lopez segundo alguns historiadores, para ganhar tempo, a fim de reforçar Curupaiti, convidou no dia 11, os aliados para parlamentarem. Somente Mitre participou da conferência, cujo resultado foi negativo. O governo argentino, no entanto, habilitou Mitre para negociar “com o governo do Paraguai, qualquer Tratado de armistício, trégua ou paz definitiva e a separar-se da Aliança”. Houve choque com a opinião dos brasileiros e decidiu-se não dar resposta ao Paraguai. O ataque a Curupaiti foi dirigido por Mitre e resultou em completo desastre para os aliados, que sofreram 4.000 baixas em contraste com as 250 de Lopez.

d. AS CONSEQUÊNCIAS DO DESASTRE DE CURUPAITI

Em face da difícil situação política interna do Uruguai o general. Flores retornou a Montevideú, não mais voltando por ter sido assassinado.

O desastre de Curupaiti teve larga repercussão no Brasil. O governo convenceu-se da necessidade de dar um comando único às forças brasileiras de terra e mar. Em 10 outubro 1866, foi nomeado Comandante-em-Chefe de todas as forças brasileiras em operações no Paraguai, inclusive a Esquadra, o Marquês de Caxias. Em 18 de novembro, Caxias assumia o comando geral brasileiro e uma das suas primeiras providências foi o retorno de Osório, à frente do 3º CEx, recém organizado.

X - O COMANDO DE CAXIAS

1. A NOMEAÇÃO DE CAXIAS

Em ofício confidencial de 7 de outubro, Caxias procura fixar sua posição no Comando em Chefe, forçando assim o Governo a definir as instruções que deveriam regular a sua conduta. As instruções do Governo, entre outras Normas de Ação, fixavam que:

– O Comando em Chefe do Exército Brasileiro teria voto independente sobre as deliberações na parte técnica e estratégica das operações, o qual não prevaleceria sobre as decisões do Cmt. em Chefe dos Exércitos Aliados. Preservava-se a autoridade de Mitre.

– Nenhuma força brasileira poderia ser destacada para operar sob as ordens de um general estrangeiro, inclusive o Cmt. em e Chefe da Aliança, sem consentimento expresso do Comandante Chefe do Exército brasileiro. Evitava-se, assim, incidentes semelhantes aos ocorridos em Curupaití.

– No caso de Cmt. em Chefe retardar às operações de guerra, concertar armistício com o inimigo, ou retirar-se do teatro de operações, o Cmt. do Exército Brasileiro poderia operar por si só, “sob sua maior responsabilidade”. Dava-se a Caxias a possibilidade de agir em separado, no caso de suspeitar de intenções ocultas do Chefe argentino, mas se jogava sobre seus ombros, tanto a responsabilidade de julgar essas intenções, como a do resultado dessas operações.

Caxias nos seus quesitos procura ampliar as atribuições do Cmt. do Exército Brasileiro, que foram até então restringidas por sua subordinação completa ao Cmt. em Chefe, cujos planos mirabolantes sempre se chocavam com a realidade dos fatos, que não procurava remediar de imediato. Com isso, a guerra entrara em ponto morto e a decisão final fora procrastinada por tempo imprevisível, contrariando os interesses do Império, cujos recursos se iam exaurindo, enquanto servia aos dos argentinos, que enriqueciam e prosperavam com os gastos do Império Brasileiro. A falta de firmeza da condução da guerra, reconhecida implicitamente na necessidade de dilatar a liberdade de ação do Chefe Brasileiro, era remediada, autorizando-o a agir por si só, se assim julgasse preciso. Tolhia-se entretanto, sua ação, jogando-se exclusivamente sobre seus ombros a responsabilidade sobre o resultado da operação. Dera-se no entanto um grande passo na unificação do Comando da Esquadra e do Exército brasileiro. Deixava-se, também, o Exército uruguaio reduzido às suas próprias responsabilidades. Evitar-se-ia que a Esquadra e o Exército brasileiros ficassem sob o comando rígido de Mitre.

2. OPERAÇÕES ENTRE NOVEMBRO DE 1866 E AGOSTO DE 1868

a. OS PLANOS DE CAXIAS E DE MITRE

Em fevereiro de 1867, Mitre retornou a Buenos Aires por ter se agravado a revolta de algumas províncias argentinas. Em consequência Mitre passou o comando do Exército Aliado a Caxias, que se preocupava com a organização do Exército brasileiro. Para o prosseguimento das operações, Caxias elaborou um Plano de Operações que, em síntese, preconizava um movimento para flanquear as trincheiras inimigas por São Domingos - Tuiucuê. O movimento envolvente seria garantido por uma força de fixação, em Tuiuti a cargo de Porto Alegre. Mitre, embora afastado do comando, não se eximiu de mandar o seu Plano de Operações. Este Plano exigia um efetivo que não poderia ser reunido em curto prazo, procrastinaria por tempo imprevisível o início da operação, inutilizando, assim, pela demora, todo esforço organizador de Caxias.

Exigia, também, da Esquadra, esforço que não poderia dar sem correr o risco de ser destruída sob o fundamento de que ela foi construída para realizar missões dessa natureza, mesmo sob o risco de destruição completa.

b. EXECUÇÃO DAS OPERAÇÕES

O movimento foi iniciado, de acordo com o plano de Caxias, em 22 de julho. Nove dias mais tarde tinha sido atingido Tuiucuê e estabelecido a ligação com a base de Tuiuti. Nesse mesmo dia, com a chegada de Mitre, as operações caíram em ponto morto. Em 15 de agosto, a Esquadra força a pas-

sagem de Curupaiti e se situa ao Sul de Humaitá. Mitre insiste para que forçasse a passagem de Humaitá com o que não concorda Caxias. Mitre insistiu insinuando que a Esquadra não queria se arriscar na execução de uma operação que lhe parecia fácil e os jornais argentinos e uruguaios fizeram eco dessa malévola insinuação. Caxias resistiu e comunicou aos seus Superiores, que a insistência de Mitre lhe parecia suspeita, bem como sua inatividade. O Governo consolidou sua liberdade de ação, limitando as limitações da exclusiva responsabilidade de Caxias na execução das operações. Perigou a Aliança. Mas se realizou, embora indiretamente, a unidade de Comando sob a liderança de Caxias.

As operações tomaram novo impulso e o dispositivo aliado estendeu-se a São Solano, Pilar e Taí, onde se instalaram, dificultando as ligações paraguaias pelo rio. Lopez reagiu atacando em 3 de novembro a base de Tuiuti sendo repellido. Iniciou a construção de uma nova posição no Tebicuari e concentrou-se em Humaitá. Em janeiro de 1868, Mitre retira-se definitivamente para Buenos Aires, passando o comando em chefe a Caxias. No mês seguinte, a Esquadra força a passagem de Humaitá, e alguns navios brasileiros apresentam-se frente à Assunção.

No dia 3 de março, Lopez e 12.000 homens abandonam Humaitá que só será ocupada pelos aliados em 5 de agosto com a sua evacuação definitiva pelos paraguaios. Todo o período de operações, que vai da batalha de em 24 de maio de 1866, à queda de Flumuitá, em 5 de de 1868, pode ser caracterizada pela atividade dos aliados em busca de um campo de batalha, onde possam impor uma derrota definitiva a Lopez.

Praticamente nada conseguiram. Lopez se manteve atrás de suas fortificações, bem casadas às dificuldades do terreno e resistiu bem. Depois de impor uma parada de dois anos ao Exército aliado, conseguiu retrair-se com os seus efetivos quase intactos. O desgaste dos aliados grande. Foi, em verdade, uma vitória defensiva dos paraguaios. Aberta a via do Paraguai, as operações entrariam num período ativo que culminariam com a manobra de Piquisiri.

3. OPERAÇÕES ENTRE SETEMBRO E DEZEMBRO DE 1868

Instalada a base de Humaitá, Caxias dispôs-se a procurar o inimigo que se supunha achar-se no corte do Tebicuari. Esse rio foi transposto com pequena resistência do inimigo. Seguiu-se a passagem do Parái e do Surubi-i, recalcando elementos retardadores, e o reconhecimento de Angostuía. Em fins de setembro, os aliados acham-se em Palmas e a vanguarda estabeleceu contacto com a posição do Piquisiri. A impressão geral é de que esta posição, com 9 km de extensão apoiada em uma lagoa de grandes dimensões e no rio Paraguai, seria de difícil conquista por ataque frontal através verdadeiro lençol d'água.

a. MANOBRAS DE PIQUISIRI

Face ao estudo da posição, Caxias decidiu contorná-la por seu flanco oeste, através dos pantanaís do Chaco. Os reconhecimentos, aí procedidos, foram favoráveis à possibilidade desse movimento, iniciando-se a seguir a construção de uma estrada pelo Chaco. O deslocamento será feito por essa estrada até as margens do Villeta, a oeste do rio Paraguai. Embarcados

na esquadra subirão o rio até Santo Antônio, onde desembarcarão. O movimento será completado com uma marcha, flanco apoiado no rio, até Villeta e em condições de prosseguir para o Sul. O inimigo será fixado de sul para o norte do Piquisiri.

b. EXECUÇÃO DA MANOBRA - A DEZEMBRA

De acordo com o planejado, o movimento executou-se em 4 de dezembro até Santo Antônio. Após seu desembarque Caxias verificou que sua ordem para ocupação da ponte sobre o arroio Itororó não fora cumprida. O inimigo já havia ocupado essa região o que obrigou, em 6 de dezembro, ao seu desalojamento por um ataque frontal. De 8 a 10, pausa nas operações para a execução do ressuprimento das tropas.

No dia 11, novo encontro no corte do rio Avaí, sendo aniquiladas às forças paraguaias de Caballero. No dia 21 novamente os aliados empenham-se na batalha de Lomas Valetinas (ou Ita-Ivaté) com vitória parcial, só completada em outro ataque a 27 de dezembro. Às forças de López foram completamente aniquiladas, restando, apenas, o Ditador e uma pequena escolta que se evadiram na direção de Cerro León. A 5 de janeiro de 1869 os aliados ocupam Assunção e a 18 do mesmo mês, Caxias retira-se definitivamente do Paraguai.

c. A ATUAÇÃO DE LÓPEZ

Depois de abandonar Humaitá, López dirigiu-se para o Norte do Tebicuari onde pretendia organizar nova resistência. Depois verificando que a posição do Piquisiri era mais curta e estava solidamente apoiada nos flancos, decidiu montar a nova posição defensiva na margem Norte do arroio Piquisiri.

Parecia-lhe impossível que os aliados pudessem contornar a oposição pelo lado do Chaco, mas acabou se convencendo que eles estavam realizando com êxito esta tarefa difícil. Decidiu, então, organizar um forte núcleo de forças para jogar com elas no momento oportuno.

Abriam-se-lhe três linhas de ação: abandonar a posição e procurar estabelecer nova resistência na Cordilheira; jogar suas forças para o Norte a fim de enfrentar o Exército Aliado, numa batalha campal decisiva; defender a posição com a frente invertida. A primeira linha de ação era inteiramente contrária ao seu temperamento voluntarioso e decidido. A segunda lhe pareceu sumamente desfavorável dada sua inferioridade numérica. Agarrou-se, pois, à terceira, lançando para o Norte um contingente de 9.000 homens (cerca de metade de seus efetivos) para ganhar o tempo suficiente para preparar a posição face ao Norte. Na dosagem dessa força parece ter residido o seu maior erro, pois o aniquilamento desse destacamento em Itororó e em Avaí, não lhe permitiu defender com êxito a posição de Itá-Ivaté. Foi então batido por partes.

d. A ATUAÇÃO DE CAXIAS NA DEZEMBRA DA

A manobra concebida e executada por Caxias foi uma manobra de ala com movimento envolvente integral em que sobrasaram:

- A surpresa estratégica com o desembarque do grosso na região de Santo Antonio.
- A velocidade, apesar das dificuldades e desconhecimento do terreno e do mau tempo, foi obtida pelo acionamen-

to vigoroso dos meios em Itororó e Avaí, embora o inimigo se defendesse com energia e denodo. Cumpre ainda ressaltar a busca intensa de informações quer em relação ao terreno, quer sobre a localização dos elementos inimigos, servindo de base a progressiva elaboração da manobra e sua segura e eficiente execução.

XI - A ATUAÇÃO DE CAXIAS NA GUERRA DO PARAGUAI

a. A PREPARAÇÃO DO EXÉCITO

Quando Caxias assumiu o Comando do Exército Brasileiro, em 19 de novembro de 1866, na região de Tuiuti, cerca de 1/3 dos seus efetivos se encontrava baixado em hospitais. Os dois Corpos de Exército eram inteiramente diversos em efetivo e organização, parecendo pertencerem a países diferentes. A Cavalaria estava em sua maior parte a pé, não havia bois para tração das carretas e nem carros suficientes para empregar em qualquer espécie de movimento. Os valores das etapas eram diferentes para os dois Corpos de Exército e diversos os critérios para promoção, num e noutro. Como sempre, sua primeira tarefa de Comando foi organizar, disciplinar e instruir o Exército. Começou por reorganizar os hospitais, depósitos, serviços administrativos. Adquiriu cavalos e mulas. Instituiu forrageamento pelo milho e alfafa, pondo fim à espantosa mortandade de animais, e criou os meios necessários para dar mobilidade ao Exército. Passou, em seguida, à reorganização das Unidades, extinguindo umas, refundindo outras. Coibiu irregularidades, combateu a rotina e os maus costumes, puniu

e recompensou com critério e elevação, restaurando a disciplina e a hierarquia no Exército. Cuidou da instrução.

Passou, depois, às medidas de ordem tática. Evacuou de Curuzu o grosso do 2º CEx., deixando naquela região apenas 1.500 homens e 13 bocas de fogo, protegidos por trincheiras. Melhorou as posições de Tuiuti e mandou construir um reduto central para proteger os Depósitos da Base e servir de núcleo de resistência final. Mandou organizar o 3º CEx no Rio Grande do Sul, colocando Osório no seu Comando e adotando medidas junto a ele e ao Presidente da Província de que resultou a rápida mobilização dessa Grande Unidade. Preocupou-se, ainda, Caxias em ativar a busca de informações por meio de reconhecimento de Cavalaria e observação em balão.

Quando todo esse trabalho estava em curso, irrompeu no acampamento aliado uma epidemia de “Cholera Morbus” que se manifestou em março de 1867, em Itapiru, e durou cerca de mês e meio, zombando de todas as medidas profiláticas e de tratamento, fazendo cerca de 4.000 vítimas.

b. A MANOBRA DE HUMAITÁ

Como Comandante em Chefe do Exército Aliado, entre 14 de fevereiro e 31 de julho de 1867, e depois, de janeiro de 1868 em diante, coube a Caxias arrancar o Exército da passividade em que se vinha mantendo desde novembro de 1866. Coube-lhe retomar e ultimar o planejamento da manobra de Humaitá e iniciar e terminar sua execução, o que bastaria para consagrá-lo como general em toda profundidade e extensão desse título. Como organizador deu mobilidade ao Exército pela solução de problemas logísticos que lhe permitiu pos-

suir uma Cavalaria numerosa, flexível, agressiva e manobreira. Como planejador, sentiu as possibilidades do inimigo, os pontos fracos do seu dispositivo, elegeu com acerto a direção mestra do esforço e ajustou os meios terrestres e fluviais sobre ela no quadro real de suas possibilidades. Como executor da manobra esteve sempre nos seus pontos críticos, com oportunidade, estimulando pela ação pessoal seus soldados, conduzindo com rapidez e eficiência suas Grandes Unidades.

c. A MANOBRA DE PIGUISIRI

O conjunto das Operações, conhecido como “Manobra do Piquisiri” ou “Dezembrada”, concebida e conduzida por Caxias teve como resultado a destruição do grosso das forças paraguaias. Sem dúvida, a Guerra ainda continuaria, mas, não se pode contestar de existir como testar, também que o Exército de Lopez força combatente digna desse nome. Vitorioso em Humaitá, Caxias procurou imediatamente o contato com o inimigo que supunha se estabelecesse em Tebicuari. Sua Cavalaria em reconhecimentos profundos logo lhe dera a informação de que o inimigo se postara perto do arroio Piquisiri, com os flancos bem apoiados. Estabeleceu desde logo a ideia de atingir Villeta para destruir o grosso inimigo e daí seguir para o Norte, a fim de ocupar Assunção. Essa ideia geral foi se precisando à proporção que as informações iam chegando e realizava os reconhecimentos do terreno.

Planos sucessivos, encadeados no tempo e no espaço se foram sucedendo e completando até surgir a manobra como um todo: o envolvimento pelo Chaco e o ataque de Norte para Sul. A execução dessa manobra se foi fazendo também por eta-

pas, mediante planos parcelados, subordinados ao de conjunto, bem ajustados à conduta do inimigo, aos reconhecimentos e às informações de que carecia. E neles estão sempre presentes as ideias de rapidez, de potência e seguran, a ideia de rapidez e, para tal, o chefe não hesitou em empenhar-se a fundo num ataque frontal para abrir a porta do campo de Batalha que procurava. Em Porto Ipané o que prevalece é a potência. O Chefe podia ir além sem ter reunido todos os seus meios, particularmente, a Cavalaria e tê-los suprido abundantemente. Demora-se, pois agir de outra forma seria enfraquecer o Vigor de seus meios e em consequência a potência de sua massa de manobra. Depois é a ação vigorosa em Avaí e a reunião em Villeta, para travar a batalha decisiva. O objetivo principal é fixado com realismo e sobre ele se concentra a ação do grosso. A Manobra do Piquisiri, disse muito bem o General Tasso Fragoso, tem o “sinete característico das concepções napoleônicas”, que prevê e provê, sabe aliar a audácia à segurança, nada deixando à improvisação e ao acaso.

XII - A CAMPANHIA DA CORDILHEIRA

1. TERRENO

A região ao norte do Tebicuari era a mais rica e povoada do Paraguai, e tanto mais, quanto mais próximo do rio que o limita a oeste. Do lado do rio Paraná era deserto. A cordilheira dos Altos ou simplesmente a Cordilheira, se estendia de NO para SE e, em cima se situavam as localidades mais importantes: Altos, Atirá, Peribebuí, Valenzuela e Caacupê. Mais para o norte o terreno é caracterizado pelo grande divisor de

águas entre o Paraguai e o Paraná, a serra de Caaguazu, região pobre, com poucos recursos e vias de transporte precárias. As localidades de maior importância eram S. Joaquim, Caraguataí, Campo Grande, Ponta Porã e Bela Vista. Já ao longo do rio Paraguai na direção Norte a vida é mais intensa e com boas vias de transporte.

2. SITUAÇÃO DEPOIS DA CONQUISTA DE ASSUNÇÃO

a. EXÉRCITO PARAGUAIO

Lopez acompanha 60 homens lograra fugir do cerco aliado em Itá-Ivaté e se refugiou em Peribebuí, que foi declarada capital da República. Decidido a continuar a resistência, procurou reunir todos os recursos disponíveis, concentrando-se na região de Caacupê-Ascurra-Peribebuí, onde se instalou defensivamente. Suas forças se elevaram rapidamente a 13.000 homens, estando o grosso delas em Ascurra, barrando o desfiladeiro de Ascurra, para manter Caacupê.

b. O EXÉRCITO ALIADO

Com a retirada de Caxias, foi nomeado Cmt-em-chefe, o Conde D'Eu. As forças brasileiras foram reorganizadas em dois CEx e totalizavam 22.000 homens. Diversos reconhecimentos foram lançados para precisar a posição inimiga e neutralizar os recursos de que Lopez, poderia lançar mão.

3. A MANOBRAS DE PERIBEBUÍ

a. PLANEJAMENTO

Para enfrentar Lopez, instalado defensivamente sobre a Cordilheira, os aliados estabeleceram um plano de operações que em síntese era o seguinte:

- Uma ação frontal secundária na direção Taquaral - Caacupê
- Um envolvimento, ação principal, na direção Taquaral - Valenzuela - Peribebuí - Caacupê.

b. EXECUÇÃO

O movimento envolvente tinha pouca profundidade e a ação de fixação não teve o efeito que dela se esperava deixando o inimigo retirar-se tranquilamente. Na continuação da manobra o exército aliado travou a batalha de Campo Grande em 16 de agosto em que o inimigo, completamente cercado, foi batido.

c. CONSEQUÊNCIAS

No quadro geral da guerra Lopez fora vencido em Itá-Ivaté e jogava agora seus últimos trunfos. De um Exército de 80.000 homens, restavam-lhe 13.000 homens mal armados e equipados. Destes perdeu a metade nas batalhas de Peribebuí e Campo Grande. Cairam, também, em mãos dos aliados em Caacupê numerosas peças de Artilharia em fase de acabamento. Depósitos atulhados de víveres e, principalmente, o Arsenal em que se fabricavam com a ajuda de técnicos europeus

feitos prisioneiros, três peças de artilharia por semana. Era evidentemente o fim para o Exército de Lopez. Iria começar daí por diante uma fase ativa de perseguição.

XII - A PERSEGUIÇÃO A LOPEZ

Batido em Peribebui, Lopez dirigiu-se a Caraguatá que foi elevada a capital do país em agosto de 1869. O Conde D'Eu descentralizou o comando, e buscou limitar progressivamente a área de movimentos do adversário e das fontes onde se supria pela ocupação metódica das áreas vitais da região. Para isso as tropas realizaram amplos e rápidos movimentos buscando envolver o adversário e depois cercá-lo. Coube ao General Câmara, depois de realizar amplos movimentos por Miranda e Ponta Porã, sempre em perseguição a Lopez, encurralá-lo na região de Cerro Corá. Lopez morreu combatendo num último encontro nas margens do Arroio Aquidabanniqui.

XIV - AS OPERAÇÕES DA COLUNA EXPEDICIONÁRIA AO SUL DE MATO GROSSO

a. ORGANIZAÇÃO DA COLUNA E SEU MOVIMENTO ATÉ NIOAQUE

Logo que teve conhecimento da extensão da ofensiva paraguaia em Mato Grosso, o governo imperial tomou às primeiras providências para reforçar as forças estacionadas naquela província. Em abril de 1865, partiu de Santos uma força de 600 homens, acrescida de elementos recrutados no Rio e, em São Paulo, do Corpo de Artilharia de Amazonas. Esta coluna chegou a Uberaba em julho, aonde se juntaram 1.200 ho-

mens vindos de Minas Gerais. O destacamento se organizou então com efetivo aproximado de 2.500 homens partindo para Cuiabá em setembro de 1865. No meio do percurso, a coluna recebeu ordens para dirigir-se a Miranda, a fim de desalojar o inimigo que aí se encontrava. Chegou a Coxim em dezembro, incorporando elementos destacados em Goiás. Até junho de 1866, a coluna permaneceu em Coxim, ilhada pelas chuvas e inundações. Com a baixa das águas dirigiu-se a Miranda, onde chegou em setembro. Em 8 meses de marchas penosas a coluna percorrera 2.100 km e restavam apenas 2.000 homens. Seu Cmt., Cel., Galvão falecera.

Miranda, que os paraguaios abandonaram à aproximação dessa força, estava completamente devastada e em péssimas condições sanitárias.

Em janeiro de 1867, assumiu o comando o Cel. Camisão que rumou imediatamente para Nioaque, aonde chegou com apenas 1.300 homens, iniciando um período ativo de treinamento militar.

b. AS OPERAÇÕES DA COLUNA E SUA RETIRADA

Logo que teve a tropa em melhores condições, o Cel. Camisão decidiu iniciar o cumprimento de sua missão - “marchar para o Apa”. Em fevereiro deixou Nioaque com destino a Miranda, já tendo agregado à coluna um conhecedor profundo da Tegião, o guia Lopes. Como as dificuldades de suprimento comesçassem a se agravar, o Cel. Camisão pensou em retrair sobre Nioaque. Mas, considerou, que essa retirada poderia parecer um ato de covardia e resolveu convocar um conselho para decidir em face da angustiante situação. O Conselho

tendeu para a retirada, mas com o surgimento do guia Lopes conduzindo uma considerável boiada, decidiu continuar o movimento até o Apa.

No dia 21 de abril de 1867 a Coluna transpôs o Rio Apa, já em contato com o inimigo. Em busca de gado; a Coluna dirigiu-se para Laguna, atingida em 1º de maio, e, nada encontrando, Camisão decidiu retirar-se para o Apa. Antes, porém, ordenou um ataque geral aos paraguaios que estavam à sua frente. No dia 6 o ataque foi desencadeado e os paraguaios se retiraram. No dia 8 de maio a Coluna iniciou a retirada sendo imediatamente inquietada pela Cavalaria paraguaia, que começou a assediá-la. A 11 de maio foi transposto o Apa em Bela Vista, sendo logo depois surpreendida por uma emboscada paraguaia no valor de 800 homens. Nesse combate a Coluna portou-se valentemente, superando mesmo os paraguaios, mas seu moral sofreu um rude abalo, com a perda do pouco gado que conduzia. Cerca de 180 km separavam-na de sua base de operações e os víveres eram escassos.

Para evitar os ataques inimigos, que vigiavam incessantemente seus movimentos e a conselho do guia Lopes, a Coluna abandonou a estrada e se lançou através do campo. O inimigo, porém, percebeu o movimento e tirando partido das circunstâncias, começou a prender fogo à macega. Acossada pelos ataques rápidos da Cavalaria inimiga, sufocada pelo fogo e fumaça da macega incendiada, a Coluna marchou 12 dias até a Fazenda Jardim. No decorrer dessa marcha penosíssima começou a aparecer a cólera que fez numerosas vítimas. No local denominado Cambaracê o Cmt da Coluna foi obrigado a abandonar à piedade do inimigo 130 doentes. A 23 de maio a força

chegou à margem do rio Miranda. Aí faleceram vítimas da cólera o Cel. Camisão, o Cel. Juvencio Cabral de Meneses, Chefe da Comissão de Engenheiros, e o guia Lopes. A 30 o Miranda foi transposto apesar de cheio. A tropa estacionou na margem Norte do rio para refazer-se. No dia 1º de junho foi reiniciada a marcha, sempre inquietada pelo inimigo, chegando no dia 3 a Nioaque, depois de um último encontro com o adversário. Nioaque estava em ruínas e à tropa retomou a marcha, chegando em Aquidauana no dia 11 de junho de 1867. Terminaria aí sua retirada.

c. A RETOMADA DE CORUMBÁ

Em maio de 1867 o Presidente da Província de Mato Grosso preparou uma expedição para libertar Corumbá, então ocupada por 400 soldados paraguaios. Essa expedição partiria de Cuiabá e contaria com 2.000 homens, sendo apoiada por 5 pequenos navios. No dia 13 de junho a força brasileira após duro combate apossou-se da localidade, que em consequência de uma epidemia de varíola foi posteriormente evacuada.

d. A RECUPERAÇÃO DE MATO GROSSO

Somente após a presença da esquadra brasileira em Assunção (fevereiro de 1868), é que Lopez ordenou a evacuação de Mato Grosso. Com a ocupação de Assunção foi restabelecida a ligação por via fluvial com a província de Mato Grosso.

c. COMENTÁRIOS

A expedição de Mato Grosso veio demonstrar quanto eram difíceis as realizações das providências contidas nos

diferentes Planos de Operações com relação a uma atuação pelo Norte do Paraguai. E essas dificuldades residiam nas más condições de apoio à força, principalmente. Certamente Cuiabá ofereceria melhores condições de apoio dada a existência da via fluvial, mas a utilização desta estava condicionada pela possibilidade de ser assegurado o transporte pelo rio Paraguai, ainda dominado pelo que restava da Esquadra Paraguaia, muito mais poderosa do que qualquer combinação de meios fluviais que se pudesse fazer na Região. Desse modo a primeira decisão de enviar o Corpo Expedicionário a Cuiabá foi muito mais acertada do que a posterior de mandá-lo concentrar-se em Miranda, certamente influenciada pelo plano de Caxias. Mas Miranda nesta época tinha sido devastada pelos paraguaios que tinham arrebanhado todo o gado da região. Seriam, pois, difíceis as condições de apoio logístico da tropa nessa área. Por outro lado, as condições sanitárias reinantes em Mato Grosso, nessa época, eram más, o que aconselhava se evitasse conduzir pela região uma grande massa de tropa.

A expedição de Mato Grosso foi mal sucedida em consequência das dificuldades de suprimentos e das más condições sanitárias da região onde se operou. Aliou-se a essas duas grandes dificuldades o receio do Cel. Camisão em passar por covarde fazendo pesar nas suas decisões de chefe a que estavam ligadas a vida de centenas de soldados e oficiais, suas deficiências humanas. Se a Coluna tivesse ficado com o seu grosso em Miranda e realizado incursões sobre as localidades da fronteira, certamente teria cumprido melhor sua missão e não teria sacrificado inutilmente a vida de inúmeros brasileiros. Em contrapartida não teríamos a página gloriosa da retira-

da famosa, capaz de ombrear pelo heroísmo, a resistência do espírito de sacrifício dos que participaram, com outras que a História recolheu e orgulham a humanidade.

XV - O TRATADO DE PAZ

a. ANTECEDENTES

O tratado da Tríplice Aliança de 1º de maio especificava em seus artigos 8º e 9º a manutenção da integridade territorial e soberania do Paraguai. Estabelecia, também, os limites a vigorar entre o Paraguai, o Império e a Argentina. O Brasil reclamava os limites que propusera em 1853, 1854 e 1855 com a alteração de que começariam no Iguaré. À Argentina caberia o território das Missões e todo o Chaco, o que era demasiado e feria os interesses do Império. Em ofício do representante brasileiro, datado de 1º de maio estipulou-se ainda que a posse da Argentina e território na margem direita do Paraguai (Art. 17), “não prejudicava qualquer reclamação que se faça à República da Bolívia”.

Alertado pelo Conselho de Estado do que significava, para a segurança e os interesses do Império, a posse pela Argentina de todo o Chaco, estendendo seu território até a Baía Negra, o Governo Imperial começou a movimentar-se diplomaticamente para evitar que essa inadvertência dos negociadores do Tratado de 1º de maio se efetivasse. A Argentina, porém, resistiu, adiando a solução da questão para o fim da Guerra.

b. AS NEGOCIAÇÕES INICIAIS

Em 15 de agosto de 1869 se instalou o Governo provisório do Paraguai reconhecido pelos aliados sob as seguintes condições:

- O Governo seria constituído de forma e por pessoas que dessem plenas garantias de perfeita inteligência com os aliados, embora fosse escolhido livremente.
- O Governo procuraria conciliar sua soberania com as estipulações do Tratado de Aliança.

Em 21 de novembro de 1869, Vila Ocidental no Chaco foi ocupada pelos argentinos. O governo argentino apoiou o General Emílio Mitre, que ocupou essa localidade. O Governo brasileiro respeitou o Ato, mas ressaltou os direitos que a Bolívia pudesse ter sobre essa região. O Paraguai fez restrições. Como consequência desses pontos de vista surgiu a chamada Doutrina Varela de que a “vitória não dá às nações aliadas direito de declararem, por si, limites seus àqueles que o Tratado assinala”. O Brasil recolheu surpreso essa declaração aguardando a terminação da Guerra.

1. A PAZ

Com a morte de Lopez, em 1º março de 1870, negociaram os aliados um projeto de protocolo para o ajuste de paz, a que o Paraguai, com apoio da Doutrina Varela, opôs restrições. Foi o protocolo de 20 de junho de 1870, que o Império também aceitou, embora surpreso com o ponto de vista argentino, de que a “vitória não dá direito”. Em 15 de agosto de 1870, reuniu-se a Convenção constituinte do Paraguai e em

24 de novembro foi eleito o novo Presidente. Os aliados trataram então de estabelecer o Tratado definitivo de Paz e depois de várias negociações decidiram que os negociadores fariam gestões junto ao governo paraguaio de acordo com o ajuste prévio e que no relativo aos limites adviriam as resoluções definitivas até serem conhecidos os pontos de vista paraguaio e os títulos em que assentavam. Não foi possível chegar-se a um acordo no que se referia às fortificações paraguaias. Os argentinos tendo de lado a Doutrina Varela, reivindicaram agora o cumprimento integral das cláusulas do Tratado de 1º de maio, negado aos outros aliados o direito de intervirem na contenda, mas exigindo deles completo apoio para exigir seu ponto de vista ao Paraguai. Os governos Imperial e o Oriental não se conformaram com essa diretriz, rompendo-se as negociações entre Cotegipe e Quintana, representando, respectivamente, o Brasil e Argentina. Em consequência, Cotegipe negociou sozinho os Tratados do Império com o Paraguai. Isso deu margem a protestos da Argentina, que ameaçou chegar à guerra. Houve troca de Notas acerbos e a aliança periclitou. Em 1872, Mitre como representante da Argentina e o Marquês de São Vicente por parte do Brasil, depois de várias conferências chegaram às seguintes conclusões: Reconheciam a vigência do Tratado de 1º de maio; reconheciam os Tratados negociados por Cotegipe; combinaram que a Argentina entraria em negociações com o Paraguai; asseguravase a cooperação do Brasil nessas negociações e, se necessário, um exame de conjunto da situação, por todos os aliados. As negociações de Paz da Argentina com o Paraguai se iniciaram em Assunção, a 11 de abril de 1873, com a assistência do Brasil. Depois de várias marchas e contra-marchas se chegou a um acordo em que: o governo argen-

tino renunciava a qualquer pretensão aos territórios do Chaco ao Norte do rio Verde e o Paraguai às que tinha ao território entre o rio Pilcomaio e o Bermejo; o território entre os rios Pilcomaio e Verde seria sujeito ao arbitramento do Presidente dos Estados Unidos, J. B. Hayes, que deu ganho de causa ao Paraguai. O Brasil conseguira anular o erro de seus diplomatas, em 1865, graças a um maior da diplomacia argentina, em 1869.

XVI - APRECIÇÃO SOBRE A GUERRA DO PARAGUAI

A guerra do Paraguai foi o último lanço do esforço brasileiro para firmar seus limit Sul, liquidando definitivamente a questão que marcou fundamente sua formação e os primeiros cinqüenta anos de sua vida como Estado soberano. Da confluência do Apa à foz do Chui, na região onde desde 1630 se chocaram os interesses portugueses e espanhóis, estava confirmada a posse brasileira. Nem mesmo a questão de Palmas alteraria esses limites, uma vez que era claro e insofismável o direito brasileiro.

Enorme, para essa época, foi sem dúvida o esforço brasileiro. Em números redondos o Brasil alinhou em campanha 140.000 combatentes e sofreu perdas de 33.000 mortos. Do ponto de vista financeiro seu sacrifício foi também imenso. E para ressarcí-lo não buscou compensações materiais embora lhe sobrassem direitos e autoridade para exigí-lo. Contentou-se em acertar as questões pendentes antes do conflito e a prestar ao inimigo de ontem, o Paraguai, todo o apoio que foi possível no âmbito dos compromissos assinados com seus alia-

dos. O Paraguai não poderá, sem cometer grave injustiça, esquecer a contribuição do Brasil para que conservasse o Chaco acima do rio Pilcomaio. O Paraguai saiu mutilado territorialmente da guerra, depois de um tremendo sacrifício humano que consumiu quase toda sua população masculina. Lutou por uma saída para o mar e acabou irremediavelmente confinado ao seu destino de país mediterrâneo. Para a pequena e brava nação guarani a guerra foi verdadeiramente total e desastrosa. Muito menor, embora não menos digno de respeito, foram os sacrifícios feitos pelo Uruguai e pela Argentina. Do ponto de vista financeiro, esta última se beneficiou com os proventos auferidos no suprimento dos Exércitos aliados em víveres, animais e outros artigos. Sob o ponto de vista operacional pela sua duração e esforços que exigiu, a guerra do Paraguai foi a mais importante nente, podendo ombrear-se mesmo com a Guerra da Secessão. , Foi uma guerra moderna, que serviu de transição. particularmente pela forma que assumiu entre o período napoleônico e o que se abriu com a guerra de 1914-1918.

Desenvolveram-se largamente durante a guerra, mercê principalmente das características do teatro de operações, manobras estratégicas de larga envergadura e operações defensivas, as Primeiras características do período napoleônico e as últimas marcando grande parte da guerra 1914-1918. Tiveram também grande emprego as operações combinadas, constituindo mesmo essa guerra a mais completa experiência que as Forças Armadas Sul-Americanas poderiam apresentar nesse setor. Algumas operações, como as transposições do rio ataque a Curuzu, podem mesmo ser tomadas como modelos e muita coisa do que nelas se fez reapareceria em escala mais

ampla na segunda guerra mundial, como as operações anfíbias. O próprio trabalho de Estado-Maior apareceu com relevo na guerra do Paraguai. Muitos dos estudos de situação, feitos pelos Conselhos enerais, podem ser perfeitamente enquadrados, sem o menor esforço, nos esquemas modernos para o trabalho de comando. O papel desempenhado pelas forças navais foi relevante e de grande eficiência. Sem a atuação onímoda e atuante da Esquadra, à guerra não teria tido êxito. A contribuição das forças navais se fez sentir: nos transportes de pessoal e suprimentos nos rios e no mar; no apoio às operações em terra; em certos casos como base móvel de suprimentos (manobra de Piquisiri). Observada como a Marinha brasileira conquistou e manteve o domínio dos rios: Paraná e Paraguai; enfrentou e venceu poderosas fortificações do inimigo e repeliu várias tentativas de abordagem.

Em suma, a guerra do Paraguai, pelo volume dos meios que exigiu, por sua duração, pela violência de alguns dos seus encontros, se inscreve como a mais importante no Continente Sul-Americano e pode fornecer úteis e modernos ensinamentos.

XVI - CONSEQUÊNCIAS DA GUERRA

– A estruturação do equilíbrio político na Bacia do Prata, propiciando a tranquilidade que se lhe seguiu.

– A solução de questões de limites entre o Brasil e o Paraguai e entre este e a Argentina, anulando-se os motivos dos conflitos que vinham perturbando a política internacional do Prata.

- A melhoria de relações entre o Brasil e o Paraguai, permitindo contrabalançar a influência da Argentina.
- A definição do Paraguai como país mediterrâneo e área de atrito entre os interesses brasileiros e argentinos.
- O aceleração da reintegração do Brasil na sua vocação republicana contribuindo para a abolição da escravatura e implantação da República.
- Solução da questão da livre navegação nos rios da Bacia Platina.

2

BIBLIOGRAFIA

ARAGÃO, Campos de. *Cadete do Realengo*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1958.

BEEVOR, Antony. *A Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Record, 2015.

FAUSTO, Boris. *A Revolução de 30: historiografia e história*. 12 ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

D'ARAUJO, Antonio Luiz. *1937: o golpe que mudou o Brasil: o Estado novo*. Rio de Janeiro: Quartet, 2016.

GILBERT, Martin. *A Segunda Guerra Mundial: os 2.174 dias que mudaram o mundo*. Rio de Janeiro: Casa da palavra, 2014.

LIMA, César Barreto; **ALVES**, Marcelo Barreto. *Um Varão de Plutarco: a saga de Chagas Barreto Lima*. Fortaleza: Premium Editora, 2014.

LIMA, Saulo Barreto. *O Príncipe do Norte: a lenda Chagas Barreto Lima*. Fortaleza: Editora RDS, 2018.

LIMA, Flamarion Barreto. *Fatores Psicossociais Sul-americanos*. Rio de Janeiro: Imprensa do Exército, 1965.

MARQUES, Janote Pires (Org.) *Rememorações: Eduardo Hugo Frota e suas memórias dos tempos do Colégio Militar do Ceará (1931-1936)*. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2009.

NEHAB, Werner. *Anti-Semitismo, Integralismo, Neo-Nazismo*. Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos, 1988.

NETO, Lira. *Getúlio: o Governo Provisório à ditadura do Estado Novo (1930-1945)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

PEREIRA, Durval Lourenço. *Operação Brasil: o ataque alemão que mudou o curso da Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: Editora Contexto, 2015.

SANDER, Roberto. *O Brasil na mira de Hitler: a história do afundamento de 34 navios brasileiros pelos nazistas*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

SARMENTO, Silvia Noronha. *A raposa e a águia: J. J. Seabra e Ruy Barbosa na política baiana da Primeira República*. Salvador: EDUFBA, 2011.

TÁVORA, Juarez. *Uma vida e muitas lutas: a caminhada no altiplano*. Rio de Janeiro: J. Olympio; BIBLIEX, 1973.

3

EPÍTOME BIOGRÁFICA DOS AUTORES

CÉSAR PIERRE BARRETO LIMA

Nasceu no 13 de setembro do ano de 1954 na Praça da Sé na cidade de Sobral/CE. Filho de Cesário Barreto Lima, ex-prefeito de Sobral, jogador amador de futebol e um dos fundadores do glorioso time do Guarany de Sobral, e da sobralense Maria Tamar Pierre Barreto Lima.

Engenheiro Civil com especialização em Saneamento Básico, César Barreto Lima ocupa a Superintendência Adjunta do Departamento Estadual de Rodovias DER/CE, no Estado do Ceará.

Apaixonado pelas letras, já publicou em parceria com os primos Marcelo Barreto Alves e Saulo Barreto, 20 obras literárias, nos mais variados gêneros literários.

Foi autor das seguintes obras: *Diálogo com os Surdos (Discursos e Poesias – 1987)*; *Histórias Estórias de Sobral (Contos – 2004)*; *Causos de Sobral (Contos – 2006)*; *As Fantásticas Histórias de Sobral (Contos-2007)*; *Essa é do Cesário (Contos – 2009)*; *O Homem é o Quinca (Contos-2010)*; *Sobral de Todos os Tempos (Contos-2014)*; *Na Boca do Bec-*

co (Contos-2012); Adoráveis Doidivas (Contos-2013); O Varão de Plutarco (Contos-2014); O Poeta do Becco (Autobiografia-2014); Contador de Histórias (Contos-2015); Nas Ondas da Tupinambá (Crônicas-2016); O Guarany de Sobral (Crônicas-2016) e Padre Palhano de Sabóia – Santo, Semi-deus ou Cavaleiros do Apocalipse?, O Príncipe do Norte, A Lenda Chagas Barreto Lima, Virgílio Távora, o Estadista Cearense (Biografia); General Flamarion Barreto, Biografia 2020 e As Guerras de César (Contos em 2020).

SAULO BARRETO LIMA FERNANDES

Nascido em 1983, na década considerada como “perdida”, há mais de dez anos encontra-se radicado na ilha de São Luis do Maranhão, onde bacharelou-se em Direito, pela Universidade CEUMA, tendo sido aprovado no XXI Exame de Ordem. No ano de 2018, tornou-se, também, Bacharel e Licenciado em Ciências Sociais (Antropologia, Sociologia e Ciência Política) pela Universidade Estadual do Maranhão – UEMA. Atualmente cursa o 2º ano do RHEMA – Centro de Treinamento Bíblico, uma escola interdenominacional fundada em 1974, em Oklahoma (EUA), pelo reverendo Kenneth E. Hagin, que visa capacitar pessoas para uma propagação eficiente do Evangelho pregado por Jesus Cristo. Foi recentemente agraciado com a “Medalha 180 anos Brigadeiro Tibúrcio” destinada a premiar e reverenciar o culto aos nobres agribuos daqueles que tenham praticado ações meritórias enaltecedoras do nome da pátria brasileira, em sinal de reconhecimento aos valores militares, espírito de civismo, preservação da memória do Brigadeiro Tibúrcio e dos seus serviços prestados à Pátria. A comenda foi idealizada pelo Instituto Literário Viçosense – ILV, proposta pelo seu presidente, o escritor e pedagogo Gilton Barreto de Castro, em evento ocorrido no dia 12 de agosto de 2017, na Câmara Municipal de Viçosa do Ceará. Figurou como organizador de autor nas seguintes obras: *Artigo XVII*; *Um livro de Quase Crônicas (2014)*; *Artiguelhos (2014)*; *108 Poesias de José Coriolano de Souza Lima (2015)*; *José Coriolano: Poesias Seleccionadas (2015)*; *Pecados Conso- lados (2015)*; *O Circo e Outros Contos (2016)*; *José Coriola-*

no: Prosa Completa e VI Poesias Inéditas (2017) e Discursos Mudos (2017). Em parceria no Tempo (2014); O Contador de Histórias: Navegando nas Memórias (2015), O Glorioso Guarany de Sobral (Contos – 2017), Padre José Palhano de Sabóia (Biografia-2018), Virgílio Távora, O Estadista Cearenses (Biografia – 2019) e General Flamarion Barreto Lima (Biografia-2020).



Este livro foi diagramado na
fonte Georgia e impresso
em Papel Pólen 80grs.,
em Agosto de 2020, na
RDS Gráfica e Editora Ltda.,
em Fortaleza - Ceará - Brasil.